



UnB



PSTO

Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Social, do Trabalho
e das Organizações

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Ansiedade Intergruppal como Preditor do Estresse Ocupacional Moderado por Coping:

Um Estudo com Agentes Socioeducativos

Luiza Mariana Brito Soares

Brasília

2023



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Ansiedade Intergruppal como Preditor do Estresse Ocupacional Moderado por Coping:
Um Estudo com Agentes Socioeducativos**

Luiza Mariana Brito Soares

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações como requisito à obtenção do grau de Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Jesse Souza Lima

Brasília

2023



UnB



PSTO

Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Social, do Trabalho
e das Organizações

Ansiedade Intergruppal como Preditor do Estresse Ocupacional Moderado por Coping:

Um Estudo com Agentes Socioeducativos

Luiza Mariana Brito Soares

Tese de doutorado defendida e avaliada, em 17 de fevereiro de 2023,

pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Tiago Jesse Souza Lima

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia

Presidente

Profa. Dra. Cristiane Faiad

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia

Membro Interno

Prof. Dr. Mauricio Sarmet

Instituto Federal da Paraíba

Membro Externo

Prof. Dr. João Gabriel Modesto

Universidade Estadual do Goiás

Membro Externo

Prof. Dr. Emílio Facas

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia

Membro Suplente

Agradecimentos

Essa tese é resultado de um longo caminhar, durante o percurso foi preciso muitas mãos (ora me empurrando, ora me freando, ora me puxando...), eu não posso chegar aqui sem formalizar meu muito obrigada a todo mundo que veio comigo. E que bom que esse espaço existe.

Mainha e painho, que pena que não chegamos aqui juntos, eu não tinha dimensão que ao doutorar-me não teria vocês me olhando, se eu soubesse... Pai, teus olhos sempre me viram a menina mais inteligente, engraçada e capaz do mundo; não o sou, mas teu acreditar me fez querer ser, obrigada por isso. Mãe, eu lembro muito de ti sentadinha no banco da UnB me esperando sair da entrevista de seleção e da tua alegria com a minha aprovação. Não era pra ser assim, mãe. Era pra tu tá aqui comigo. A senhora era dura, sempre passava a impressão que eu precisava fazer mais e foi assim que eu me tornei essa pessoa que levanta e anda e faz. Obrigada, Mainha, minha cabeça dura vem de ti, assim como a coragem de seguir.

Julia, obrigada por ser essa graça de humano que segura minha mão e me faz ver as coisas de um jeito mais leve. Mariana, meu furacão, obrigada pelos ventos que tu trouxe. Minhas filhas, juntas, são o meu universo inteiro, obrigada por me fazerem acreditar que vale a pena. Mauro Junior, obrigada por todo o cuidado, durante esse caminho eu morri muitas vezes e tu me ajudou a reviver, a voltar pra cá. Maninho e Lulu, vocês são o que me restou de origem. Obrigada, família, por serem o que fica, por guardarem dentro de vocês os meus pedaços e as minhas memórias.

Karina e Lulu, obrigada pelas cervejas e por acreditarem quando eu mesma não aguentava mais. Bruna Alencar e Ingrid Neto, obrigada pela paciência com minhas reclamações e pela disposição em ler pra me acalmar. Adriana Melchiades, obrigada por me acolher quando eu era o puro suco do medo e ansiedade. Camila Ferrari e Wlad Rodrigues, meus adultos favoritos, obrigada. Cleno Couto, foi tanto o que a gente fez juntos que eu não

sei direito pelo o que agradecer. Oli e Bibi, vocês são as melhores companheiras de laboratório que eu poderia ter, juntas choramos, ficamos bravas, sorrimos, escrevemos e sonhamos... obrigada, meus amores. Aos meus alunos que me empurraram, me puxaram, me encorajaram e me aceitaram, muitíssimo obrigada.

Gui, obrigada por todas as vezes que tu teve coragem de brigar comigo (eu sempre estava certa, obviamente) mas tuas contemporizações me foram essenciais pra ver as coisas de um jeito diferente. Mauricio Sarmet, eu não tenho a menor ideia como tu nunca me jogou na lata de lixo, eu não teria conseguido se eu não te tivesse no meu mundo, obrigada por ter assinado o contrato. Cris Faiad, tu foi um pedaço gigante e significativo, muito obrigada por ter sido casa todas as vezes que choveu em mim.

Professores, supervisores de estágio, colegas de curso, colegas de trabalho, respondentes da amostra, trabalhadores da UnB, colegas de laboratório, pacientes... obrigada, estamos todos fazendo o que era possível ser feito.

É clichê, mas minha fé é meu jogo de cintura. Muito obrigada por todas as bênçãos e proteção aos meus amigos invisíveis, aos encantados, às entidades e aos meus Orixás. Minha mãe Iansã e meu pai Ogum, obrigada, saravá, axé.

Mo dúpé fún gbogbo.

*Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra
que só jogou hoje.*

Ditado Yorubá

Sumário

Resumo Geral	9
General Abstract	11
Escala de Estereótipo de Jovens Infratores: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro	23
Método	25
Participantes	25
Instrumento	26
Procedimentos	26
Resultados	27
Subescala de Padrões de Ofensa	27
Subescala de Competência em Tomada de Decisões	28
Subescala de Competência em Entendimento Legal	30
Subescala de Razões para Ofender	31
Subescala de Potencial de Recidiva e Reabilitação	33
Discussão	34
Considerações Finais	36
Referências	37
Escala de Ansiedade Intergrupar: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro	41
Método	46
Participantes	46
Instrumento	46
Procedimentos	47
Resultados	48
Discussão	50
Considerações Finais	51
Referências	52
A Influência das Características Individuais e dos Estereótipos Atribuídos aos Adolescentes em Conflito com a Lei na Ansiedade Intergrupar e o Efeito Desta no Estresse Ocupacional dos Agentes Socioeducativos	60
Método	70
Participantes	70
Instrumentos	70
Procedimentos	73
Resultados	73
Discussão	77
Considerações Finais	81
Referências	82
Estratégias de Coping como Moderadoras da Relação entre Ansiedade Intergrupar e Estresse Ocupacional	96
Método	100
Participantes	100

Instrumentos	101
Procedimentos	102
Resultados	102
Discussão	106
Considerações Finais	106
Referências	107
Discussão Geral	112
Contribuições Teóricas	113
Implicações Práticas	116
Referências Gerais	118

Resumo Geral

A ansiedade intergrupar auxilia a compreender porque as interações sociais entre agentes socioeducativos e adolescentes em conflito com a lei podem configurar-se como fonte de adoecimento no contexto organizacional. Mais específica do que a ansiedade generalizada, a ansiedade intergrupar está restrita ao contexto das relações intergrupais, podendo ser precedida por fatores como personalidade, atitude intergrupais, experiências pessoais e aspectos situacionais. Nesta tese será explorada a influência de características individuais e de atitudes intergrupais como antecedentes da ansiedade intergrupar, bem como o impacto da ansiedade intergrupar, moderado pelas estratégias de coping, no estresse ocupacional em agentes socioeducativos. Foram conduzidos cinco estudos para compor essa tese. Os Estudos 1 ($N = 493$) e 2 ($N = 310$) apresentam a adaptação e as evidências de validação e precisão da Escala de Estereótipo de Jovens Infratores e da Escala de Ansiedade Intergrupar. Os Estudos 3 e 4 testam as seguintes hipóteses: a ansiedade intergrupar dos agentes será predita por maiores níveis de autoritarismo (Hipótese 1); a ansiedade intergrupar dos agentes será predita por maiores níveis de dominância social (Hipótese 2); a ansiedade intergrupar dos agentes será predita pela maior atribuição de estereótipos negativos aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas (Hipótese 3); maiores níveis de ansiedade intergrupar irão predizer maiores níveis de estresse ocupacional nos agentes socioeducativos (Hipótese 4); e, o efeito da ansiedade intergrupar no estresse ocupacional será moderado pela estratégia de coping (Hipótese 5). Os dois últimos estudos foram conduzidos no contexto do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, com uma amostra de agentes socioeducativos ($N = 175$). Além das escalas adaptadas, foram aplicados os seguintes instrumentos: Escala de Dominância Social, Escala de Autoritarismo de Direita, Escala de Avaliação de Estresses Psicossociais no Contexto Laboral e Escala de Coping Ocupacional. Em ambos os instrumentos dos primeiros dois estudos foi necessário realizar ajustes em sua estrutura,

resultantes do processo de adaptação, encontrando-se evidências de validade. As Hipóteses 1, 2 e 4 foram corroboradas, indicando que as dimensões de autoritarismo e submissão à autoridade são especialmente relevantes em prever a ansiedade intergrupal, assim como o estereótipo atribuído a ofensores juvenis. Quanto ao estereótipo atribuído aos jovens, nota-se que aqueles que atribuem estereótipos mais associados ao jovem superpredador tendem a sofrer maior ansiedade intergrupal no contexto de trabalho. Maiores níveis de ansiedade intergrupal predizem maiores níveis de estresse ocupacional nos agentes socioeducativos. Já as Hipóteses 3 e 5 foram refutadas, posto que a ansiedade intergrupal dos agentes não foi predita por maiores níveis de dominância social e que as dimensões de coping não se associaram ao estresse ocupacional e à ansiedade intergrupal. Os resultados desse estudo têm implicações práticas, norteadas por intervenções destinadas a serem trabalhadas nas áreas que aumentam a ansiedade intergrupal e o estresse. Os resultados destacam a necessidade de desenvolver estratégias que reduzam os estereótipos dos agentes para com os adolescentes, consequentemente diminuindo a ansiedade intergrupal.

Palavras-chave: ansiedade intergrupal, estresse ocupacional, autoritarismo de direita, dominância social, estereótipos, sistema socioeducativo, adolescente em conflito com a lei, coping.

General Abstract

Intergroup anxiety helps explain why social interactions between socio-educational agents and adolescents in conflict with the law can function as a source of learning within an organization. Since intergroup anxiety is limited to intergroup relationships, it is more specific than generalized anxiety, and may be preceded by factors such as personality, intergroup attitudes, personal experiences, and situational factors. As part of this dissertation, we will examine the impact of individual characteristics and intergroup attitudes, such as antecedents of intergroup anxiety, as well as the impact of intergroup anxiety, moderated by coping strategies, and occupational stress on socioeducational agents. This thesis was compiled based on five studies. Both studies 1 ($N = 493$) and 2 ($N = 310$) provide evidence of adaptation, validation, and precision of the Juvenile Offenders Stereotype Scale and the Intergroup Anxiety Scale. The following hypotheses are tested in studies 3 and 4: higher levels of authoritarianism will predict higher intergroup anxiety (Hypothesis 1); higher levels of social dominance will predict higher intergroup anxiety (Hypothesis 2); socioeducational agents who associate teenagers with negative stereotypes will display higher intergroup anxiety (Hypothesis 3); intergroup anxiety will predict higher levels of occupational stress in socioeducational agents (Hypothesis 4); and, the relationship between intergroup anxiety and occupational stress will be moderated by coping strategies (Hypothesis 5). These studies were conducted in the context of the Federal District's socioeducational system, with a sample of socioeducational agents ($N = 175$). Additionally, the following instruments were applied: the Social Dominance Scale, the Direct Authoritarianism Scale, the Psychosocial Stress Assessment Scale in the Labor Context, and the Occupational Coping Scale. Due to the adaptation process, both instruments had to be adjusted in their structure, leading to evidence of validity in both studies. Based on the results of Hypotheses 1, 2 and 4, authoritarianism and submission to authority are particularly relevant to predicting intergroup anxiety and juvenile

offending stereotypes. Those who attribute stereotypes associated with super-predatory youth tend to experience greater intergroup anxiety in the workplace.

Keywords: intergroup anxiety, occupational stress, right-wing authoritarianism, social dominance, stereotypes, socioeducational system, teenagers in conflict with the law, coping.

Desde a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE; Lei 12.594, 2012), o qual norteia a execução de medidas voltadas a adolescentes incursores em atos infracionais, a discussão sobre políticas voltadas para esse contexto tem sido objeto de considerações das mais diversas. A ação socioeducativa, que tem como principal objetivo habilitar os indivíduos para a vida social e/ou trabalhar a reintegração dos adolescentes em conflito com a lei na sociedade, é constituída num processo que prepara a pessoa em formação (adolescentes) para manifestar condutas sociais relacionadas à vida coletiva (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2022).

Assim, cabe aos programas socioeducativos a função de promover meios para que os socioeducandos sejam capazes de desenvolver suas potencialidades e estejam aptos a assumir o contínuo controle de sua própria formação. A socioeducação, trabalhando a partir dos eixos de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (Lei 8.069, 1990) é um espaço que oportuniza o exercício da cidadania, possibilitando ao adolescente tornar-se sujeito de direitos e portador de proteção integral. Para tanto, o sistema socioeducativo conta com equipe multiprofissional, composta, entre tantos profissionais, por Agentes de Segurança Socioeducativos, que trabalham como facilitadores do processo de ressocialização dos adolescentes (Rodrigues, 2015).

O agente socioeducativo é peça relevante dentro do sistema de socioeducação, pois contribui para a reconstrução da trajetória dos adolescentes em cumprimento de medida (Oliveira et al., 2016), atuando como educadores sociais. A Lei 12.594 (2012), que institui o SINASE, prescreve em seus artigos 23º e 26º a demanda de políticas voltadas à esses profissionais, recomendando ações como qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e melhoria das condições e saúde de trabalho (Lei 12.594, 2012). O que reforça a importância em se falar sobre o contexto, as condições e o efeito do trabalho da categoria.

O agente socioeducativo está em contato direto com os adolescentes em conflito com a lei, estando encarregado de acompanhá-los durante seu trânsito dentro das unidades de internação, acompanhando-os nos atendimentos, nas oficinas, realizando revistas e garantindo que o espaço da unidade esteja em ordem. Durante seu trabalho, o profissional é exposto a ameaças, provocações e agressões físicas e verbais. Há na literatura evidências apontando que, comumente, os agentes desenvolvem um repertório de percepções dos adolescentes que são situadas entre dois extremos (Barsaglini & Vaillant, 2018). Por um lado, são tidos como vítimas do contexto social, onde seus atos são involuntários e resultado do meio em que nasceram e das condições socioeconômicas em que cresceram. Dessa forma, a criminalidade juvenil seria percebida como resultante de um abandono material e moral da sociedade (Paula, 2014). No outro extremo, há quem veja os adolescentes em conflito com a lei como indivíduos naturalmente maus, sem pudor moral; sendo vistos como violentos, impulsivos e com habilidades de manipulação do sistema (Greene et al., 2017).

Essa dicotomia coloca os agentes em um grupo (endogrupo) e os adolescentes em conflito com a lei em outro (exogrupo), o que remete à teoria de ansiedade intergrupos. Segundo essa teoria, a ansiedade precede qualquer tipo de contato entre grupos distintos, gerando o receio por consequências negativas e sofrimento dos sujeitos (Stephan & Stephan, 1985). A ansiedade intergrupalauxilia a compreender porque as interações sociais entre grupos podem ser difíceis e fonte de adoecimento, esta é mais específica do que a ansiedade generalizada, posto que está restrita ao contexto entre grupos.

No caso da ansiedade intergrupala, há quatro categorias básicas de antecedentes (Stephan, 2014). A primeira diz respeito aos traços de personalidade (caracterizados por aspectos individuais), onde os traços mais propensos a antecipar as pessoas a experimentarem ansiedade intergrupala são aqueles que as levam a serem preconceituosas, etnocêntricas, desconfiadas, intolerantes, com baixa autoconfiança, baixa empatia e hostilidade (Renfro et

al., 2006). A segunda refere-se às atitudes, que dizem respeito a percepções negativas que são relevantes no processo de anteceder a ansiedade intergrupar, aqui são abrangidos as cognições e afetos direcionados ao exogrupo. Atuando como base das expectativas negativas em relação à interação com pessoas do exogrupo, em especial o preconceito e estereótipos negativos em relação ao exogrupo (Stephan, 2014).

A terceira categoria contempla as experiências pessoais, que também influenciam e antecedem a ansiedade. Baixos níveis de contato com pessoas de outros grupos podem deixar as pessoas com uma compreensão limitada dos comportamentos, características, crenças e valores do exogrupo (Pettigrew & Tropp, 2008). Por fim, a quarta categoria considera que os fatores situacionais influenciam na ansiedade intergrupar, visto que os sujeitos podem esperar que as situações de interação intergrupar promovam um comportamento de competição entre os membros dos diferentes grupos (Stephan, 2014). Nesse estudo foi investigada a relação entre características individuais, estereótipos e ansiedade intergrupar no contexto dos agentes socioeducativos.

Cabe destacar que experimentar ansiedade intergrupar traz consequências, positivas ou negativas, de natureza cognitiva, afetiva e comportamental. As respostas do domínio cognitivo são, comumente, negativas e frequentemente utilizadas para justificar a ansiedade em se relacionar com membros de grupo externo (Stephan & Stephan, 1985). As respostas do domínio afetivo versam sobre emoções negativas conscientes (e.g., medo, raiva, ameaça, pavor e constrangimento). Infelizmente, são poucos os estudos que exploram essas respostas afetivas (Cottrell & Neuberg, 2005). Já as manifestações comportamentais envolvem dificuldade para falar, inquietação e evitação postural, além de comumente se manifestar em comportamentos negativos entre membros de grupos distintos (Vorauer, 2013).

Por essa razão, aqui abordaremos a relação entre ansiedade intergrupar e o estresse ocupacional, considerando este como um conseqüente cognitivo da ansiedade intergrupar.

Parte-se, portanto, da hipótese de que o contato entre os agentes socioeducativos e os adolescentes internos nos centros socioeducativos gere ansiedade intergrupal, em razão das experiências de contato, das características individuais e dos estereótipos atribuídos aos adolescentes pelos agentes. A ansiedade intergrupal, por sua vez, irá predizer o estresse ocupacional na categoria.

O conceito de estresse não é de fácil definição, uma vez que o construto é complexo e engloba agentes estressores (condições e eventos), avaliações de estressores, além de deformações e resultados de eventos que podem ser fisiológicos, cognitivos, emocionais ou comportamentais (Bliese et al., 2017; Cohen et al., 2007; Karasek, 1979). Todavia, os principais teóricos concordam que o estresse ocupacional ocorre quando as demandas do trabalho não combinam ou excedem as capacidades, os recursos ou as necessidades do trabalhador, ou quando o conhecimento e as habilidades que o sujeito tem não são compatíveis com as expectativas da organização (Bernards, 2016).

Mesmo com a falta de consenso sobre o fenômeno, é possível perceber que o conceito vem sendo apresentado de três formas. O estresse como resposta a algo, como reação; o estresse como um estímulo antecessor; e o estresse como transação entre o indivíduo e o ambiente (Hirschle et al., 2019). Essas três perspectivas são reconhecidas como as principais bases explicativas sobre as quais se desenvolveram as teorias do estresse (Tamayo et al., 2012).

Na perspectiva baseada na resposta, o foco está na repercussão do fenômeno, ou seja, nos efeitos da exposição a agentes estressores (Facure, 2010). Já quando se trata estresse como estímulo, a análise é focada nos eventos psicossociais que deflagram as respostas ao mesmo, tendo este como a causa (Stearns & Hoekstra, 2003). Por fim, na perspectiva cognitiva, que é a escolhida para nortear toda essa pesquisa, o estresse é tido como fruto de uma relação particular entre o indivíduo e o ambiente, como um ajuste. Assim, os processos

psicológicos são tidos como cruciais para se caracterizar o evento.

Para essa perspectiva, o modelo adotado por Lazarus e Folkman (1984) merece destaque. De acordo com os citados autores, os indivíduos percebem a mesma demanda de forma diferente em razão da avaliação cognitiva que é própria de cada sujeito. Logo, quando alguém tem um agente estressor como uma ameaça (i.e., algo negativo), outro pode ter o mesmo objeto como um agente estimulante, um desafio. Então, o estresse só ocorre quando a situação é tida pela pessoa como sendo uma sobrecarga ou como algo que a leva a exceder seus limites de recursos disponíveis para manejá-las, conseqüentemente colocando o seu bem-estar e a sua homeostase em perigo (Cooper & Dewe, 2004).

Essa abordagem é tida como transacional, uma vez que coloca o estresse como um processo recíproco e bidirecional que envolve a relação entre a pessoa e o ambiente, sendo essa relação não causal (não é de estímulo direto), uma vez que é mediada por processos psicológicos (avaliações cognitivas) que interferem na experiência. A forma de interpretar o estímulo, ou seja, por meio da avaliação cognitiva é essencial para a experiência humana, posto que é a responsável pela variabilidade individual a respeito do estresse. Essa avaliação influencia tanto a percepção do agente estressor, como também, o processo e o desenrolar do estresse (Folkman, 2008; Watson & Sinha, 2008).

A maneira como os agentes percebem e interagem com os adolescentes pode influenciar no estresse ocupacional. Pesquisas evidenciam que as tomadas de decisões de forças policiais ou de atuação semelhante ao papel da polícia, podem ser influenciadas por estereótipos e os resultados podem ser percebidos no aumento do controle social imposto a grupos específicos da sociedade por parte dessas figuras de controle/autoridade (Bridges et al., 1995; Gaarder et al., 2004). Como apontado anteriormente, os agentes socioeducativos têm atuação direta e relevante na ação de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida.

Quando se fala sobre a forma como os agentes percebem os adolescentes, estamos falando de estereótipos. Estereótipos são crenças compartilhadas socialmente, são definições fundamentadas em particularidades de um objeto, pessoa ou grupo específico (Kruger, 2004). São, ainda, estratégias legitimadoras empregadas para justificar ou explicar de uma maneira racional as ações executadas contra membros de grupos sociais (Pereira, 2002). Como dito anteriormente, a literatura destaca que os estereótipos dirigidos aos adolescentes que cometem e/ou cometeram atos infracionais são um continuum em uma linha com dois pontos extremos. De um lado, são tidos como superpredadores, alheios à moral e capazes de atrocidades aos olhos da moral social (Greene et al., 2017). Do outro lado, são tidos como vítimas, resultado de um contexto social e portanto, inimputáveis (Haberman, 2014). A questão aqui exposta é: a forma como os agentes percebem os adolescentes influencia na ansiedade intergrupala experienciada por eles e, ainda, influencia no estresse percebido por estes? O que pode estar por trás da construção desses estereótipos? Quais os fatores que influenciam na construção de estereótipos de maneira positiva ou negativa?

Existem estudos que defendem que características individuais influenciam na construção dos estereótipos (Kaplan et al., 2017). Um estudo de Devine e Caughlin (2014) mostra que algumas características dos jurados (i.e., nível educacional, experiência anterior, gênero, necessidade de cognição, confiança no sistema legal e autoritarismo legal) tiveram maior relação com a condenação do que outras características. Dessa forma, essa pesquisa busca avaliar o efeito de variáveis de características individuais dos agentes socioeducativos, especificamente o autoritarismo e a dominância social, e dos estereótipos que os agentes atribuem aos adolescentes, na ansiedade intergrupala experienciada por estes profissionais.

O autoritarismo é tido como a disposição de determinar o outro como submisso ao cumprimento de normas e valores sociais e a disposição de punir aos que não aderem a tais normas (Kaplan et al., 2017). Na literatura, alguns autores associam o autoritarismo com a

construção de estereótipos (Adorno et al., 1950). Já a dominância social é um construto que gera informações sobre o que motiva a intensidade de força investida pelos sujeitos ao conflito e à desigualdade entre grupos. Para a teoria da dominância social, as atitudes dos indivíduos sobre a desigualdade entre grupos sociais interagem com as forças sociais e institucionais que produzem e reproduzem sistemas de desigualdade social (Pratto et al., 1994). Estudos demonstram que a dominância social é um potente preditor de preconceitos e perseguição a grupos marginalizados, como pobres, minorias étnicas, estrangeiros, mulheres e refugiados (Costello & Hodson, 2011; Kteily et al., 2015).

Portanto, espera-se que a ansiedade intergrupar dos agentes frente aos adolescentes internos nos centros socioeducativos será predita pelas características individuais dos agentes (autoritarismo e orientação à dominância social) e pelos estereótipos atribuídos pelos agentes aos adolescentes. A ansiedade intergrupar, por sua vez, irá predizer o estresse ocupacional na categoria. No entanto, esperamos que esse efeito seja mediado pelas estratégias de coping adotadas pelo agente em relação ao seu trabalho com os adolescentes.

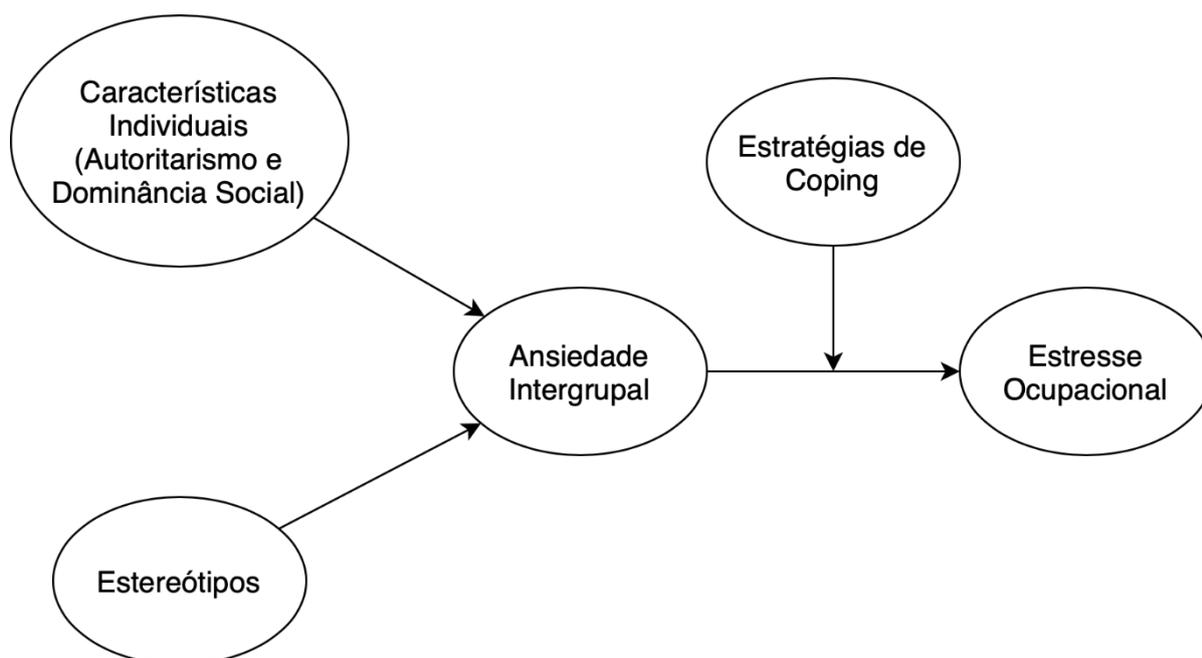
Ao mensurar estresse, é importante considerar também o conceito de coping, ou enfrentamento, que são estratégias utilizadas para gerenciar questões que excedam os recursos das pessoas (Lazarus & Folkman, 1984). Acredita-se que uma situação estressante ative o enfrentamento (Lazarus, 1966), que pode ser tido como o esforço cognitivo e comportamental em constante mudança para gerenciar as demandas excedentes ao repertório próprio de cada sujeito (Lazarus & Folkman, 1984). Assim, como esse estudo utilizou uma abordagem de estresse cognitiva comportamental, o coping se faz apropriado por ser um construto de mesma perspectiva. Pessoas com baixa autoeficácia de enfrentamento podem considerar uma situação ameaçadora, enquanto indivíduos com alta autoeficácia de enfrentamento podem considerá-la um desafio (Bandura, 2001). Essa diferença na avaliação é responsável por emoções diferentes (Lazarus, 2007) e, assim, afetarão a eficácia do comportamento de enfrentamento

dos indivíduos.

Dessa forma, essa tese tem como objetivo geral testar a proposição de que o estresse ocupacional dos agentes socioeducativos é predito pela ansiedade intergrupar frente aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, sendo essa relação moderada pelas estratégias de coping adotadas pelos agentes. Ademais, a ansiedade intergrupar será predita por características individuais dos agentes (autoritarismo e a orientação à dominância social) e pelos estereótipos atribuídos pelos agentes aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa. O modelo a ser testado é apresentado na Figura 1.

Figura 1

Modelo Proposto.



De maneira mais específica, essa tese busca testar as seguintes hipóteses:

- (i) A ansiedade intergrupar dos agentes será predita por maiores níveis de autoritarismo (Hipótese 1), de dominância social (Hipótese 2) e pela maior atribuição de estereótipos negativos (Hipótese 3) aos adolescentes que cumprem medidas

socioeducativas, maiores níveis de ansiedade intergrupar irão predizer maiores níveis de estresse ocupacional nos agentes socioeducativos (Hipótese 4); e

(ii) O efeito da ansiedade intergrupar no estresse ocupacional será moderado parcialmente pela estratégia de coping (Hipótese 5).

Para alcançar o objetivo geral e as hipóteses apresentadas, foram desenvolvidos quatro artigos, descritos a seguir. Os dois primeiros artigos focam na adaptação e obtenção de evidências de validade de construto da Escala de Estereótipo de Jovens Infratores (JOSS) e da Escala de Ansiedade Intergrupar, essenciais para que possamos testar as hipóteses propostas. O artigo 1 é intitulado “Escala de Estereótipo de Jovens Infratores: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro” e tem por objetivo buscar evidências de a validação e adaptação da JOSS para o cenário brasileiro, buscando a obtenção de evidência de validade e precisão.

O artigo 2 é intitulado “Escala de Ansiedade Intergrupar: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro” e tem por objetivo fornecer evidências deste instrumento no contexto brasileiro, considerando o rigor técnico que diz respeito aos contextos de tradução e adaptação de instrumentos entre diferentes culturas, como os descritos por Borsa et al. (2012). Além disso, teve como objetivo específico esclarecer as propriedades psicométricas do instrumento adaptado.

O artigo 3, denominado “A Influência das Características Individuais e dos Estereótipos Atribuídos aos Adolescentes em Conflito com a Lei na Ansiedade Intergrupar e o efeito desta no Estresse Ocupacional dos Agentes Socioeducativos”, tem por objetivo avaliar os efeitos das características individuais (autoritarismo e dominância social) dos agentes socioeducativos dos centros de internação socioeducativas do Distrito Federal e dos estereótipos atribuídos aos adolescentes em conflito com a lei na ansiedade intergrupar dos agentes. Por fim, o objetivo de avaliar os efeitos da ansiedade intergrupar resultante do convívio com os adolescentes internos nos centros de internação socioeducativo do Distrito

Federal sobre o estresse ocupacional dos agentes socioeducativos que trabalham em tais centros. Este artigo destina-se a testar as Hipóteses 1, 2, 3 e 4.

O último artigo, intitulado “Estratégias de Coping como Moderadoras da Relação entre Ansiedade Intergrupala e Estresse Ocupacional”, que tem por objetivo principal avaliar o papel moderador do coping na relação entre a ansiedade intergrupala desenvolvida pelos agentes socioeducativos e o seu estresse ocupacional. Este estudo verifica a Hipótese 5, finalizando as hipóteses a serem testadas. Completam a estrutura da tese, o capítulo introdutório em tela, onde é apresentado o desenho de estudo completo, e o capítulo final, onde há a discussão e as conclusões.

Escala de Estereótipo de Jovens Infratores: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro

Em um contexto de aumento do número de ocorrências de crimes violentos no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), crescem também as discussões acerca das possíveis estratégias de aumento da segurança pública e diminuição da violência. Dentre essas estratégias está a redução da maioria penal, que tem o apoio de 84% da população (Datafolha, 2018). Nesse contexto, discussões sobre a influência de atitudes frente aos adolescentes em conflito com a lei, assim como os estereótipos associados a eles, são fatores recorrentemente abordados na literatura.

Atitudes são avaliações de pessoas, objetos ou eventos, cuja base pode ser afetiva, comportamental ou cognitiva (Nery & Neiva, 2015; Pascoal, 2021). Frente aos jovens infratores, as atitudes podem ser influenciadas por características demográficas como raça, condição de vida e idade (Varma, 2006); pela gravidade do crime (Applegate & Davis, 2006); e pelo retrato da mídia (Muschert et al., 2014; Roberts & Doob, 1990; Koerich & Vidal, 2019). É possível perceber, ainda, que a desumanização ocupa um papel primordial no desenvolvimento de atitudes punitivas, uma vez que, após a categorização de jovens infratores como menos humanos, puni-los é ainda mais fácil (Fondacaro & O’Toole, 2015).

Por sua vez, estereotipar é um processo cognitivo que vai além da simples categorização, já que os estereótipos consistem na generalização de traços em um grupo de pessoas, ignorando a variação real entre os membros (Lima et al., 2021). Diante do contexto de adolescentes em conflito com a lei, Haegerich e colaboradores (2013) identificaram em sua pesquisa um contínuo nos estereótipos que intervala entre o “superpredador”—pessoas frias, calculistas e com predisposição à violência—e o “jovem rebelde”—alguém essencialmente bom, que se tornou vítima do ambiente social ou econômico. Ainda, observa-se que juízes mais conservadores são mais prováveis de endossar o estereótipo de superpredador, enquanto

os menos conservadores tendem a endossar o de jovem rebelde (Kaplan et al., 2017).

A tomada de decisão, por tais juízes, é especialmente afetada por estereótipos de raça e classe, de maneira que jovens negros e pobres tendem a ser mais caracterizados como superpredadores. Entre as disparidades produzidas pela estereotipização, destaca-se a transferência para tribunais de adultos e a consequente punição mais severa destes jovens (Sampson & Laub, 1993). Para explicar esse cenário, Thomas et al. (2013) se baseiam no princípio da ameaça simbólica, que compreende que o grupo responsável por tomar as decisões percebem pessoas negras e pobres como uma ameaça à ordem dominante por serem incapazes de seguir os padrões estabelecidos pela classe média.

Após o encarceramento, evidências mostram consequências físicas e emocionais significativas para o desenvolvimento dos jovens (Redding, 2003; Hora et al, 2018), além da luta para a reinserção desses indivíduos na comunidade (Sampson, 1987; Campos et al, 2021). Nesse contexto, as atitudes da população, muitas vezes baseadas em estereótipos, são de fundamental influência para a implementação de políticas públicas (Tanasichuk & Wormith, 2012; Fernandes & Marques, 2020; da Cunha et al, 2020).

Considerando a necessidade de investigar detalhadamente o contexto de tomada de decisão, a Juvenile Offender Stereotype Scale (JOSS; Haegerich et al., 2013) é um instrumento de reconhecida importância. Composto de 61 itens, ele é utilizado para medir o suporte aos estereótipos direcionados ao jovem infrator, utilizando o contínuo de superpredador ao jovem rebelde, todavia, essa escala contempla outros fatores para além do descrito. Escores altos na JOSS indicam um suporte maior ao estereótipo que categoriza jovens infratores como essencialmente maus, frios e calculistas. Sob tal perspectiva, esse estudo tem por objetivo a validação e adaptação da JOSS para o cenário brasileiro, buscando a obtenção de evidências de validade e precisão.

A escala é dividida em seis subescalas. A primeira é a de Padrões de Ofensa,

composta por quatro itens que versam sobre situações clichês de atos infracionais que os adolescentes possam cometer, deliberando sobre a frequência da prática e as características (violentas ou não) dos atos cometidos. A segunda subescala é a de Competência em Tomada de Decisões e avalia questões como o quanto os jovens compreendem os riscos e a gravidade de suas ações. A terceira subescala é a de Competência em Entendimento Legal, que avalia a capacidade dos adolescentes de entenderem/interpretarem as leis e seus direitos e obrigações. A quarta subescala é a de Razões para Ofender, Fator 1, e investiga sobre as razões que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais por uma perspectiva de perfil de superpredadores. Já a subescala seguinte, a quinta, denominada Razões para Ofender, Fator 2, busca compreender as razões que levam os jovens a praticarem atos infracionais sob uma perspectiva de vítimas de um contexto. Por fim, a sexta subescala, Potencial de Recidiva e Reabilitação, avalia sobre quais as melhores formas de lidar com os adolescentes uma vez tendo estes cometido atos infracionais (e.g., tratando-os como adultos).

Método

Participantes

Participaram dessa pesquisa 784 participantes. No entanto, 283 foram excluídos por não completarem toda a pesquisa e 8 foram excluídos por indicarem ser menores de idade. A amostra final foi composta por 493 participantes. Destes, 156 (31,64%) se identificaram com o gênero masculino, 332 (67,34%) se identificaram com o gênero feminino e 5 não indicaram o gênero com o qual se identificam; as idades variaram de 18 a 74 anos com média de 26 anos ($DP = 11,08$); 355 (72%) se declararam heterossexuais, 47 (9,53%) se declararam homossexuais e 91 (18,46%) declararam outras orientações sexuais; 332 (67,34%) estavam cursando ou já haviam completado o Ensino Superior, 89 (18,05%) estavam cursando ou já haviam completado alguma Pós-Graduação, 70 (14,20%) haviam completado o Ensino Médio e apenas 7 haviam completado apenas o Ensino Fundamental. Quanto ao posicionamento

político, variando entre 1 (extrema esquerda) e 10 (extrema direita), os participantes apresentaram média de 4,00 ($DP = 1,75$).

Instrumento

Escala de Estereótipo de Jovens Infratores (JOSS). A Juvenile Offender Stereotype Scale (JOSS, Haegerich et al., 2013) é composta por 61 itens divididos em 5 subescalas: Competência da Tomada de Decisão (12 itens), Competência do Entendimento Jurídico (10 itens), Razões para Infração (24 itens), Padrões de Ofensa (6 itens) e Potencial de Reincidência/Reabilitação (9 itens). Cada item é mensurado em uma escala tipo Likert de 6 pontos, variando entre 1 (“*Discordo muito*”) e 6 (“*Concordo muito*”). Escores altos na JOSS representam um suporte maior ao estereótipo de Superpredador e menor ao estereótipo de Jovem Rebelde (Haegerich et al., 2013). A escala foi traduzida por dois tradutores independentes fluentes em inglês e nativos em português, seguindo as instruções propostas para a adaptação transcultural e validação de instrumentos psicológicos. As duas traduções foram submetidas a uma síntese com o objetivo de comparar as diferenças linguísticas, semânticas e contextuais para, assim, chegar à versão final –conforme o modelo proposto por Borsa et al. (2012).

Procedimentos

A pesquisa foi disponibilizada em formulário online que constava do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), da JOSS e de dados sociodemográficos. O link de acesso ao formulário foi divulgado através das redes sociais e a coleta de dados ocorreu por meio da plataforma Survey Monkey. O tempo médio para responder a pesquisa era de 15 minutos e todos os aspectos éticos foram cuidadosamente garantidos, considerando assim a autonomia dos respondentes, a beneficência com os resultados obtidos, e a não maleficência da participação nos sujeitos.

As análises foram realizadas para cada subescala da JOSS, de forma a manter

consistência com o analisado por Haegerich et al. (2013) que trataram cada subescala individualmente nas análises psicométricas realizadas. Para avaliar a adequação das matrizes de correlação foi utilizado o teste de esfericidade de Bartlett que deve ser significativo em $p < 0,05$ e o índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) que deve ser igual ou superior a 0,70 para indicar a adequação.

Para as Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) foi utilizado o método para extração de fatores *Minimum Rank Factor Analysis* (MRFA; Shapiro & ten Berge, 2002) que reduz a variância comum residual, possibilitando a interpretação da proporção da variância comum explicada pelos fatores retidos (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2006), dessa forma este método favorece a interpretabilidade dos fatores e o ajuste do modelo. Contudo, entende-se que tipicamente esse tipo de escala é tida como ordinal, em vez de intervalar, portanto foi executada a análise de normalidade de Mardia para avaliar a adequação deste método. Conforme necessário, análises e resultados subsequentes tratando os dados como ordinais e utilizando um método de extração apropriado para tal serão apresentados como material suplementar e também avaliados de acordo.

Para decidir quantos fatores seriam retidos foi utilizado o Método Hull (MH). No caso de soluções multidimensionais foi utilizada a rotação ortogonal *Weighted Varimax*, já que é esperada baixa correlação entre os fatores, ainda assim a correlação entre fatores foi avaliada e deve ser inferior a $|0,40|$ para justificar a utilização de rotação ortogonal.

Como critério de retenção dos itens, os que apresentarem carga fatorial inferior $|0,40|$ foram eliminados. A análise de consistência interna das subescalas foi realizada por meio do coeficiente Alfa de Cronbach e Ômega de McDonald, os quais seriam aceitáveis acima de 0,60 (Damásio, 2012), e da correlação média interitem.

Resultados

Subescala de Padrões de Ofensa

A análise da adequação da matriz de correlações sugeriu a possibilidade de seguir com a AFE por meio do $KMO = 0,76$ e teste de esfericidade de Bartlett significativo, $\chi^2 (15) = 944,5$, $p < 0,001$. Segundo a AFE, apenas um fator apresentou autovalor acima de 1, explicando 71,71% da variância comum, convergindo com o resultado do MH para retenção de uma solução unidimensional. Essa solução apresentou cargas variando de 0,56 (“A maioria dos jovens que cometem crimes cometem crimes não violentos.”) a 0,78 (“A maioria dos jovens que cometem crimes cometem delitos violentos.”), com a eliminação de um item (“Dos crimes cometidos por jovens, qual a porcentagem são crimes não violentos?”) por apresentar carga fatorial abaixo do ponto de corte e invertida ao teoricamente previsto, tais resultados estão apresentados na Tabela 1. A escala apresentou bons índices de consistência interna com a eliminação do item, $\alpha = 0,81$ e $\omega = 0,82$, além de correlação média interitem de $r = 0,47$.

Tabela 1

Cargas Fatoriais da Subescala Padrões de Ofensa.

Variável	Fator
Qual a porcentagem de todos os crimes que são cometidos por jovens?	0,75
Dos crimes cometidos por jovens, qual a porcentagem são crimes violentos?	0,71
Dos crimes cometidos por jovens, qual a porcentagem são crimes não violentos?	-0,24
A maioria dos crimes são cometidos por jovens.	0,78
A maioria dos jovens que cometem crimes cometem crimes não violentos.	-0,56
A maioria dos jovens que cometem crimes cometem delitos violentos.	0,78

Nota. Cargas fatoriais acima de $|0,40|$ encontram-se em negrito.

Subescala de Competência em Tomada de Decisões

A análise da matriz de correlação dessa subescala também indicou a possibilidade de fatoração dos dados, indicando $KMO = 0,92$ e teste de Bartlett significativo, $\chi^2 (66) = 2410,6$, $p < 0,001$. Dessa forma, foi realizada a análise de retenção dos fatores por meio do MH que

indicou uma solução unidimensional. A AFE indicou, portanto, apenas um fator com autovalor acima de 1, o qual explicou 71,63% da variância comum e apresentou cargas fatoriais variando entre 0,46 (“A maioria dos jovens que cometem crimes possuem habilidades sofisticadas de raciocínio.”) e 0,79 (“A maioria dos jovens que cometem crimes não são capazes de compreender o risco de se envolverem em atividades criminosas.”). Segundo a análise, um item deveria ser eliminado por apresentar carga fatorial abaixo do porto de corte (“A maioria dos jovens que cometem crimes possuem um raciocínio abstrato ruim e uma baixa capacidade de resolução de problemas.”). Os resultados estão apresentados na Tabela 2. Considerando a remoção deste item, a escala apresentou bons índices de consistência interna, $\alpha = 0,88$ e $\omega = 0,89$, além de correlação média interitem de $r = 0,38$.

Tabela 2

Cargas Fatoriais da Subescala Competência em Tomada de Decisões.

Variável	Fator
A maioria dos jovens que cometem crimes possuem um raciocínio abstrato ruim e uma baixa capacidade de resolução de problemas.	-0,22
A maioria dos jovens que cometem crimes conseguem medir as consequências de custo e benefício de se envolver em comportamentos criminosos.	0,61
A maioria dos jovens que cometem crimes são capazes de diferenciar entre o certo e o errado.	0,59
A maioria dos jovens que cometem crimes conseguem compreender a gravidade dos seus crimes.	0,78
A maioria dos jovens que cometem crimes não são maduros o suficiente para compreender completamente as consequências de suas decisões de se envolverem em atividades criminosas.	-0,70
A maioria dos jovens que cometem crimes são capazes de elaborar intenções criminosas.	0,60
A maioria dos jovens que cometem crimes não conseguem compreender as consequências das suas ações.	-0,78
A maioria dos jovens que cometem crimes não têm maturidade para tomar decisões.	-0,73
A maioria dos jovens que cometem crimes não são capazes de compreender o risco de se envolverem em atividades criminosas.	-0,79
A maioria dos jovens que cometem crimes são maduros intelectualmente o suficiente para avaliar com precisão os prós e contras de se envolverem em comportamentos criminosos.	0,68
A maioria dos jovens que cometem crimes não conseguem compreender a precisão da injustiça dos seus atos.	-0,63
A maioria dos jovens que cometem crimes possuem habilidades sofisticadas de raciocínio.	0,46

Nota. Cargas fatoriais acima de $|0,40|$ encontram-se em negrito.

Subescala de Competência em Entendimento Legal

A matriz de correlação dessa subescala indicou possibilidade de fatoração da mesma, apresentando $KMO = 0,91$ e teste de esfericidade de Bartlett significativo, $\chi^2(45) = 2305,0$, $p < 0,001$. A análise de retenção dos fatores por meio do MH indicou uma solução unidimensional e a AFE indicou apenas um fator com autovalor acima de 1, o qual explicou 76,61% da variância comum, e apresentou cargas fatoriais entre 0,48 (“A maioria dos jovens não são capazes de compreender a terminologia jurídica, como “circunstância atenuante”, “interrogatório” ou “perpetrador.”) e 0,83 (“A maioria dos jovens que cometem crimes compreendem o papel de todos os envolvidos no sistema de justiça criminal, como o juiz, procurador (advogado de acusação) e advogado de defesa.”), sendo que nenhum item apresentou carga fatorial abaixo do ponto de corte, conforme Tabela 3. A subescala apresentou bons índices de consistência interna, $\alpha = 0,89$ e $\omega = 0,89$, além disso também apresentou correlação média interitem de $r = 0,45$.

Tabela 3

Cargas Fatoriais da Subescala Competência em Entendimento Legal.

Variável	Fator
A maioria dos jovens que cometem crimes não são capazes de compreender o processo judicial.	-0,54
A maioria dos jovens que cometem crimes compreendem que possuem diferentes opções jurídicas, tais como confissão de crime por parte do acusado em troca de uma pena menor versus declarar-se culpado.	0,69
A maioria dos jovens que cometem crimes entendem os seus direitos (que têm o direito ao silêncio, que têm direito a um advogado, etc.).	0,79
A maioria dos jovens que cometem crimes conseguem informar a respeito deles mesmos e das atividades criminais para o seu advogado de defesa de forma efetiva.	0,76
A maioria dos jovens que cometem crimes compreendem o papel de todos os envolvidos no sistema de justiça criminal, como o juiz, procurador (advogado de acusação) e advogado de defesa.	0,83

A maioria dos jovens que cometem crimes não compreendem o processo de julgamento criminal.	-0,78
A maioria dos jovens que cometem crimes são capazes de tomar decisões jurídicas importantes que estão envolvidas no processo do julgamento.	0,60
A maioria dos jovens não são capazes de compreender a terminologia jurídica, como “circunstância atenuante”, “interrogatório” ou “perpetrador”.	-0,48
A maioria dos jovens que cometem crimes não são capazes de ajudar os seus advogados a desenvolverem uma estratégia de defesa eficaz.	-0,61
A maioria dos jovens que cometem crimes compreendem os procedimentos jurídicos.	0,78

Nota. Cargas fatoriais acima de $|0,40|$ encontram-se em negrito.

Subescala de Razões para Ofender

A matriz de correlação dessa subescala indicou a possibilidade de fatoração da mesma, com $KMO = 0,90$ e teste de esfericidade de Bartlett significativo, $\chi^2 (276) = 4168,9$, $p < 0,001$. No caso dessa subescala o MH indicou uma solução multidimensional com dois fatores, porém teoricamente deveria haver apenas um fator, portanto a AFE foi rodada com as duas soluções de forma a verificar qual seria mais parcimoniosa.

A AFE apresentou dois fatores com autovalor acima de 1, sendo que a solução com um fator explicaria 39,99% da variância comum, enquanto com dois fatores explicaria 62,32% da variância comum. Além disso, a solução com um fator sugeriu a eliminação de oito itens, enquanto a solução com dois fatores sugeriu a eliminação apenas de três itens, com base nas cargas fatoriais abaixo do ponto de corte.

Portanto, optamos pela a solução multidimensional que apresentou cargas fatoriais variando de 0,46 (“A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque eles não têm outra escolha.”) a 0,77 (“A maioria dos jovens que cometem crimes possuem uma má essência.”) no Fator 1 e de 0,40 (“A maioria dos jovens que cometem crimes possuem problemas de saúde mental (problemas psicológicos).”) a 0,74 (“A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque eles cresceram em circunstâncias ruins.”) no Fator 2. Os itens que apresentaram carga fatorial abaixo do ponto de corte e foram eliminados os itens: “A

maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque são impulsivos, pois, para eles, é difícil encontrar uma forma de regular os seus comportamentos e as suas emoções.”; “A maioria dos jovens cometem crimes por terem falhado para o “sistema”; e “A maioria dos jovens cometem crimes porque eles não têm consciência.” Os resultados desta solução se encontram na Tabela 4.

Tabela 4

Cargas Fatoriais da Subescala Razões para Ofender na Solução Multidimensional.

Variável	Fator 1	Fator 2
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque são impulsivos, pois, para eles, é difícil encontrar uma forma de regular os seus comportamentos e as suas emoções.	0,17	0,29
A maioria dos jovens cometem crimes porque eles cresceram em um ambiente familiar desestruturado.	-0,08	0,72
A maioria dos jovens cometem crimes porque eles tiveram uma educação ruim.	0,02	0,64
Influências negativas de outros colegas levam os jovens a cometerem crimes.	0,09	0,42
A maioria dos jovens que cometem crimes são jovens rebeldes que acabaram seguindo o caminho errado.	0,53	0,10
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso devido ao ambiente em que vivem.	-0,27	0,70
A maioria dos jovens que cometem crimes são criminosos e continuarão a cometer crimes pelo o resto de suas vidas.	0,65	-0,02
A maioria dos jovens que cometem crimes são frios, “superpredadores” calculistas.	0,71	-0,19
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso por falta de suporte emocional dos amigos e da família.	-0,21	0,62
A maioria dos jovens que cometem crimes não são realmente más pessoas.	-0,47	0,33
A maioria dos jovens cometem crimes porque não têm moral.	0,66	-0,01
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso por causa de suas características de personalidade.	0,58	-0,07
A maioria dos jovens cometem crimes por terem falhado para o “sistema”.	-0,04	0,38
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque eles só se preocupam com recompensas imediatas e não se importam com os seus futuros.	0,54	0,00
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque eles não foram socializados adequadamente.	-0,01	0,60
A maioria dos jovens que cometem crimes são criminosos perigosos.	0,66	-0,11
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque eles cresceram em circunstâncias ruins.	-0,35	0,74
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque eles não têm outra escolha.	-0,47	0,42
A maioria dos jovens que cometem crimes possuem problemas de saúde mental (problemas psicológicos).	0,15	0,40

A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque os seus pais os rejeitaram e não os supervisionaram adequadamente.	0,16	0,56
A maioria dos jovens que cometem crimes possuem uma má essência.	0,77	-0,12
A maioria dos jovens que cometem crimes são psicopatas.	0,68	-0,08
A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso por causa do ambiente em que vivem.	-0,29	0,67
A maioria dos jovens cometem crimes porque eles não têm consciência.	0,26	0,16

Nota. Cargas fatoriais acima de $|0,40|$ encontram-se em negrito.

A maioria dos itens invertidos dessa subescala carregaram no Fator 2, enquanto os outros itens carregaram, em sua maioria, no Fator 1. Essa subescala apresentou bons índices de consistência interna após a eliminação dos três itens, sendo: no Fator 1, $\alpha = 0,86$ e $\omega = 0,87$; e no Fator 2, $\alpha = 0,84$ e $\omega = 0,85$. Ainda, a correlação média interitem foi de $r = 0,25$.

Subescala de Potencial de Recidiva e Reabilitação

Por fim, a análise de adequação da matriz de correlação da subescala de Potencial de Recidiva e Reabilitação também apresentou a possibilidade de fatoração com $KMO = 0,88$ e teste de esfericidade de Bartlett significativo, $\chi^2(36) = 2733,6$, $p < 0,001$. O MH indicou a retenção de apenas um fator convergindo com a solução unidimensional sugerida pela AFE com apenas um fator com autovalor acima de 1 que explicou 73,10% da variância comum. Essa solução apresentou cargas fatoriais variando de 0,54 (item 2) a 0,93 (item 6), sendo que o item 1 não apresentou carga fatorial acima do ponto de corte e foi eliminado, conforme apresentado na Tabela 5. A escala apresentou bons índices de consistência interna com a eliminação do item, $\alpha = 0,90$ e $\omega = 0,91$, além de correlação média interitem de $r = 0,46$.

Tabela 5

Cargas Fatoriais da Subescala Potencial de Recidiva e Reabilitação.

Variável	Fator 1
A maioria dos jovens que cometem crimes podem responder ao tratamento e se tornarem cidadãos melhores.	-0,33
É possível reabilitar (mudar) jovens que cometem crimes.	-0,54

A maioria dos jovens que cometem crimes deveriam ser julgados como adultos no tribunal criminal.	0,90
Deveria haver penas realmente leves para os jovens que cometem crimes.	-0,62
A sociedade é muito tolerante com os jovens que cometem crimes.	0,76
A maioria dos jovens que cometem crimes deveriam ser sentenciados como se fossem adultos.	0,93
O sistema é muito duro com os jovens que cometem crimes.	-0,76
A maioria dos jovens que cometem crimes deveriam receber menos responsabilidade pelas suas ações, devido a sua imaturidade.	-0,56
Deveria haver penas realmente severas para os jovens que cometem crimes.	0,84

Nota. Cargas fatoriais acima de $|0,40|$ encontram-se em negrito.

Discussão

Os objetivos do estudo foram alcançados, posto que a JOSS apresentou evidências favoráveis de validade. Constata-se, contudo, a necessidade de algumas alterações na versão brasileira da escala, as quais envolvem a adição de um fator e a remoção de oito itens.

Haegerich e colaboradores (2013) dividem a JOSS em 5 subescalas: Competência da Tomada de Decisão (12 itens), Competência do Entendimento Jurídico (10 itens), Razões para Infração (24 itens), Padrões de Ofensa (6 itens) e Potencial de Reincidência/Reabilitação (9 itens). Entretanto, os resultados obtidos nessa pesquisa não foram congruentes com o estudo original, de maneira que a subescala Razões para Infração—compreendida, antes, como um único fator—foi dividida em dois fatores. Os itens englobados no Fator 1 se relacionam ao estereótipo de Superpredador, isto é, jovens ofendem, pois, são essencialmente maus, sem moral e buscam recompensas imediatas independentemente das consequências. Em contrapartida, os itens pertencentes ao Fator 2 correspondem ao estereótipo de Jovem Rebelde, cuja razão para ofender se baseia na influência do ambiente nas ações do adolescente infrator, como, por exemplo, acesso precário à educação, falta de suporte familiar e socialização inadequada.

O instrumento original é composto por 61 itens, entretanto este estudo utilizou como critério a apresentação de carga fatorial maior que 0,4. Em concordância com essa regra, na

subescala Padrões de Ofensa o item “Dos crimes cometidos por jovens, qual a porcentagem são crimes não violentos?” foi eliminado, embora outro item desta mesma subescala (“A maioria dos jovens que cometem crimes cometem crimes não violentos”) também aborde a percepção da população sobre a quantidade de crimes cometidos por jovens infratores. Na subescala Competência de Tomada de Decisões, o item “A maioria dos jovens que cometem crimes possuem um raciocínio abstrato ruim e uma baixa capacidade de resolução de problemas” apresentou carga fatorial abaixo de 0,4. Entretanto, outros itens como “A maioria dos jovens que cometem crimes possuem habilidades sofisticadas de raciocínio.” e “A maioria dos jovens que cometem crimes são capazes de diferenciar entre o certo e o errado” versam sobre a capacidade de resolução de problemas e de raciocínio abstrato de jovens infratores. Segundo Hughes e McPhetres (2016), a percepção da comunidade sobre o grau maturidade dos jovens é um dos fatores que influenciam na culpabilização e na sentença desses infratores.

Na subescala Competência em Entendimento Legal, nenhum item foi extraído. Na subescala Razões para Ofender, dividida em Fator 1 e Fator 2, três itens foram eliminados. Os itens “A maioria dos jovens que cometem crimes fazem isso porque são impulsivos, pois, para eles, é difícil encontrar uma forma de regular os seus comportamentos e as suas emoções.” e “A maioria dos jovens cometem crimes porque eles não têm consciência” apresentaram carga fatorial abaixo de 0,4 nos dois fatores. No entanto, o item “A maioria dos jovens que cometem crimes conseguem medir as consequências de custo e benefício de se envolver em comportamentos criminosos” (subescala Tomada de Decisões) resguarda semelhança semântica com aqueles eliminados, uma vez que todos versam sobre a maturidade do jovem infrator de compreender as suas ações, ponderar os custos e benefícios e, posteriormente, controlar a impulsividade e os sentimentos. Ainda, o item “A maioria dos jovens cometem crimes por terem falhado para o ‘sistema’.” foi retirado da escala em razão da carga fatorial

ter ficado abaixo do limite utilizado como critério. Na subescala Potencial de Recidiva e Reabilitação, apenas um item foi eliminado, sendo este “A maioria dos jovens que cometem crimes podem responder ao tratamento e se tornarem cidadãos melhores.”. O item não possui correspondente semântico em sua própria subescala ou em outra subescala do instrumento.

Considerações Finais

Ao revisitar os estudos que fundamentam teoricamente as pesquisas com estereótipos atribuídos a adolescentes em conflito com a lei, é evidente a relevância de pesquisas dentro desse contexto utilizando o referido construto. Mais evidente ainda é a necessidade de escalas que possibilitem mensurar o fenômeno. Esse estudo teve por objetivo a adaptação transcultural e a busca por evidências de validade de uma escala de estereótipo de jovens infratores. As análises realizadas resultam em um instrumento fidedigno, adaptado para o contexto brasileiro e com índices psicométricos confiáveis. Apesar de que demande-se por novas análises após o ajuste do modelo, de maneira geral fica assegurada a eficiência da escala para investigações com fins acadêmicos.

Como principal limitação aos achados aqui apontados, identifica-se a baixa variabilidade da amostra, recomendando-se a aplicação do instrumento em um público de perfil mais abrangente no que diz respeito tanto a localização geográfica, quanto perfil sociodemográfico. Indica-se também que o instrumento seja utilizado concomitantemente a outros questionários, visto que, como discutido, uma série de outras variáveis podem interferir nas respostas dos participantes. Ainda como limitação tem o fato de tratar-se de um instrumento de autorrelato, assim, o uso de outros instrumentos em paralelo a esse é novamente indicado.

Sugere-se para futuras pesquisas no Brasil que seja verificado o resultado do questionário em outros públicos, e a verificação da relação do construto de estereótipos com

outros como, atitudes, autoritarismo, conservadorismo e nível de dominância social. Sugere-se ainda pesquisas com métodos quase-experimentais. E por fim, estudos longitudinais, acompanhando a variabilidade da percepção das pessoas frente às mudanças sociais que o país está vivenciando.

Referências

- Applegate, B. K., & Davis, R. K. (2006). Public views on sentencing juvenile murderers: The impact of offender, offense, and perceived maturity. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 4(1), 55–74. <https://doi.org/10.1177/1541204005282312>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Campos, R. G., Machado, D. F., Quinelatto, R. F., & da Conceição, W. L. (2021). O impacto da medida socioeducativa de liberdade assistida na auto-organização do projeto de vida de jovens em conflito com a lei. *Research, Society and Development*, 10(5), <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14792>
- Damásio, B. F. (2012). Uses of exploratory factorial analysis in Psychology. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf>
- Datafolha. (2018). *Violência*. <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/01/14/15c9badb875e00d88c8408b49296bf94-v.pdf>
- Da Cunha, M. M., da Cunha, D. A., de Andrade, Á. A. X., & da Silva, N. T. C. (2020). O papel das políticas públicas de educação para a ampliação das liberdades dos jovens. *Sémata: Ciências Sociais e Humanidades*, (32), 369-387. <https://doi.org/10.15304/s.32.6438>

- Fernandes, I. M. V., & Marques, C. A. (2020). Das políticas públicas à atração e fixação dos jovens na região Transmontana. In *XXX Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica: cooperação transfronteiriça. Desenvolvimento e coesão territorial. Livro de resumos (p. 121)*. Instituto Politécnico de Bragança.
- Fondacaro, M. R., & O'Toole, M. J. (2015). American punitiveness and mass incarceration. *New Criminal Law Review*, *18*(4), 477–509.
<https://doi.org/10.1525/nclr.2015.18.4.477>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (ano 14). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>
- Haegerich, T. M., Salerno, J. M., & Bottoms, B. L. (2013). Are the effects of juvenile offender stereotypes maximized or minimized by jury deliberation? *Psychology, Public Policy, and Law*, *19*(1), 81–97. <https://doi.org/10.1037/a0027808>
- Hora, M. M. C. C., Venancio, M. F., & Thomasi, T. Z. (2018). Meninas no crime: uma análise das medidas socioeducativas aplicadas às adolescentes em conflito com a lei. In [TESTE] *Anais do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade* (Vol. 1, No. 1).
- Hughes, J. S., & McPhetres, J. (2016). The influence of psychosocial immaturity, age, and mental state beliefs on culpability judgments about juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, *43*(11), 1541–1557. <https://doi.org/10.1177/0093854816655377>
- Kaplan, T., deBraga, F., Taylor, M., Mulvey, P., & Miller, M. K. (2017). Individual differences relate to juvenile offender stereotypes. *Applied Psychology in Criminal Justice*, *13*(2), 125-141. http://dev.cjcenter.org/files/apcj/APCJ%20FALL%202017-Kaplan.pdf_1513122131.pdf
- Koerich, B. R., & Vidal, A. D. S. (2019). Portas fechadas no meio aberto: educação de jovens

com restrição de liberdade. *Reflexão e Ação*, 27(2), 77-94.

<https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12628>

Lima, M. E. O., & Leite, M. F. (2021). Conteúdo dos estereótipos e preconceito racial: Efeitos da cordialidade e da competência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e37546.

<https://doi.org/10.1590/0102.3772e37546>

Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2006). FACTOR: A computer program to fit the exploratory factor analysis model. *Behavior Research Methods*, 38(1), 88–91.

<https://doi.org/10.3758/BF03192753>

Marques, J., Abrams, D., Paez, D., & Martinez-Taboada, C. (1998). The role of categorization and in-group norms in judgments of groups and their members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(4), 976–988. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.75.4.976>

<https://doi.org/10.1037/0022-3514.75.4.976>

Milner, A., Witt, K., LaMontagne, A. D., & Niedhammer, I. (2018). Psychosocial job stressors and suicidality: A meta-analysis and systematic review. *Occupational and Environmental Medicine*, 75(4), 245–253. <https://doi.org/10.1136/oemed-2017-104531>

<https://doi.org/10.1136/oemed-2017-104531>

Muschert, G. W., Henry, S., Nicole, L. B., & Peguero, A. A. (2014). *Responding to school violence: Confronting the Columbine effect*. Lynne Rienner Publishers.

Nery, V. de F., & Neiva, E. R. (2015). Variáveis de contexto e respostas à mudança organizacional: Testando o papel mediador das atitudes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(2), 259–268. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015021968259268>

Pascoal, M. M. . (2021). Algumas possibilidades para pensar as atitudes violentas contra pessoas LGBT. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(7), 183–190. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1678>

Redding, R. E. (2003). The effects of adjudicating and sentencing juveniles as adults:

- Research and policy implications. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 1(2), 128–155.
<https://doi.org/10.1177/1541204002250875>
- Roberts, J. V., & Doob, A. N. (1990). News media influences on public views of sentencing. *Law and Human Behavior*, 14(5), 451–468. <https://doi.org/10.1007/BF01044222>
- Sampson, R. J. (1987). Communities and crime. In M. R. Gottfredson, & T. Hirschi (Eds.), *Positive criminology* (pp. 91-114). SAGE.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1993). Structural variations in juvenile court processing: Inequality, the underclass, and social control. *Law & Society Review*, 27(2), 285.
<https://doi.org/10.2307/3053938>
- Shapiro, A., & ten Berge, J. M. F. (2002). Statistical inference of minimum rank factor analysis. *Psychometrika*, 67(1), 79–94. <https://doi.org/10.1007/BF02294710>
- Tanasichuk, C. L., & Wormith, J. S. (2012). Changing attitudes toward the criminal justice system: Results of an experimental study. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 54(4), 415–441. <https://doi.org/10.3138/cjccj.2011.E.40>
- Thomas, S. A., Moak, S. C., & Walker, J. T. (2013). The contingent effect of race in juvenile court detention decisions: The role of racial and symbolic threat. *Race and Justice*, 3(3), 239–265. <https://doi.org/10.1177/2153368712468862>
- Varma, K. N. (2006). Face-ing the offender: Examining public attitudes towards young offenders. *Contemporary Justice Review*, 9(2), 175–187.
<https://doi.org/10.1080/10282580600784986>

Escala de Ansiedade Intergrupar: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro

Em seus trabalhos sobre ansiedade intergrupar, Stephan e Stephan (1985) discorrem que as pessoas frequentemente sentem-se ameaçadas ao interagirem com sujeitos de outro grupo social (exogrupo), que não é o grupo ao qual pertence (endogrupo). A justificativa seria estarem preocupados com os resultados negativos oriundos dessa interação, como desaprovação, rejeição e constrangimento (Stephan e Stephan, 1985). A Teoria da Ansiedade Intergrupar propõe que a ansiedade vivenciada nas relações com membros de exogrupos tenderá a ser mais alta se esses exogrupos tiverem um histórico prévio de antagonismo com o endogrupo. Assim, o endogrupo perceberá o exogrupo como essencialmente diferente, dando lugar a uma interação desestruturada e competitiva (Stephan & Stephan 1985, 1989, 1992; Hayward et al, 2017).

A ansiedade intergrupar auxilia a compreender a razão de porque, às vezes, as interações entre diferentes grupos serem complicadas (Stephan & Stephan, 1985). Diferente da ansiedade geral, definida como a sensação de perigo iminente percebida de maneira generalizada (American Psychiatric Association, 2014), a ansiedade intergrupar descreve um tipo de ansiedade experimentada quando os indivíduos antecipam ou se envolvem na interação com membros de exogrupos. A ansiedade intergrupar é mais restrita do que a ansiedade geral posto que está circunscrita a interações sociais no contexto das relações intergrupais.

Já como outros tipos de ansiedade, a ansiedade intergrupar é consequente da antecipação dos efeitos negativos, sendo que as pessoas receiam quatro tipos de consequências negativas no contexto das relações intergrupais, a saber consequências psicológicas ou comportamentais e avaliação negativa dos membros do exogrupo ou do próprio endogrupo (Stephan & Stephan, 1985). A ansiedade intergrupar tem três componentes que atuam de maneira inter-relacionadas, são eles: afetivo, cognitivo e fisiológico (Stephan,

2014).

O componente afetivo diz respeito a quanto a ansiedade intergrupar é vivenciada como aversiva ou quanto as pessoas sentem-se apreensivas, angustiadas e desconfortáveis durante as relações com membros de exogrupos. Diversos estudos têm observado evidências positivas para esse componente e seus efeitos na ansiedade intergrupar, como, por exemplo, um experimento onde foi percebido que em interações interracialis os participantes estadunidenses brancos relataram maior ansiedade ao anteciparem a interação com negros também estadunidenses do que com outros brancos (Britt et al., 1996; Trawalter et al, 2009). Outro experimento descreveu que estudantes universitários brancos estadunidenses relataram maior desconforto em suas interações com negros e americanos de descendência asiática do que em suas interações com outros brancos (Littleford et al., 2005; Trawalter et al, 2012). Por fim, Liu et al. (2010) e Kuil et al. (2019) identificaram que negociações interracialis levaram a maior desconforto relatado do que negociações entre pares.

O componente cognitivo diz respeito às expectativas de que a interação com membros de outros grupos tenha consequências negativas. Seja por se preocupar com consequências psicológicas desconfortáveis (e.g., vergonha, incompreensão, medo, confusão e irritação; Plant et al., 2008), ou por se preocuparem com consequências comportamentais danosas (e.g., danos físicos, assédio e doenças; Butz & Plant, 2006, 2014 ; Plant & Devine, 2003). O sujeito pode preocupar-se com a possibilidade de ser avaliado de maneira negativa pelo exogrupo (i.e., com desaprovação, desprezo e desrespeito; Plant et al., 2008 e Van Bommel et al. 2021). Podendo ainda, ser avaliado negativamente por membros do próprio grupo (Stephan, 2014; Stephan & Stephan, 1985). As pessoas podem sentir ansiedade intergrupar sem necessariamente compreender ou identificar suas preocupações, pois na maioria dos casos o sentimento de ansiedade intergrupar está intimamente ligado às preocupações de base cognitiva descritas (Stephan & Stephan, 1985).

No que diz respeito ao componente fisiológico, trata-se de atividades corporais que geram sensação de desconforto ou são prejudiciais à saúde das pessoas. No caso da ansiedade intergrupar, os sujeitos experimentam respostas galvânicas como aumento da pressão arterial diastólica, aumento da pressão arterial sistólica e aumento dos níveis de cortisol (Littleford et al., 2005; Toosi et al, 2012; Rankin & Campbell, 1955, Ramnani, 2014). Pesquisas demonstram haver uma relação entre os componentes psicológicos e os fisiológicos, sendo portanto uma interação comum (Cacioppo & Tassinari, 1990). De modo que seja comum a experimentação dos efeitos fisiológicos e afetivos.

Para estudar e entender o construto comportamento é importante buscar compreender como ele se relaciona com outros construtos, antecedentes e consequentes, dentro de uma rede nomológica. Ou seja, a ansiedade intergrupar é causada por um conjunto de variáveis que a antecedem, a saber, características individuais, atitudes e cognições, relacionados ao exogrupo. E tem ainda, consequências, uma vez instalada nos sujeitos, que podem ser em componentes cognitivos, afetivos ou comportamentais.

Ainda, estudos apontam que existem quatro categorias básicas de antecedentes da ansiedade intergrupar, i.e., traços de personalidade, atitudes, experiências e fatores situacionais (Aberson, 2019; Aberson & Gaffney, 2009; Pettigrew & Tropp, 2008; Renfro et al., 2006; Stephan, 2014). No que tange à personalidade, trata-se de características pessoais e dizem respeito a traços individuais relativamente duradouros, posto que influenciam a forma como as interações intergrupais são estruturadas, assim como as atitudes em relação aos grupos externos (Stephan, 2014). Os traços mais propensos a antecipar as pessoas a experimentarem ansiedade intergrupar são aqueles que as levam a serem preconceituosas, etnocêntricas, desconfiadas, intolerantes, com baixa autoconfiança, baixa empatia e hostis (Renfro et al., 2006; Saude, 2019).

Quanto às atitudes, faz-se aqui uma restrição a percepções negativas que são

antecessores relevantes da ansiedade intergrupar, atuando como base das expectativas negativas em relação à interação com pessoas do exogrupo. Em especial, o preconceito influencia no sentido de levar o sujeito a se preocupar com o fato de suas atitudes negativas serem evidentes para os membros do exogrupo; e, ainda, antecipar como os membros do exogrupo retribuirão suas atitudes negativas (Aberson & Gaffney, 2009; Van Bergen et al, 2021).

As experiências pessoais influenciam e antecedem a ansiedade em razão de que baixos níveis de contato com pessoas de outros grupos podem deixar as pessoas com uma compreensão limitada dos comportamentos, características, crenças e valores do exogrupo (Pettigrew & Tropp, 2008; Daiber, 2017). A falta de contato com membros de outros grupos pode também aumentar as preocupações sobre ser rejeitado por membros do exogrupo. A literatura aponta que o contato prévio negativo com membros do exogrupo tem efeito mais adverso na ansiedade intergrupar do que o contato neutro ou positivo (Stephan, 2014).

Por fim, os fatores situacionais influenciam na ansiedade intergrupar no sentido que os sujeitos podem esperar que as situações de interação intergrupar promovam um comportamento de competição entre os membros dos diferentes grupos (Stephan, 2014). A diferença de status entre os grupos também é outro fator situacional relevante, à medida que pode levar a competição e/ou proporções desiguais de membros entre grupos (Stephan, 2014). Ademais, a falta de delimitação dos papéis dos participantes de cada grupo e a falta de familiaridade com os membros do exogrupo podem também gerar maiores níveis de ansiedade intergrupar (Avery et al., 2009). Experimentar ansiedade intergrupar leva a consequências, positivas ou negativas de natureza cognitiva, afetiva e comportamental.

As respostas do domínio cognitivo são, comumente, negativas e frequentemente utilizadas para justificar a ansiedade em se relacionar com membros de um grupo externo (Stephan & Stephan, 1985). As respostas do domínio afetivo versam sobre emoções negativas

conscientes (e.g., medo, raiva, ameaça, pavor e constrangimento), contudo poucos estudos exploram essas respostas (Cottrell & Neuberg, 2005). Por fim, há como consequência as manifestações comportamentais, como dificuldade para falar, inquietação e evitação postural; além disso, é comum que a ansiedade intergrupar se manifeste em comportamentos negativos entre membros de grupos distintos (Vorauer, 2013).

A ansiedade intergrupar interfere na forma como diferentes grupos se relacionam, posto que as pessoas que a experimentam estão preocupadas com os resultados dessa interação, podendo sentir-se envergonhados, rejeitados, ridicularizados ou explorados (Stephan & Stephan, 1985). Alguns autores defendem que em grupos com histórico de antagonismo, os níveis de ansiedade intergrupais serão altos e, conseqüentemente, a interação será prejudicada pela competitividade entre ambos (Gudykunst, 1995; Matveev & Matveev, 2017). Dessa forma, é importante desenvolver pesquisas que versem sobre o construto aqui apresentado, como forma de auxiliar a mitigar os aspectos negativos da convivência entre distintos grupos.

Dos estudos aqui consultados, percebe-se que a ansiedade intergrupar tende a ser utilizada como objeto de estudo do contato de grupos de diferentes raças (Blascovich et al., 2001; Littleford et al., 2005; Rankin & Campbell, 1955; Stephan et al., 2002), nativos de um país e imigrantes (Costello & Hodson, 2011; González et al., 2010; Stephan et al., 1998, 1999; Vezzali et al., 2010), pessoas de diferentes sexualidades (Blair et al., 2003), classe econômica (Blascovich et al., 2001) ou gênero (Stephan et al., 2020). Considerando formas de mensuração desse construto, verifica-se que a maioria dos estudos utilizam como instrumento a Escala de Ansiedade Intergrupar de Stephan e Stephan (1985) (González et al., 2010; Stephan et al., 1998, 1999, 2000, 2002). Também sendo identificado o uso de instrumentos como a mensuração de respostas galvânicas emitidas pelos participantes (Blascovich et al., 2001; Rankin & Campbell, 1955), escalas produzidas pelos próprios autores de cada artigo

(Capozza et al., 2010) ou, no caso de Costello e Hodson (2011), a escala produzida por Jackson e Esses (1997) e simulações de caso com registro do comportamento dos participantes (Blair et al., 2003, Littleford et al., 2005).

Destacada a relevância da Escala de Ansiedade Intergrupala de Stephan e Stephan (1985), o presente estudo tem como objetivo fornecer evidências de validade para a mesma no contexto brasileiro, considerando o rigor técnico que diz respeito aos contextos de tradução e adaptação de instrumentos entre diferentes culturas, como os descritos por Borsa et al. (2012). Além disso, teve como objetivo específico esclarecer as propriedades psicométricas do instrumento adaptado.

Método

Participantes

Completaram a pesquisa 310 participantes. Estes possuíam idade variando de 18 a 90 anos, com média de 27,25 anos ($DP = 10,23$). Outros dados sociodemográficos foram coletados, como cor ou raça, classe socioeconômica, escolaridade, estado, orientação sexual e posicionamento político. Os participantes da pesquisa, em sua maioria, eram: do sexo feminino (66,77%); se identificavam como brancos (42,90%) ou pardos (30,32%); de classe socioeconômica média (45,48%); com Ensino Superior completo ou incompleto (61,94%); residentes do Distrito Federal (77,74%); heterossexuais (61,94%); e tinham orientações políticas de centro (41,94%) ou esquerda (32,90%).

Instrumento

A Escala de Ansiedade Intergrupala (Stephan & Stephan, 1985) mensura a percepção dos estados afetivos vivenciados pelos respondentes durante, ou em antecipação a interações intergrupais. Para isso a escala é composta pelo seguinte texto introdutório:

Para começar, queremos conhecer um pouco sobre como você se sentiria ao se

relacionar com um jovem (com menos de 18 anos) que cumpriu medida socioeducativa de internação, ou seja, que passou no mínimo seis meses e no máximo três anos privado de liberdade no sistema socioeducativo, e que agora está em liberdade. Imagine a seguinte situação: Você é o único membro de seu grupo (nesse caso, imagine o grupo de universitários) e está interagindo com jovens que cumpriram medidas socioeducativas de internação (por exemplo, falando com eles, trabalhando em um mesmo projeto) e que agora estão em liberdade.

O qual é seguido de 11 palavras que indicam afetos (e.g., ansioso, preocupado, etc.). A resposta foi coletada por meio de uma escala de 10 pontos ancorada em “*De jeito nenhum*” (1) a “*Extremamente*” (10). O instrumento possui 4 itens que devem ser invertidos previamente ao cálculo dos escores fatoriais e apresentou confiabilidade $\alpha = 0,86$ no estudo original de proposição do instrumento (Stephan & Stephan, 1985).

Procedimentos

Os dados foram coletados por meio de formulário online disponibilizado em uma plataforma online de coleta de dados e divulgado por meio das redes sociais dos pesquisadores responsáveis. A participação ficou condicionada ao participante possuir mais de 18 anos e ter concordado com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O formulário continha: (i) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (ii) a Escala de Ansiedade Intergrupar; (iii) outros instrumentos coletados e não utilizados nesta pesquisa; e, (iv) dados sociodemográficos.

As propriedades psicométricas da Escala de Ansiedade Intergrupar foram analisadas por meio de Análise Fatorial Confirmatória (AFC) com o pacote *lavaan* (v. 0.6-10; Rosseel, 2012) para R. As análises foram realizadas considerando a matriz policórica dos dados e o estimador *Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS).

Ainda, foram relatados para tal análise: (i) os índices de ajuste, viz., qui-quadrado (χ^2)

o qual idealmente não deve ser significativo, *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI) os quais são considerados adequados acima de 0,90 e bons acima de 0,95, o *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) que deve possuir intervalo de confiança superior menor que 0,10 e o *Standardized Root Mean Residual* (SRMR) que é considerado bom quando inferior a 0,08 (Brown, 2006); (ii) as cargas fatoriais padronizadas para os itens em seus fatores, as quais devem ser superiores a 0,30 para indicar sua manutenção; (iii) o índice de modificação dos itens que foram considerados relevantes quando a diferença no $\chi^2 > 20$; e, (iv) a confiabilidade dos fatores com base no alfa de Cronbach (α), ômega de McDonald (ω) e na Confiabilidade Composta (CC).

A partir dos índices mencionados, modelos distintos foram estimados e comparados com base na diferença do qui-quadrado. Tais modelos tiveram que ser construídos na tentativa de melhorar o ajuste dos dados e consistiram no controle da variabilidade dos itens invertidos e de dois itens que apresentaram correlação residual.

Resultados

Inicialmente foi estimado um modelo unifatorial da escala, conforme esperado teoricamente. Este modelo apresentou índices de ajuste absolutos abaixo do esperado, conforme o teste do qui-quadrado que foi significativo, $\chi^2(44) = 794,09, p < 0,001$, e o $RMSEA = 0,24 [0,22; 0,25]$ e $SRMR = 0,14$, que apresentaram alto resíduo. Já os índices de ajuste incrementais, i.e., o $CFI = 0,94$ e o $TLI = 0,92$, indicaram a adequação do modelo. Considerando o alto resíduo gerado pelo modelo, buscamos averiguar quais suas possíveis causas, tendo sido observado que: (i) todos os itens apresentaram cargas fatoriais altas ($> 0,60$); e, (ii) os itens invertidos (viz., seguro, feliz, aceito e confiante) apresentaram índices de modificação altos para correlações residuais, sugerindo sua separação em um segundo fator. Cabe ressaltar que não foi identificada correlação residual apenas entre os itens seguro e aceito.

Com base nisso, foi estimado um segundo modelo com dois fatores, sendo o primeiro fator composto pelos itens positivos (7 itens) e o segundo fator composto pelos itens negativos, ou invertidos (4 itens). Este modelo continuou a apresentar índices de ajuste absolutos abaixo do adequado, conforme o teste do qui-quadrado significativo, $\chi^2(43) = 303,51$, $p < 0,001$, e o $RMSEA = 0,14$ [0,13; 0,16] e $SRMR = 0,09$, contudo havendo uma melhora com relação ao modelo unifatorial. Ainda, os índices de ajuste incrementais permaneceram adequados, tendo também apresentado uma melhora, $CFI = 0,98$ e $TLI = 0,97$. Ainda, comparando o modelo unifatorial com o modelo bifatorial identificou-se que este apresentou uma melhora significativa com base na diferença do CFI , $CFI = 0,04$, e na Tabela 1. Como o resíduo ainda foi elevado avaliamos novamente os índices de modificação do modelo em busca de averiguar quais as oportunidades de melhora do presente modelo, tendo sido identificado apenas a sugestão de correlação residual entre os itens irritado e impaciente, que levaria a um incremento de $\chi^2 = 207,18$.

Tabela 1

Comparação dos Modelos da Escala de Ansiedade Intergrupala.

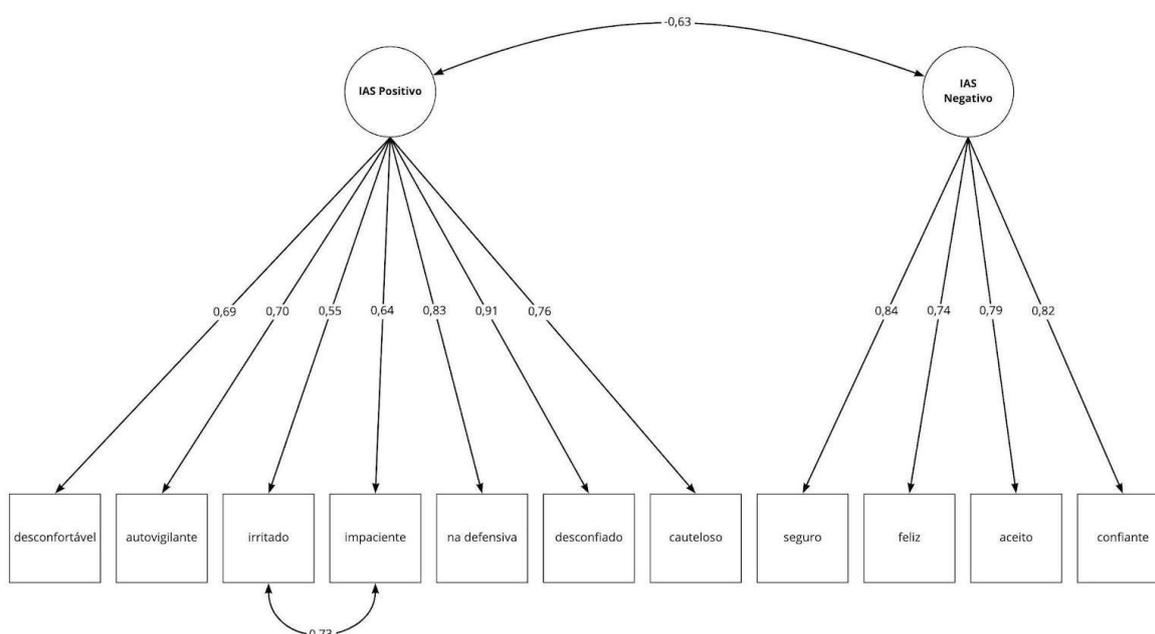
Modelos	χ^2	gl	Sig.
Bifatorial com Correlação Residual	96,30	42	
Bifatorial	303,51	43	< 0,001
Unifatorial	794,09	44	< 0,001

Portanto, foi estimado um terceiro modelo com dois fatores e a inclusão desta correlação residual. Tal modelo foi considerado adequado com base nos índices de ajuste: apesar do teste do qui-quadrado significativo, $\chi^2(42) = 96,30$, $p < 0,001$, a razão de qui-quadrado por graus liberdade foi de 2,29; o $RMSEA$ foi de 0,07 [0,05; 0,08]; o $SRMR$ foi de 0,05; e o $CFI > 0,99$ e $TLI = 0,99$. Por fim, este modelo apresentou uma melhora significativa

com relação ao modelo bifatorial anterior, considerando a diferença do CFI , $CFI > 0,01$, e a Tabela 1. O modelo está apresentado na Figura 1, com suas cargas fatoriais padronizadas e ambos os fatores apresentaram índices de confiabilidade adequados: fator positivo, $\alpha = 0,86$, $\omega = 0,88$; fator negativo, $\alpha = 0,86$, $\omega = 0,87$.

Figura 1

Modelo Bifatorial com Correlação Residual.



Discussão

Os objetivos do estudo foram alcançados, posto que a Escala de Ansiedade Intergrupala apresentou evidências de validade. A versão brasileira manteve os 11 itens originais, apesar de apresentar uma estrutura com dois fatores. Cabe destacar que essa estrutura constitui também um artefato metodológico, já que a mesma consiste de um fator com itens positivos e outro com os itens invertidos.

Destaco que há quem utilize a versão reduzida da escala, como Greenland e Brown (1999) que utilizaram uma versão com apenas três itens, Voci et al. (2003) com estudo usando

uma versão da escala com cinco itens e, por fim, Swart et al. (2010) que utilizou uma escala com seis itens, todas elas baseadas na escala original de Stephan e Stephan (1985), sendo todas unifatoriais.

Apesar da existência de outros instrumentos para mensuração da ansiedade intergrupar (e.g., a mensuração de respostas galvânicas emitidas pelos sujeitos ao entrarem em contato com membros de outros grupos, seja de maneira literal ou figurada, ver Rankin & Campbell, 1955; o registro do comportamento dos sujeitos frente o contato com pessoas de outros grupos, Blair et al., 2003; Littleford et al., 2005; ou escalas como a de Capozza et al., 2010), a escala mais frequente ainda é a medida de ansiedade intergrupar desenvolvida por Stephan e Stephan (1985), dada sua ênfase no componente afetivo da ansiedade. Nessa escala os participantes da pesquisa são convidados a, frente uma situação hipotética previamente descrita, indicar o grau em que experienciam determinadas emoções. São alguns dos itens que fazem referência à afetividade: ansioso, preocupado, desajeitado, apreensivo e irritado; e, com pontuação reversa, confortável, à vontade e confiante.

No estudo de validação original da escala, foi indicado que os itens comporiam um único fator (Stephan et al., 1999). Esse fator apresentou consistência interna estável (alfa de Cronbach médio de 0,91 em 16 amostras; e.g., Stephan et al., 1999). Em outra pesquisa, com a mesma escala, a confiabilidade teste-reteste da ansiedade entre diferentes grupos, avaliado sequencialmente por um período de seis meses, alcançou 0,49 (Binder et al., 2009), o que sugere que, apesar de haver estabilidade na ansiedade apresentada entre grupos, ao conviver por um longo período de tempo, ela também pode variar. Por essa razão, nesse estudo, optou-se por avaliar a consistência interna por meio do ômega de McDonald, que considera não só o item em si, mas também o peso que ele terá na soma dos fatores, tornando a medida mais confiável.

Considerações Finais

Assim como a pesquisa de validação original desta escala, que em sua ocasião usou como amostra estudantes universitários hispanicos (Stephan & Stephan, 1985), esse estudo teve uma amostra formada prioritariamente por estudantes universitários. Assim, recomenda-se a testagem utilizando como referência outros contextos e outras amostras. Ademais, o fato de que nesse estudo não houve uma prévia contextualização dos itens que compõem o comando para os respondentes pode ter algum tipo de influência no resultado final, assim, carece de uma nova aplicação para verificar as evidências de validade e adequação da escala, ainda que utilizando outro cenário como comando, ou ainda, o mesmo cenário porém com uma contextualização prévia.

Considerando a amostra utilizada, é possível verificar as qualidades psicométricas do instrumento e garantir a adequação do modelo bifatorial adaptado. Os resultados ainda sugerem que a melhor estrutura aqui apresentada é a melhor possível, posto não comprometer a aferição do construto.

Referências

- Aberson, C. L. (2019). Indirect effects of threat on the contact–prejudice relationship: A meta-analysis. *Social Psychology, 50*(2), 105–126. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000364>
- Aberson, C. L., & Gaffney, A. M. (2009). An integrated threat model of explicit and implicit attitudes: Integrated threat model. *European Journal of Social Psychology, 39*(5), 808–830. <https://doi.org/10.1002/ejsp.582>
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM 5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed.
- Avery, D. R., Richeson, J. A., Hebl, M. R., & Ambady, N. (2009). It does not have to be uncomfortable: The role of behavioral scripts in Black–White interracial interactions. *Journal of Applied Psychology, 94*(6), 1382–1393. <https://doi.org/10.1037/a0016208>

- Binder, J., Zagefka, H., Brown, R., Funke, F., Kessler, T., Mummendey, A., Maquil, A., Demoulin, S., & Leyens, J.-P. (2009). Does contact reduce prejudice or does prejudice reduce contact? A longitudinal test of the contact hypothesis among majority and minority groups in three European countries. *Journal of Personality and Social Psychology, 96*(4), 843–856. <https://doi.org/10.1037/a0013470>
- Blair, I. V., Park, B., & Bachelor, J. (2003). Understanding intergroup anxiety: Are some people more anxious than others? *Group Processes & Intergroup Relations, 6*(2), 151–169. <https://doi.org/10.1177/1368430203006002002>
- Blascovich, J., Mendes, W. B., Hunter, S. B., Lickel, B., & Kowai-Bell, N. (2001). Perceiver threat in social interactions with stigmatized others. *Journal of Personality and Social Psychology, 80*(2), 253–267. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.80.2.253>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paidéia (Ribeirão Preto), 22*(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Britt, T. W., Bonieci, K. A., Vescio, T. K., Biernat, M., & Brown, L. M. (1996). Intergroup anxiety: A person \times situation approach. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*(11), 1177–1188. <https://doi.org/10.1177/01461672962211008>
- Brown, T. A. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research*. Guilford Press.
- Butz, D. A., & Plant, E. A. (2006). Perceiving outgroup members as unresponsive: Implications for approach-related emotions, intentions, and behavior. *Journal of Personality and Social Psychology, 91*(6), 1066–1079. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.91.6.1066>
- Butz, D. A., Klik, K. A., & Plant, E. A. (2014). When do negative response expectancies undermine interracial relations? The role of the Protestant work ethic. *Group Processes & Intergroup Relations, 17*(3), 342–356.

<https://doi.org/10.1177/1368430213510191>

Cacioppo, J. T., & Tassinary, L. G. (1990). *Principles of psycho-physiology: Physical, social, and inferential elements*. Cambridge University Press.

Capozza, D., Vezzali, L., Trifiletti, E., Falvo, R., & Favara, I. (2010). Improving intergroup relationships within and outside the contact situation: The role of common group identity and emotions of empathy and anxiety. *TPM - Testing, Psychometrics, Methodology in Applied Psychology*, *17*(1), 17–36.

<https://doi.org/10.4473/TPM.17.1.2>

Costello, K., & Hodson, G. (2011). Social dominance-based threat reactions to immigrants in need of assistance. *European Journal of Social Psychology*, *41*(2), 220–231.

<https://doi.org/10.1002/ejsp.769>

Cottrell, C. A., & Neuberg, S. L. (2005). Different emotional reactions to different groups: A sociofunctional threat-based approach to “prejudice”. *Journal of Personality and Social Psychology*, *88*(5), 770–789. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.88.5.770>

Daiber, C. (2017). Attitude and intergroup anxiety generalisation as mediators of the secondary transfer effect of the contact-prejudice relationship among white South African Stellenbosch University students (Doctoral dissertation, Stellenbosch: Stellenbosch University).

González, R., Sirlopú, D., & Kessler, T. (2010). Prejudice among peruvians and chileans as a function of identity, intergroup contact, acculturation preferences, and intergroup emotions: Psychological predictors of prejudice toward immigrants and majority members. *Journal of Social Issues*, *66*(4), 803–824. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2010.01676.x>

Greenland, K., & Brown, R. (1999). Categorization and intergroup anxiety in contact between British and Japanese nationals. *European Journal of Social Psychology*, *29*(4), 503–

521. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0992\(199906\)29:4<503::AID-EJSP941>3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0992(199906)29:4<503::AID-EJSP941>3.0.CO;2-Y)

- Gudykunst, W. D. (1995). Anxiety/uncertainty management (AUM) theory: Current status. Em R. L. Wiseman, *Intercultural communication theory* (p. 8–58). Sage Publications.
- Hayward, L. E., Tropp, L. R., Hornsey, M. J., & Barlow, F. K. (2017). Toward a comprehensive understanding of intergroup contact: Descriptions and mediators of positive and negative contact among majority and minority groups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *43*(3), 347-364. <https://doi.org/10.1177/014616721668529>
- Jackson, L. M., & Esses, V. M. (1997). Of scripture and ascription: The relation between religious fundamentalism and intergroup helping. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *23*(8), 893–906. <https://doi.org/10.1177/0146167297238009>
- Kuil, L., Carr, G., Prskawetz, A., Salinas, J. L., Viglione, A., & Blöschl, G. (2019). Learning from the Ancient Maya: Exploring the Impact of Drought on Population Dynamics. *Ecological Economics*, *157*, 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.10.018>
- Littleford, L. N., Wright, M. O., & Sayoc-Parial, M. (2005). White students' intergroup anxiety during same-race and interracial interactions: A multimethod approach. *Basic and Applied Social Psychology*, *27*(1), 85–94. https://doi.org/10.1207/s15324834basp2701_9
- Liu, L. A., Chua, C. H., & Stahl, G. K. (2010). Quality of communication experience: Definition, measurement, and implications for intercultural negotiations. *Journal of Applied Psychology*, *95*(3), 469–487. <https://doi.org/10.1037/a0019094>
- Matveev, A., & Matveev, A. (2017). Theoretical Foundations of Intercultural Competence. *Intercultural Competence in Organizations: A Guide for Leaders, Educators and Team Players*, 27-48.
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-

- analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38(6), 922–934. <https://doi.org/10.1002/ejsp.504>
- Plant, E. A., Butz, D. A., & Tartakovsky, M. (2008). Interethnic interactions: Expectancies, emotions, and behavioral intentions. *Group Processes & Intergroup Relations*, 11(4), 555–574. <https://doi.org/10.1177/1368430208095827>
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (2003). The antecedents and implications of interracial anxiety. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(6), 790–801. <https://doi.org/10.1177/0146167203029006011>
- Ramnani, N. (2014). Automatic and Controlled Processing in the Corticocerebellar System. *Cerebellar Learning*, 255–285. [doi:10.1016/b978-0-444-63356-9.00010-8](https://doi.org/10.1016/b978-0-444-63356-9.00010-8)
- Rankin, R. E., & Campbell, D. T. (1955). Galvanic skin response to Negro and white experimenters. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51(1), 30–33. <https://doi.org/10.1037/h0041539>
- Renfro, C. L., Duran, A., Stephan, W. G., & Clason, D. L. (2006). The role of threat in attitudes toward affirmative action and its beneficiaries1: Threats and affirmative action. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(1), 41–74. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9029.2006.00003.x>
- Rosseel, Y. (2012). lavaan: An r package for structural equation modeling. *Journal of Statistical Software*, 48(2). <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
- Saud, L. H. (2019). Perceptions of Immigrant Threats: The Role of Social Darwinism (Doctoral dissertation, Rutgers The State University of New Jersey, School of Graduate Studies).
- Stephan, C. W., & Stephan, W. G. (1992). Reducing intercultural anxiety through intercultural contact. *International Journal of Intercultural Relations*, 16(1), 89–106. [https://doi.org/10.1016/0147-1767\(92\)90007-H](https://doi.org/10.1016/0147-1767(92)90007-H)

- Stephan, C. W., Stephan, W. G., Demitrakis, K. M., Yamada, A. M., & Clason, D. L. (2000). Women's attitudes toward men: An integrated threat theory approach. *Psychology of Women Quarterly*, 24(1), 63–73. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2000.tb01022.x>
- Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239–255. <https://doi.org/10.1177/1088868314530518>
- Stephan, W. G., Boniecki, K. A., Ybarra, O., Bettencourt, A., Ervin, K. S., Jackson, L. A., McNatt, P. S., & Renfro, C. L. (2002). The role of threats in the racial attitudes of blacks and whites. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(9), 1242–1254. <https://doi.org/10.1177/01461672022812009>
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1985). Intergroup anxiety. *Journal of Social Issues*, 41(3), 157–175. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1985.tb01134.x>
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1989). Antecedents of intergroup anxiety in asian-americans and hispanic-americans. *International Journal of Intercultural Relations*, 13(2), 203–219. [https://doi.org/10.1016/0147-1767\(89\)90006-0](https://doi.org/10.1016/0147-1767(89)90006-0)
- Stephan, W. G., Ybarra, O., & Bachman, G. (1999). Prejudice toward immigrants1. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(11), 2221–2237. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1999.tb00107.x>
- Stephan, W. G., Ybarra, O., Martinez, C. M., Schwarzwald, J., & Tur-Kaspa, M. (1998). Prejudice toward immigrants to spain and israel: An integrated threat theory analysis. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 29(4), 559–576. <https://doi.org/10.1177/0022022198294004>
- Swart, H., Hewstone, M., Christ, O., & Voci, A. (2010). The impact of crossgroup friendships in south africa: Affective mediators and multigroup comparisons: the impact of crossgroup friendship in south africa. *Journal of Social Issues*, 66(2), 309–333.

<https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2010.01647.x>

Toosi, N. R., Babbitt, L. G., Ambady, N., & Sommers, S. R. (2012). Dyadic interracial interactions: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, *138*(1), 1–27.

<https://doi.org/10.1037/a0025767>

Trawalter, S., Richeson, J. A., & Shelton, J. N. (2009). Predicting Behavior During Interracial Interactions: A Stress and Coping Approach. *Personality and Social Psychology Review*, *13*(4), 243–268. <https://doi.org/10.1177/1088868309345850>

Trawalter, S., Adam, E. K., Chase-Lansdale, P. L., & Richeson, J. A. (2012). Concerns about appearing prejudiced get under the skin: Stress responses to interracial contact in the moment and across time. *Journal of Experimental Social Psychology*, *48*(3), 682–693.

<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2011.12.003>

Van Bergen, D. D., Feddes, A. R., & de Ruyter, D. J. (2021). Perceived discrimination against Dutch Muslim youths in the school context and its relation with externalising behaviour. *Oxford Review of Education*, *47*(4), 475-494.

<https://doi.org/10.1080/03054985.2020.1862779>

Van Bommel, T., Merritt, S., Shaffer, E., & Ruscher, J. B. (2021). Behavioral Mimicry and Interaction Expectations Influence Affect in Interracial Interactions. *Journal of Nonverbal Behavior*, *45*(2), 207–239. [doi:10.1007/s10919-020-00353-z](https://doi.org/10.1007/s10919-020-00353-z)

Vezzali, L., Giovannini, D., & Capozza, D. (2010). Longitudinal effects of contact on intergroup relations: The role of majority and minority group membership and intergroup emotions. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, *20*(6), 462–479. <https://doi.org/10.1002/casp.1058>

Voci, A., & Hewstone, M. (2003). Intergroup contact and prejudice toward immigrants in Italy: The mediational role of anxiety and the moderational role of group salience. *Group Processes & Intergroup Relations*, *6*(1), 37–54.

<https://doi.org/10.1177/1368430203006001011>

Vorauer, J. D. (2013). Getting past the self: Understanding and removing evaluative concerns as an obstacle to positive intergroup contact effects. Em G. Hodson & M. Hewstone (Orgs.), *Advances in intergroup contact* (p. 23–48). Psychology Press.

A Influência das Características Individuais e dos Estereótipos Atribuídos aos Adolescentes em Conflito com a Lei na Ansiedade Intergrupar e o Efeito Desta no Estresse Ocupacional dos Agentes Socioeducativos

Nesse estudo foi mensurado o poder preditivo das características individuais — autoritarismo e dominância social— e dos estereótipos dos agentes socioeducativos sobre a ansiedade intergrupar apresentada por estes mesmos agentes. E ainda, o efeito da ansiedade intergrupar como variável preditora do estresse ocupacional descrito pela categoria. Assim, é possível averiguar o que é afirmado em alguns estudos, os quais apontam que a forma como as pessoas membros de um grupo ou categoria social pensam, sentem e agem em relação a outro grupo é influenciada por variáveis individuais, provocando inclusive ações prejudiciais e hostis entre os mesmos (Sherif, 1967; Umbelino et al., 2019). Optou-se por utilizar o estresse ocupacional como variável, uma vez que o conceito de bem-estar oriundo do trabalho é abrangente e pode ser caracterizado por um conjunto de aspectos, como o estresse (Paschoal et al., 2010; Oliveira et al., 2020.). Abordaremos o estresse sob uma perspectiva cognitiva, que o considera como uma resposta individual resultante do entendimento do sujeito como a experiência vivida sendo negativa e excedendo a capacidade de lidar com aquilo, o que leva o organismo a um desgaste de energia excessivo (Lazarus, 2000).

O conflito gerado pela ansiedade intergrupar implica em relações de poder e interfere também na percepção subjetiva do outro (Bobo, 1983; Semyonov et al. 2008). Por isso, o processo de categorização é fundamental para compreender as relações intergrupais. Nesse estudo os agentes socioeducativos foram tratados como endogrupo, enquanto os adolescentes em conflito com a lei como exogrupo. Já a ansiedade intergrupar é a antecipação de consequências negativas oriundas da convivência com grupos diferentes ao qual o sujeito pertence (Stephan & Stephan, 1985).

São atribuições do agente socioeducativo, executar atividades relacionadas a guarda, vigilância, acompanhamento e segurança dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Lei 8.069, 1990) e na lei que institui o SINASE (Lei 12.594, 2012), sob regime de privação de liberdade ou restrição de direitos; e, ainda, executar outras atividades da mesma natureza e nível de complexidade determinadas em legislação específica, observadas as peculiaridades do cargo.

É comum, porém inadequado, achar que o trabalho do agente socioeducativo se restringe ao meio de internação, uma vez que a categoria atua em outros formatos de medidas—liberdade assistida, semiliberdade e internação e ainda em cargos de gestão. A exemplo, Barsaglini e Vaillant (2018) e Dos Anjos (2020) descrevem os agentes socioeducativos como profissionais que atuam em unidades de internação que abrigam jovens em conflito com a lei.

Nas unidades de internação socioeducativas acontece a oferta dos serviços de atendimentos a adolescentes autores de ato infracional que receberam das autoridades judiciais competentes a aplicação de medida restritiva de liberdade. Nesse caso o acompanhamento aos adolescentes é realizado integralmente por uma equipe multidisciplinar com o intuito de que a responsabilização pelo ato infracional cometido promova a garantia de direitos. A aplicação é direcionada à adolescentes que cometeram atos infracionais mais graves, como versa no Art. 121 do ECA (Lei 8.069, 1990), a medida consiste em institucionalizar o adolescente em uma unidade de internação, mas ainda assim garantir o acesso à educação, saúde e justiça. A duração máxima de permanência é de três anos, tendo sua medida revista semestralmente.

Há na relação entre os agentes e os internos um processo de “revidação” (Carlos et al., 2017, 2021), onde a forma com a qual o adolescente se comporta é espelhada pelo agente em

seu comportar-se. Se o adolescente tem um perfil de fala tido como agressivo e ameaçador, essa seria a forma de comunicação adotada pelo agente para com o interno em questão. Portanto, mesmo em uma perspectiva de que os adolescentes são vítimas de um contexto, esses não são beneficiados com um tratamento benevolente. Dessa forma, as características atribuídas aos adolescentes em conflito com a lei, em situação de julgamento não são apenas aspectos práticos legais, mas também fatores extraleais. Por isso, as características individuais de quem faz esses julgamentos também têm se mostrado como sendo relevantes na forma como os jovens serão tratados (Kaplan et al., 2017; Miller et al., 2021).

Pesquisas têm demonstrado que duas dimensões de características individuais (autoritarismo e dominância social), as quais influenciam nas atitudes sociais, são boas preditoras de orientações políticas (direita vs. esquerda), intolerância étnica e política, nacionalismo (vs. internacionalismo), militarismo (vs. pacifismo), posturas que favorecem ao punitivismo e ações de controle sociais mais rigorosas e severas em comparação à um posicionamento mais tolerante e permissivista tanto na sociedade quanto na vida pessoal (Oswald et al., 2009; Tallon et al., 2018).

O autoritarismo é uma inclinação definida pela submissão a sujeitos de autoridade. Ou seja, é uma propensão a estereotipar o outro, aderir às normas e valores da sociedade e, assim, punir os que não aderem a essas normas (Kaplan et al., 2017). A variável é comumente utilizada para prever comportamento de júri, mas há estudos que descrevem correlação entre o autoritarismo e a percepção de culpabilidade de maneira mais ampla (Narby et al., 1993; Kovera & Austin, 2016). Considerando os estudos disponíveis que relacionam atitudes e características da personalidade como preditor do comportamento, o autoritarismo é um dos construtos mais consistentes relacionados (Boehm, 1968).

O autoritarismo é uma medida confiável para prever fenômenos políticos, sociais e ideológicos, além de influências intergrupais—e.g., preconceito contra grupos, minorias e

etnocentrismo (Altemeyer, 1981, 1998; Duckitt, 1992; Duckitt et al., 2017). Pessoas com alto grau de autoritarismo valorizam aspectos e ações que façam manutenção da coesão social, ordem e segurança; são sujeitos que comumente foram socializados acreditando que o mundo social é um lugar perigoso e ameaçador; e são adeptos da conformidade social (Oswald et al., 2009).

Já a dominância social está fortemente associada à valorização do poder, realização e hedonismo e masculinidade (Oswald et al., 2009). Dominância social é um construto que, além de predizer o posicionamento político eleitoral, influencia no posicionamento geral em questões como igualdade e manutenção do sistema social (Federico & Schneider, 2007; Fuchs & Klingemann, 1990; Rekket, 2016, 2022; Jost, 2006). A dominância social possibilita, ainda, prever preconceito, intolerância, preferência por partidos políticos de direita, nacionalismo/patriotismo, militarismo e apoio à penas punitivas mais rigorosas e severas (Sidanius & Pratto, 1999; Ho et al. 2015).

Apesar de autoritarismo e dominância social serem construtos comumente mensurados e avaliados em parceria e que preveem valores e respostas sociais muito semelhantes, é consenso teórico que estes são relativamente independentes (Altemeyer, 1998; Duckitt, 2001). Apresentando também conteúdos diferentes das escalas que mensuram os construtos (Oswald et al., 2009). Enquanto o instrumento que mensura autoritarismo aborda fatores como obediência, respeito às autoridades, conformidade a normas e valores morais e adesão a religiões tradicionais (Oswald et al., 2009). O domínio social aborda fatores como crença em desigualdade social e econômica em oposição à igualdade, além de direito de grupos poderosos se sobressair sobre os mais fracos.

É de responsabilidade de todos proteger os melhores interesses dos adolescentes em conflito com a lei. Portanto, faz-se necessário compreender o que impulsiona os critérios que permeiam as tomadas de decisões sobre a punição conferida aos adolescentes em conflito com

a lei (Hughes & McPhetres, 2016; Greene et al., 2017; Welch et al., 2019). Sob tal perspectiva, a literatura reforça que é preciso estar atento às discrepâncias de tratamento direcionados aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social que podem dificultar os esforços para reduzir as disparidades no contexto da justiça juvenil (Leiber & Rodriguez, 2011). Assim, compreender o contexto das tomadas de decisão é de extrema relevância, especialmente no que diz respeito às deliberações judiciais, onde se faz necessário um trabalho contínuo a fim de abordar e reduzir possíveis desproporcionalidades resultadas das atitudes e estereótipos direcionados aos jovens em conflito com a lei (Lowery & Burrow, 2019).

Existem estudos que investigam a predição de comportamento através dos estereótipos das pessoas frente a objetos específicos utilizando fatores psicossociais. A mediação dos estereótipos é geralmente apresentada em variáveis como crença no mundo justo (Gerbasi et al., 1977; Weir & Wrightsman, 1990), dogmatismo (García, 2000; Werner et al., 1982) e as aqui trabalhadas, que são: autoritarismo (Bray & Noble, 1978; Narby et al., 1993; Weir & Wrightsman, 1990; Werner et al., 1982) e dominância social (Arce et al., 1995; García, 2000; Nemeth & Sosis, 1973). As tentativas de prever o comportamento são uma tarefa comum dos psicólogos sociais que, como demonstrado acima, concordam que a conduta varia em função de distintos fatores. O consenso entre os pesquisadores é que geralmente o estereótipo é uma variável de frágil poder preditivo, quando utilizado como referência de relação com variáveis muito abertas e abrangentes (e.g., classe social, raça e gênero). Todavia, quando trabalhada com variáveis mais específicas e restritas (como aqui feito), os estereótipos têm um forte poder de predição do comportamento (Ajzen, 1991; Ajzen & Timko, 1986; Fazio et al., 1986; Sánchez, 2001).

De maneira geral, estereótipos são ideias pré-determinadas em relação a grupos de coisas/pessoas, que atribuem a estes características típicas que o definem (Franco et al.,

2010). Há um entendimento de que os estereótipos direcionados aos adolescentes em conflito com a lei são um continuum e que, na ponta do extremo, está o jovem tido como um superpredador insensível (Greene et al., 2017). Ainda, esses jovens superpredadores são retratados como violentos, sem caráter moral, impetuosos e capazes de manipular o sistema judicial em seu benefício. No outro extremo desse continuum estão os jovens “rebeldes”, adolescentes com personalidade de essência boa, mas que são vítimas do ambiente social e familiar, da falta de oportunidades educacionais e que, por essas razões, se perdeu na delinquência (Haberman, 2014). Portanto, é coerente que a população acredite que “jovens rebeldes” são capazes de serem ressocializados, enquanto os superpredadores nunca serão reabilitados socialmente. A questão é: quais fatores influenciam na formação desses estereótipos? Os indivíduos, seja a população geral ou os tomadores de decisões legais, são influenciados pela forma como estereotipam os adolescentes em conflito com a lei (Leiber & Johnson, 2008).

Pesquisas demonstram que a tomada de decisão de juízes, policiais e tomadores de decisões legais e extralegis que lidam com jovens infratores é alimentada por estereótipos de classe, raciais, étnicos (Bridges et al., 1995; Gaarder et al., 2004). Jovens vistos como superpredadores (essa percepção construída com base exclusivamente em estereótipos) são tidos como mais perigosos e, portanto, recebem um tratamento mais duro e rigoroso (Kaplan et al., 2017). Da mesma forma, quando entende (também com base exclusivamente em estereótipos) que os jovens são menos ameaçadores, estes recebem sentenças menos severas (Bond & Lehmann, 2018).

Nesse estudo trabalhamos, então, com as seguintes variáveis antecedentes: autoritarismo e dominância social, posto o demonstrativo que características individuais dos sujeitos se relacionam com ansiedade intergrupala. Além disso, a literatura defende que existem traços individuais que propiciam a antecipação das pessoas a experimentarem

ansiedade intergrupar, sendo tais traços os que também as levam a serem preconceituosas, etnocêntricas e intolerantes (Renfro et al., 2006), justificando a escolha aqui realizada de trabalhar com autoritarismo e dominância social.

Atitudes são relevantes no processo de antecipar a ansiedade intergrupar, atuando como base das expectativas negativas em relação à interação com pessoas de outros grupos (Stephan, 2014). Enquanto o preconceito influencia na incidência de ansiedade intergrupar no sentido que leva o indivíduo a se preocupar com o fato de suas atitudes negativas (preconceito é um tipo de atitude) serem evidenciadas para os membros do exogrupo; assim como, receio de que os membros do endogrupo antecipem que os membros do exogrupo retribuirão suas atitudes negativas (Aberson & Gaffney, 2009). Considerando os estereótipos como componente cognitivo da atitude preconceituosa, é essa a variável optada por ser trabalhada neste estudo. Reforçando que estereótipos são representações cognitivas, positivas ou negativas, de componentes de um grupo específico e que, não necessariamente, reproduzem a realidade (Blanco-Molina & Pinazo-Hernandis, 2016; Harwood, 2007)

A ansiedade intergrupar é um tipo de ansiedade experienciada quando se antecipa ou se envolve em interações com outros grupos. Estudos relatam que esse estado pode ser antecipado por características e experiências pessoais dos sujeitos, fatores situacionais e atitudes de cada indivíduo (Stephan, 2014). A interação com membros fora de seu grupo original pode desencadear uma experiência individual com sensações negativas, como rejeição, vergonha e ridicularização. A essa vivência dá-se o nome de ansiedade intergrupar (Stephan & Stephan, 1996). Autores que trabalham com cognição social apontam que as pessoas se diferenciam ao longo do tempo a partir dos grupos aos quais pertencem e, ainda, dos que não pertencem (Cikara & Fiske, 2012). Dessa forma, a ansiedade intergrupar é definida como resultado do contato com membros externos ao grupo do indivíduo, com consequências como medo de avaliação negativa de si e incerteza sobre o comportamento que

deve ser apresentado (Stephan & Stephan, 1985).

A ansiedade intergrupar pode estar diretamente relacionada à diminuição do apoio aos direitos políticos do exogrupo (Brylka et al., 2015; Sengupta & Sibley, 2013), uma vez que a ansiedade intergrupar pode causar atitudes negativas em relação a grupos externos (Wang et al., 2019). Assim, está associada e resulta em interações comportamentais negativas (Plant et al., 2008) e comportamentos negativos em relação aos membros de fora do grupo (Barlow et al., 2009). De forma que é possível inferir que a ansiedade intergrupar leva a falta de cooperação para com os membros do exogrupo (Ma et al., 2021).

O modelo teórico de ansiedade intergrupar, proposto por Stephan e Stephan (1985), aponta que há consequências aos indivíduos que a experienciam e tais consequências podem ser agrupadas em três distintas categorias. A primeira são consequências comportamentais, onde entende-se que pode haver aumento de ações como dificuldade de conversar com membros de outros grupos, tom de voz menos amigável, inquietação, falta de contato visual, evitação, expressões faciais que denotem raiva ou desaprovação e comportamentos que resultem em constrangimento do outro em geral (O'Donnell et al., 2021).

Outra categoria de possível consequência da ansiedade intergrupar é a afetiva. Que diz respeito às emoções sentidas ao entrar em contato com sujeitos de outros grupos. Dessa forma, é possível dizer que as pessoas, ao entrarem em contato com membros de outro grupo, podem sentir medo, irritação, rancor e nojo, dentre outros. Frequentemente essas emoções são negativas (Stupar-Rutenfrans et al., 2021). Por fim, há a categoria de consequências cognitivas. A experiência de contato com membros de outros grupos, que não o seu, pode provocar no sujeito consequências cognitivas como o estresse (Trawalter et al., 2009). Algumas pesquisas mostram que há menos incidência de estresse relatada quando as pessoas precisam desenvolver tarefas com membros do seu próprio grupo (Blascovich et al., 2001; Page-Gould et al., 2008). Ainda, quanto mais longa e duradoura é a divisão entre os grupos,

mais nítida e firme tende a ser a reação negativa entre os mesmos (Kramer & Wei, 1999; Vorauer, 2006).

A noção de que o contato intergrupar pode provocar a ansiedade e ter como resposta o estresse fisiológico, tem respaldo na literatura em psicologia social (e.g., Guglielmi, 1999; Stephan & Stephan, 1985). No entanto, pouco se sabe sobre como a ansiedade intergrupar e o estresse se relacionam no contexto das relações intergrupais (Amodio, 2009).

O estresse, de forma geral, surge quando o indivíduo percebe que não consegue lidar adequadamente com as demandas exigidas, ou ainda, quando não tem estratégias para lidar com o que está ameaçando seu bem-estar, sua homeostase (Lazarus, 1966). É ocasionado por uma experiência emocional desconfortável, relacionada a fatores internos e/ou externos que desestabilizam o sujeito. Assim, para compreender as reações relacionadas ao estresse é preciso considerar as estruturas sociais (Faro & Pereira, 2011), que possuem como constante experiências estressantes. Tais experiências podem ser socioeconômicas, raciais e/ou de gênero; e frequentemente afetam as pessoas que pertencem a essas estruturas (Ahmed et al., 2007; Franklin-Jackson & Carter, 2007).

O modelo cognitivo de estresse entende que o estresse ocupacional é resultado de duas vias, a primeira é a demanda por uma resposta (cognitiva, comportamental ou emocional); a segunda é sobre o controle que os sujeitos demandados têm dessa tarefa (Karasek, 1979). Assim, a percepção do indivíduo (processamento cognitivo) é crucial na incidência, ou não, do estresse e a resposta também é dada de acordo com as vulnerabilidades cognitivas de cada um, posto que perpassam por informações e avaliações situacionais de cada sujeito; ao final a resposta eliciada é da personalidade do indivíduo (Sprague et al., 2011). Dessa forma, a perspectiva cognitiva do estresse considera o estresse como uma resposta individual, posto que a percepção das experiências vividas como negativas, ou não, varia entre sujeitos (Lazarus, 2000). O modelo demanda-controle considera que a maneira como o estresse

ocupacional se desenvolve é resultado de duas dimensões psicossociais: a primeira é a demanda psicológica resultante do trabalho; a segunda é o controle da tarefa (Karasek, 1979). Quando a percepção do indivíduo entende que a carga é maior do que a capacidade de controle, ele entra em um estado de vulnerabilidade cognitiva (Sprague et al., 2011).

As consequências do estresse no trabalho a longo prazo relacionam-se a: redução da interação com os clientes e colegas de trabalho; aumento de conflitos, inclusive com seus pares de convívio, em esferas para além do ambiente organizacional; absenteísmo; abuso de substâncias lícitas (e.g., álcool e remédios) e/ou ilícitas; alta rotatividade; e problemas de saúde (Lambert et al., 2016). Os trabalhadores estressados comumente apresentam também uma redução no desempenho e geram um aumento dos custos para as organizações. Portanto, o estresse organizacional compromete a saúde do trabalhador, da organização e da sociedade como um todo (Paiva et al., 2015). Tais prejuízos, em razão do estresse do trabalhador, são estendidos a todo o sistema organizacional, principalmente pela queda no desempenho profissional (Zhang et al., 2019). Faz-se, assim, necessário se apropriar do entendimento de fatores que potencialmente resultem em profissionais estressados.

Assim, o objetivo geral deste estudo é avaliar os efeitos das características individuais (autoritarismo e dominância social) dos agentes socioeducativos dos centros de internação socioeducativas do Distrito Federal e dos estereótipos atribuídos aos adolescentes em conflito com a lei influencia na ansiedade intergrupala apresentada pela categoria pesquisada que prediz o estresse ocupacional apresentado por estes. De maneira mais específica pretende-se testar as seguintes hipóteses: a ansiedade intergrupala dos agentes será predita por maiores níveis de autoritarismo (Hipótese 1); a ansiedade intergrupala dos agentes será predita por maiores níveis de dominância social (Hipótese 2); a ansiedade intergrupala dos agentes será predita pela maior atribuição de estereótipos negativos aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas (Hipótese 3): maiores níveis de ansiedade intergrupala irão predizer

maiores níveis de estresse ocupacional nos agentes socioeducativos (Hipótese 4).

Método

Participantes

Participaram da pesquisa, agentes socioeducativos dos Centros de Internação Socioeducativa do Distrito Federal. Atualmente existem oito centros de internação na capital Federal. O número de agentes trabalhando nesses centros é de 1.281 como disposto em documento interno compartilhado pela Gerência de Estudos Socioeducativos da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo em 2021. Foi realizada uma análise de poder a priori por meio do software G*Power, versão 3.1.9.6, com base na regressão linear múltipla e expectativa de aumento do R^2 e expectativa de tamanho de efeito médio ($f^2 = 0,15$), $\alpha = 0,05$ e poder de 0,8. Portanto, espera-se coletar os dados de pelo menos 142 agentes. Não foi realizada qualquer exclusão por regime de trabalho, tempo de concurso, gênero e formação acadêmica, por exemplo.

A coleta foi finalizada com a participação de 175 agentes socioeducativos da região do Distrito Federal. A constituição da amostra foi diversificada, envolvendo agentes de todos os centros existentes e variando em função de idade entre 26 e 61 anos ($M = 38,53$; $DP = 5,98$); de gênero (masculino: 37,7%; feminino: 37,1%); orientação política (esquerda: 30,27%; direita: 29,71%); cor da pele (brancos: 25,7%; não brancos: 49,2%); classe social (média baixa: 11,4%; média: 50,3%; média alta: 12,6%); e nível de formação acadêmica (pós-graduação: 58,87%; superior completo: 14,9%). Além disso, a maioria dos agentes haviam trabalhado com medidas socioeducativas de internação (63,4%) e tinham, em média, 9 anos de atuação no cargo ($SD = 5,53$; mínimo: 1; máximo: 28).

Instrumentos

A fim de alcançar os objetivos propostos, os participantes irão responder as seguintes

escalas:

Juvenile Offender Stereotype Scale (JOSS; Haegerich et al., 2013). O instrumento adaptado para o contexto brasileiro (apresentado no artigo “Escala de Estereótipo de Jovens Infratores: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro”) era composto por 53 itens divididos em seis subescalas. Contudo, considerando a utilização de outros instrumentos e o tempo exigido para coleta, optou-se pela utilização de uma versão reduzida com apenas 6 itens que compõem um único fator. Os participantes responderam a esses itens em uma escala de concordância de 5 pontos, ancorada em 1 (“*discordo muito*”) e 5 (“*concordo muito*”) e o fator apresentou índice de confiabilidade adequado ($\alpha = 0,51$; $\omega = 0,60$). Os participantes foram instruídos a responderem às perguntas tendo em mente jovens menores de 18 anos (isto é, com 17 anos de idade ou menores) que cometem crimes.

Escala de Dominância Social (SDO; Ho et al., 2015). Em sua versão reduzida, essa escala é composta por oito itens, representando questões importantes para a dominância social, a exemplo do “superioridade de um grupo sobre outro” e “igualdade entre grupos”. Os participantes foram requeridos a indicarem sua concordância frente aos itens, com base em uma escala variando entre 1 (“*discordo totalmente*”) e 7 (“*concordo totalmente*”). O instrumento apresentou índices de confiabilidade adequados no presente estudo (fator dominância: $\alpha = 0,81$; $\omega = 0,81$; fator anti-igualitarismo: $\alpha = 0,75$; $\omega = 0,77$).

Escala de Autoritarismo de Direita (Right-Wing Authoritarianism, RWA; Duckitt & Sibley, 2010). Adaptada por Vilanova et al. (2018) para o contexto brasileiro com 12 itens, esta escala é composta por quatro fatores que dizem respeito aos quatro componentes de autoritarismo de direita no contexto nacional brasileiro. Sendo eles, com seus índices de confiabilidade para o presente estudo: submissão a autoridade ($\alpha = 0,88$; $\omega = 0,88$), contestação à autoridade ($\alpha = 0,76$; $\omega = 0,77$), tradicionalismo ($\alpha = 0,80$; $\omega = 0,80$) e autoritarismo ($\alpha = 0,79$; $\omega = 0,79$). Os itens foram respondidos em escala de concordância de

5 pontos, ancorada em 1 (“*discordo totalmente*”) e 5 (“*concordo totalmente*”).

Escala de Ansiedade Intergruppal (IAS). A versão original de Stephan e Stephan (1985) foi adaptada para o contexto brasileiro no estudo “Escala de Ansiedade Intergruppal: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro” que compõe essa tese. Essa versão é constituída por 11 itens agrupados em dois fatores—afetos ansiogênicos ($\alpha = 0,87$; $\omega = 0,87$) e afetos não-ansiogênicos ($\alpha = 0,88$; $\omega = 0,89$). Os participantes responderam ao instrumento por meio de uma escala de 10 pontos (1 sendo “*de jeito nenhum*” e 10 sendo “*extremamente*”), na qual indicaram como se sentiam com relação a situação descrita: “Você é o único membro de seu grupo (nesse caso, imagine o grupo de agentes socioeducativos) e está interagindo com jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação (por exemplo, falando com eles, trabalhando em um mesmo projeto).”

Escala de Avaliação de Estresses Psicossociais no Contexto Laboral (Ferreira et al., 2015). Composta por 35 itens, esta escala avalia as seguintes dimensões: conflito e ambiguidade de papéis ($a = 0,86$; $\omega = 0,87$; 5 itens); sobrecarga de papéis ($a = 0,82$; $\omega = 0,82$; 6 itens); dificuldades interpessoais ($a = 0,87$; $\omega = 0,87$; 6 itens); insegurança na carreira ($a = 0,76$; $\omega = 0,77$; 4 itens); falta de autonomia ($a = 0,9$; $\omega = 0,9$; 5 itens); conflito trabalho/família ($a = 0,85$; $\omega = 0,85$; 5 itens); e pressão do grau de responsabilidade ($a = 0,85$; $\omega = 0,85$; 4 itens). Cada item foi respondido em uma escala de seis pontos, contendo em um extremo “*nunca me afeta*” (1) e no outro “*sempre me afeta*” (6); dessa forma, um resultado maior em uma dimensão, indica presença de forte tensão e estresse ao sujeito. Para fins do presente estudo, a escala será computada de forma a obter um escore geral do nível de estresse no contexto laboral, este escore apresentou confiabilidade alta ($a = 0,96$; $\omega = 0,96$).

Além das escalas indicadas acima, os participantes responderam a um questionário sociodemográfico, com perguntas sobre seu gênero, orientação sexual, idade, classe socioeconômica, cor da pele, orientação política e nível de religiosidade e questões que

versem sobre sua atuação profissional como tempo de atuação, formação, centro em que atua e regime de trabalho.

Procedimentos

Os participantes foram convidados a responder a pesquisa de maneira on-line, usando a ferramenta de coleta de dados remotos Survey Monkey. O link para convite e acesso a pesquisa foi divulgado nos grupos de agentes, com auxílio da diretoria da Subsis responsável pela gestão da categoria. A participação foi voluntária e os sujeitos tiveram a garantia de anonimato das respostas e do respeito às diretrizes éticas que norteiam as pesquisas realizadas com seres humanos.

Aqueles que aceitaram participar de maneira voluntária tiveram que ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, uma vez concordando com o mesmo, avançaram para as próximas páginas, onde puderam responder às escalas e o questionário sociodemográfico.

A análise dos dados ocorreu por meio de uma regressão linear múltipla, realizada no R, versão 4.2.0. Correlações de Pearson para verificar a possibilidade de construção dos modelos foram calculadas por meio do pacote rstatix, versão 0.7.0, (Kassambara, 2021) e os alguns testes do modelo foram realizados por meio do pacote easystats, versão 0.5.2 (Lüdecke et al., 2022).

Resultados

Previamente à estimação do modelo de regressão, foi construída a matriz de correlações de Pearson para verificar a existência de associação entre as variáveis de interesse. Essa matriz está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Matriz de Correlações de Pearson.

Variable	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4	5	6	7	8
1. JOSS^a	2,58	0,78								
2. IAS_P	5,92	1,76	0,53** [0,40; 0,65]							
3. IAS_N	5,44	2,08	-0,41** [-0,54; - 0,26]	-0,63** [-0,72; - 0,51]						
4. RWA_A	2,91	1,11	0,63** [0,52; 0,73]	0,59** [0,47; 0,69]	-0,34** [-0,48; - 0,18]					
5. RWA_CA	2,84	1,05	-0,17* [-0,33; - 0,00]	-0,12 [-0,29; 0,05]	0,04 [-0,13; 0,21]	-0,16 [-0,32; 0,01]				
6. RWA_T	1,73	0,92	0,38** [0,22; 0,52]	0,24** [0,07; 0,39]	-0,05 [-0,22; 0,13]	0,33** [0,16; 0,47]	-0,36** [-0,50; - 0,21]			
7. RWA_SA	2,40	1,09	0,34** [0,18; 0,48]	0,37** [0,22; 0,51]	-0,14 [-0,30; 0,04]	0,39** [0,23; 0,53]	-0,18* [-0,34; - 0,01]	0,45** [0,30; 0,58]		
8. SDO_D	2,87	1,51	0,32** [0,15; 0,46]	0,28** [0,12; 0,43]	-0,16 [-0,32; 0,01]	0,39** [0,23; 0,52]	-0,29** [-0,44; - 0,13]	0,42** [0,26; 0,55]	0,44** [0,29; 0,57]	
9. SDO_AE	2,86	1,47	0,40** [0,25; 0,54]	0,20* [0,03; 0,36]	-0,15 [-0,32; 0,02]	0,42** [0,27; 0,55]	-0,27** [-0,43; - 0,11]	0,40** [0,25; 0,54]	0,29** [0,13; 0,44]	0,55** [0,42; 0,66]

Nota. JOSS: Juvenile Offender Stereotype Scale; IAS_P: Escala de Ansiedade Intergrupar Afetos Ansiogênicos; IAS_N: Escala de Ansiedade Intergrupar Afetos Não-Ansiogênicos; RWA_A: Escala de Autoritarismo de Direita Autoritarismo; RWA_CA: Escala de Autoritarismo de Direita Contestação à Autoridade; RWA_T: Escala de Autoritarismo de Direita Tradicionalismo; RWA_SA: Escala de Autoritarismo de Direita Submissão a Autoridade; SDO_D: Escala de Dominância Social Dominância; SDO_AE: Escala de Dominância Social Anti-Igualitarismo.

a = escores inferiores indicam um estereótipo de jovem rebelde, enquanto escores maiores indicam um estereótipo de jovem superpredador.

* $p < 0,05$. ** $p < 0,01$. *** $p < 0,001$.

Ainda conforme a Tabela 1, os participantes apresentaram escores relativamente baixos para os fatores das escalas de autoritarismo de direita, com média mais próxima da discordância com os itens que mensuram esse construto. O fator tradicionalismo dessa escala se destaca por ter apresentado média particularmente baixa ($M = 1,73$; $DP = 0,92$) indicando que os participantes pontuam especialmente baixo nesse construto. Já com relação aos fatores de dominância social, os participantes endossaram esses itens muito próximo ao valor médio da escala, o que sugere uma distribuição adequada das respostas, mas não é necessariamente informativo.

Como variável critério do modelo de regressão foi utilizado apenas o fator de afetos ansiogênicos da Escala de Ansiedade Intergrupar. Inicialmente todas as variáveis antecedentes foram utilizadas e um modelo foi estimado por meio do método *Enter*, contudo possíveis efeitos de supressão surgiram—apesar do VIF entre variáveis antecedentes baixo ($< 5,0$). Assim, utilizou-se o método *Backwards* de forma a selecionar as variáveis relevantes para explicação dos afetos ansiogênicos da Ansiedade Intergrupar, o qual indicou as variáveis apresentadas na Tabela 2 como relevantes. Este modelo explica uma variância substantiva da Ansiedade Intergrupar ($R^2 = 0,43$; $F(7, 123) = 13,08$; $p < 0,001$, $R^2 \text{ ajustado} = 0,39$). Percebe-se que as dimensões de autoritarismo e submissão à autoridade são especialmente relevantes em predizer a ansiedade intergrupar, assim como o estereótipo atribuído a ofensores juvenis. Quanto ao estereótipo atribuído aos jovens, nota-se que aqueles que atribuem estereótipos mais associados ao jovem superpredador tendem a sofrer maior ansiedade intergrupar no contexto de trabalho ($\beta = 0,26$, $p = 0,004$).

Tabela 2

Modelo de Regressão Múltipla com Ansiedade Intergrupar como Variável Critério.

Variável	<i>B</i>	<i>EP</i>	β	95% IC [LI; LS]	<i>p</i>
Intercepto	2,27	0,44		[1,40; 3,15]	< 0,001
Autoritarismo de Direita: Autoritarismo	0,66	0,15	0,42	[0,37; 0,95]	< 0,001
Autoritarismo de Direita: Submissão à Autoridade	0,26	0,12	0,16	[0,02; 0,50]	0,03
Juvenile Offender Stereotype ^a	0,60	0,20	0,26	[0,19; 1,01]	0,004
Dominância Social: Anti-Igualitarismo	-0,15	0,09	-0,13	[-0,34; 0,03]	0,10

Nota. LI: limite inferior. LS: limite superior.

a = escores inferiores indicam um estereótipo de jovem rebelde, enquanto escores maiores indicam um estereótipo de jovem superpredador.

Identificou-se que, em média, os participantes apresentaram escores médios de ansiedade intergrupar ($M = 5,84$; $DP = 1,84$) e estresse ($M = 3,47$; $DP = 0,96$), assim como tais fatores apresentaram distribuição próxima à normalidade. A partir disso e avaliados os pressupostos da regressão linear múltipla, foi estimado o modelo considerando um escore geral de estresse como variável critério e como variáveis preditoras: gênero, tipo de medida socioeducativa em que atuou, tempo como agente e os fatores ansiogênicos e não-ansiogênicos da ansiedade intergrupar.

Tal modelo explica substancialmente a variância do estresse laboral dentre os participantes ($R^2 = 0,18$; $F(5; 125) = 5,29$, $p < 0,001$; R^2 ajustado = 0,14). A Tabela 3 apresenta os efeitos de cada variável preditora no estresse laboral; verifica-se que os afetos ansiogênicos da ansiedade intergrupar predizem diretamente o estresse, de forma que participantes que apresentem maior ansiedade intergrupar também irão se sentir mais estressados no contexto laboral ($\beta = 0,39$; $p < 0,001$); ademais, o gênero dos participantes afeta o nível de estresse laboral, de forma que agentes que se identificam como mulheres apresentaram maior nível de estresse laboral do que agentes que se identificam como homens ($\beta = -0,23$; $p = 0,007$).

Tabela 3

Modelo de Regressão Múltipla com Estresse como Variável Critério.

Variável	<i>B</i>	<i>EP</i>	95% IC [LI; LS]	<i>p</i>	β
Intercepto	2,24	0,53	[1,19; 3,30]	< 0,001	
Gênero ^a	-0,42	0,15	[-0,72; -0,12]	0,007	-0,23
Tipo de Medida Socioeducativa em que Atua ^b	-0,32	0,21	[-0,73; 0,09]	0,13	-0,13
Anos de Trabalho como Agente	0,006	0,01	[-0,02; 0,03]	0,64	0,04
Ansiedade Intergrupar: Fatores Ansiogênicos	0,20	0,05	[0,09; 0,31]	0,0004	0,39
Ansiedade Intergrupar: Fatores Não-Ansiogênicos	0,04	0,05	[-0,05; 0,14]	0,35	0,10

Nota. LI: limite inferior. LS: limite superior.

a = variável codificada como mulheres sendo 0 e homens sendo 1.

b = variável codificada com tipo de medida socioeducativa de internação sendo 0 e não de internação sendo 1.

Discussão

De maneira geral, é possível afirmar que os agentes apresentam baixo grau de autoritarismo de direita, em especial no que diz respeito ao fator tradicionalismo, e uma incidência regular de dominância social. No que diz respeito ao estereótipo atribuído aos adolescentes em conflito com a lei, os resultados demonstram um maior escore nos itens relacionados ao estereótipo de adolescentes como jovens predadores. Já sobre a influência do autoritarismo e dos estereótipos como preditores da ansiedade intergrupar, os resultados reforçam a hipótese levantada de que, sim, há relação de influência entre variáveis.

Considerando os resultados aqui expostos, a hipótese 1 foi corroborada, de forma que a ansiedade intergrupar dos agentes foi predita por maiores níveis de autoritarismo; enquanto

a hipótese 2 foi refutada, de forma que a ansiedade intergrupar dos agentes não foi predita por maiores níveis de dominância social. A hipótese 3 foi corroborada, de forma que a ansiedade intergrupar dos agentes foi predita pela maior atribuição de estereótipos negativos aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

No que diz respeito à hipótese refutada, a literatura aponta que há três gerações de hipóteses, a primeira delas avalia se existe, ou não, o efeito. Na segunda geração há a avaliação em que condições esse efeito acontece, enquanto a terceira diz respeito sobre os mecanismos utilizados para essas avaliações (Nash, 2012). Na primeira geração, uma hipótese pode ser corroborada ou refutada em diferentes estudos, posto que as condições ou os mecanismos em que a hipótese original foi confirmada são desconhecidos ou passíveis de serem mantidos (Zanna & Fazio, 1982). Para sair das duas primeiras gerações de hipóteses para terceira, é preciso superar o controle ou manutenção dos contextos que existiam nas avaliações anteriores em que a hipótese foi testada. Com isso, é possível supor algumas justificativas para o fato da hipótese 2 ter sido rejeitada.

O resultado que reporta autoritarismo de direita como preditor da ansiedade intergrupar é coerente com o que é reportado na literatura. Reforçando que o autoritarismo de direita diz respeito a indivíduos que se sentem ameaçados por membros externos ao seu grupo de origem; posto que estes representariam um risco a manutenção da ordem do endogrupo (Duckitt & Sibley, 2010). Tal relação entre autoritarismo de direita e ansiedade intergrupar pode justificar que indivíduos do endogrupo evitem a convivência com indivíduos do exogrupo (Koc & Anderson, 2018). Pessoas com forte identificação de autoritarismo de direita demonstram maior sensibilidade ao que interpretam como ameaça a sua segurança, rejeitando grupos que desafiam o entendimento destes como ordem social (Duckitt & Sibley, 2010).

Já quanto aos achados que mostram a relação entre os estereótipos, um dos

componentes do preconceito, predizendo a ansiedade intergrupar, a literatura demonstra que quanto mais negativo é o preconceito contra um grupo externo (e aqui, reforça-se o principal estereótipo atribuído por agentes aos adolescentes em conflito com a lei, i.e., jovens predadores) maior a probabilidade do aparecimento de manifestações intensas de ansiedade intergrupar (Aberson & Gaffney, 2009). Enquanto outros estudos mostram que quanto mais baixo o grau de preconceito, mais baixos serão os níveis de ansiedade intergrupar (Turoy-Smith et al., 2013). Ou seja, se o preconceito dispensado aos adolescentes em conflito com a lei é de superpredador, o outro grupo apresentará um alto nível de ansiedade intergrupar. Todavia, se o preconceito está mais próximo de vê-los como jovens rebeldes, vítimas de um contexto, a ansiedade intergrupar será diminuída.

Outro objetivo a ser alcançado visa avaliar os efeitos da ansiedade intergrupar nos agentes socioeducativos considerando a convivência com o exogrupo (viz., adolescentes em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa), no qual foi corroborada a hipótese de que um maior o nível de ansiedade intergrupar incorre em maior nível de estresse. Foi possível, também, mensurar a incidência da ansiedade intergrupar e do estresse organizacional percebido pelos agentes, os quais não foram altos, em média. Destaca-se, contudo, que mulheres apresentam maior incidência de estresse.

No que diz respeito a predição do estresse ocupacional pela ansiedade intergrupar, é preciso considerar o que alguns estudos apontam quando afirmam que um endogrupo se caracteriza por compartilhar identidade por um “prisma de percepção” (Haslam et al., 2012), moldando assim as experiências do grupo e as reações coletivas às ameaças e desafios (Jetten et al., 2009). Além disso, o modelo cognitivo/transacional de estresse pressupõe o compartilhamento de uma identidade social entre os membros do grupo, o que afetaria tanto a avaliação primária (o entendimento do que é ameaçador no ambiente) quanto secundária (a avaliação da capacidade de lidar com tais ameaças) (Lazarus & Folkman, 1984).

Considerando o exposto, os processos vivenciados e compartilhados pelo grupo moldam a experiência de eventos como estressantes, ou não, e essa avaliação é compartilhada coletivamente (Haslam et al., 2018). Ademais, soma-se a esse achado estudos que evidenciam o papel da ansiedade intergrupala como delineadora de ocorrência de estresse resultante da convivência intergrupala (Stephan, 2014). Complementado pelos estudos que mostram que quanto mais negativa e polarizada é tal convivência (como é o caso entre agentes e adolescentes em cumprimento de medida) mais negativo e crônico será o estresse vivenciado por ambos os lados (Marques et al., 1998).

Quanto a maior incidência de estresse entre as mulheres, é importante destacar que as condições psicossociais em que as pessoas estão dispostas, no ambiente de trabalho ou fora dele, são determinantes para condições de saúde (World Health Organization, 2012). São consideradas condições psicossociais de trabalho: baixo controle do trabalho, altas demandas (Karasek, 1979), desequilíbrio entre esforço-recompensa e condições sociais como gênero e raça (Milner et al., 2018). Existem estudos que reforçam que as mulheres são mais vulneráveis ao desenvolvimento de problemas mentais e/ou físicos como resposta a agentes estressores (Ishiguro et al., 2019; Vigna et al., 2019). Cabe destacar que a maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa são do gênero masculino, o que acaba por salientar a interseccionalidade entre ser agente/adolescente e o gênero, expondo as agentes a um maior nível de ansiedade intergrupala por categorizarem os adolescentes em dois exogrupos.

Apesar de haver estudos demonstrando que quanto mais discrepante o grupo, maior será a ansiedade intergrupala (Kramer & Wei, 1999; Vorauer, 2006); outros autores defendem que quanto mais frequente é a convivência entre os grupos mais branda será a ansiedade (Halperin et al., 2011, 2012). Considerando que cada agente convive por 24 horas a cada 3 dias com os mesmos adolescentes, é possível que justifique o fato de que, apesar de serem um

grupo bastante distinto, os agentes não apresentarem, em média, uma alta taxa de ansiedade intergrupala.

Considerações Finais

Esse estudo se restringe ao contexto socioeducativo e, principalmente, na região do Distrito Federal. Dessa forma, faz-se necessários estudos que avaliem a relação entre essas variáveis em outros estados do Brasil e em outros países; posto que o Brasil possui legislações específicas para crianças e adolescentes que podem impactar em tais relações. Essa legislação varia entre países, por isso estudos transculturais permitiriam avaliar a replicabilidade destes fenômenos. Além de repetir pesquisa que reavalie a influência da característica individual da dominância social, para mais uma vez verificar uma possível relação com a variável de ansiedade intergrupala.

Ainda que limitados, pelos pontos expostos, os resultados desse estudo têm potenciais implicações para aplicação prática. Tais aplicações poderiam se dar por meio de intervenções destinadas a reduzir o autoritarismo de direita e o preconceito atrelado aos adolescentes em conflito com a lei, preservando assim a saúde dos trabalhadores e, ainda, reduzindo os impactos negativos nas relações entre agentes socioeducativos e estes adolescentes.

Os resultados destacam a necessidade de projetar-se estratégias que reduzem a incidência de autoritarismo de direita e mudem a forma de preconceito que os agentes destinam aos adolescentes, conseqüentemente diminuindo a ansiedade intergrupala na categoria. A visão dos agentes sobre os Adolescentes deve ser alterada, revisando as atuais crenças sociais negativas destinadas a esses, a fim de contribuir para melhorar a relação entre os grupos e ainda as condições de cada grupo isoladamente.

Além disso, sugere-se a condução de mais pesquisas que tenham como objetivo testar estratégias que reduzam a ansiedade intergrupala entre diferentes grupos e conseqüentemente o

estresse ocupacional. Assim como pesquisas sobre a relação entre estresse ocupacional e outras variáveis antecedentes e estratégias que reduzam ou mitiguem os sintomas consequentes do estresse resultante da prática profissional. Ainda, é relevante que sejam realizados avanços na investigação sobre como o apoio do endogrupo permite que membros do mesmo lidem com o estresse, incluindo o estresse causado pela convivência com um exogrupo. Lacuna que tem sido apontada em estudos relacionando ansiedade intergrupar e estresse (Stevenson et al, 2020).

Referências

- Aberson, C. L., & Gaffney, A. M. (2009). An integrated threat model of explicit and implicit attitudes: Integrated threat model. *European Journal of Social Psychology, 39*(5), 808–830. <https://doi.org/10.1002/ejsp.582>
- Ahmed, A. T., Mohammed, S. A., & Williams, D. R. (2007). Racial discrimination & health: Pathways & evidence. *The Indian Journal of Medical Research, 126*(4), 318–327.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 50*(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Ajzen, I., & Timko, C. (1986). Correspondence between health attitudes and behavior. *Basic and Applied Social Psychology, 7*(4), 259–276. https://doi.org/10.1207/s15324834basp0704_2
- Altemeyer, B. (1981). *Right-wing authoritarianism*. University of Manitoba Press.
- Altemeyer, B. (1998). The other “authoritarian personality”. Em *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 30, p. 47–92). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60382-2](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60382-2)
- Amodio, D. M. (2009). Intergroup anxiety effects on the control of racial stereotypes: A psychoneuroendocrine analysis. *Journal of Experimental Social Psychology, 45*(1),

60–67. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2008.08.009>

Arce, R., Fariña, F., & Sobral, J. (1995). An approach to statistical prediction of biases in judgment-making by jurors. *International Journal of Social Psychology, 10*(1), 3–16.

<https://doi.org/10.1174/021347495763835229>

Barlow, F. K., Louis, W. R., & Terry, D. J. (2009). Minority report: Social identity, cognitions of rejection and intergroup anxiety predicting prejudice from one racially marginalized group towards another. *European Journal of Social Psychology.*

<https://doi.org/10.1002/ejsp.651>

Barsaglini, R. A., & Vaillant, C. B. (2018). “Um agente prisional de menor”: Identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. *Saúde e Sociedade, 27*(4), 1147–1163. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180080>

Blanco-Molina, M., & Pinazo-Hernandis, S. (2016). Información y exposición indirecta para reducir estereotipos hacia el envejecimiento. *International Journal of Developmental and Educational Psychology, 1*(2), 367.

<https://doi.org/10.17060/ijodaep.2016.n2.v1.707>

Blascovich, J., Mendes, W. B., Hunter, S. B., Lickel, B., & Kowai-Bell, N. (2001). Perceiver threat in social interactions with stigmatized others. *Journal of Personality and Social Psychology, 80*(2), 253–267. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.80.2.253>

Bobo, L. (1983). Whites’ opposition to busing: Symbolic racism or realistic group conflict? *Journal of Personality and Social Psychology, 45*(6), 1196–1210.

<https://doi.org/10.1037/0022-3514.45.6.1196>

Boehm, V. (1968). Mr. Prejudice, Miss Sympathy, and the authoritarian personality: An application of psychological measuring techniques to the problems of jury bias.

Wisconsin Law Review, 734-750.

- Bond, T. N., & Lehmann, J.-Y. K. (2018). Prejudice and racial matches in employment. *Labour Economics*, 51, 271–293. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2018.02.004>
- Bray, R. M., & Noble, A. M. (1978). Authoritarianism and decisions of mock juries: Evidence of jury bias and group polarization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(12), 1424–1430. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.36.12.1424>
- Bridges, G., Conley, D., Engen, R., & Price-Spratlen, T. (1995). Racial disparities in the confinement of juveniles: Effects of crime and community social structure on punishment. Em K. Kempf-Leonard, C. Pope, & W. Feyerherm (Orgs.), *Minorities in juvenile justice* (p. 128–152). Sage.
- Brylka, A., Mähönen, T. A., Schellhaas, F. M. H., & Jasinskaja-Lahti, I. (2015). From cultural discordance to support for collective action: The roles of intergroup anxiety, trust, and group status. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 46(7), 897–915. <https://doi.org/10.1177/0022022115589118>
- Carlos, E., Dowbor, M., & Albuquerque, M. C. A. (2017). Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 17(2), 360. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>
- Carlos, E.. (2021). Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Consequências na Política Nacional de Direitos Humanos. *Dados*, 64(Dados, 2021 64(4)), e20190305. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.248>
- Cikara, M., & Fiske, S. T. (2012). Stereotypes and schadenfreude: Affective and physiological markers of pleasure at outgroup misfortunes. *Social Psychological and Personality Science*, 3(1), 63–71. <https://doi.org/10.1177/1948550611409245>
- Dos Anjos, S. N. R., & Ramos, M. F. H. (2020). A escolarização de adolescentes em conflito com a lei: uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, 9(11), DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10310>
- Duckitt, J. H. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative

- framework. *American Psychologist*, 47(10), 1182–1193. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.10.1182>
- Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. In *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 33, p. 41–113). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(01\)80004-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(01)80004-6)
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2010). Personality, ideology, prejudice, and politics: A dual-process motivational model: dual-process motivational model. *Journal of Personality*, 78(6), 1861–1894. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00672.x>
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2017). The dual process motivational model of ideology and prejudice. In C. G. Sibley & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (188–221). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316161579.009>
- Faro, A., & Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: A desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 271–278. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>
- Fazio, R. H., Sanbonmatsu, D. M., Powell, M. C., & Kardes, F. R. (1986). On the automatic activation of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(2), 229–238. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.50.2.229>
- Federico, C. M., & Schneider, M. C. (2007). Political expertise and the use of ideology: Moderating effects of evaluative motivation. *Public Opinion Quarterly*, 71(2), 221–252. <https://doi.org/10.1093/poq/nfm010>
- Ferreira, M. C., Milfont, T. L., Silva, A. P. C., Fernandes, H. A., Almeida, S. P., & Mendonça, H. (2015). Escala para avaliação de estressores psicossociais no contexto laboral: Construção e evidências de validade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 340–349. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528214>

Franco S, M., Villarreal R, E., Vargas D, E. R., Martínez G, L., & Galicia R, L. (2010).

Estereotipos negativos de la vejez en personal de salud de un Hospital de la Ciudad de Querétaro, México. *Revista Médica de Chile*, 138(8). <https://doi.org/10.4067/S0034-98872010000800007>

Franklin-Jackson, D., & Carter, R. T. (2007). The relationships between race-related stress, racial identity, and mental health for black Americans. *Journal of Black Psychology*, 33(1), 5–26. <https://doi.org/10.1177/0095798406295092>

Fuchs, D., & Klingemann, H. (1990). The left-right schema. Em M. K. Jennings, & J. W. van Deth (Eds.), *Continuities in political action: A longitudinal study of political orientations in three western democracies* (pp. 203-234). Walter de Gruyter.

Gaarder, E., Rodriguez, N., & Zatz, M. S. (2004). Criers, liars, and manipulators: Probation officers' views of girls. *Justice Quarterly*, 21(3), 547–578. <https://doi.org/10.1080/07418820400095901>

García, J. (2000). *Adaptación del Cuestionario de Actitudes Legales para la definición de perfiles psicosociales en la selección de jurados*. Almería.

Gerbasi, K. C., Zuckerman, M., & Reis, H. T. (1977). Justice needs a new blindfold: A review of mock jury research. *Psychological Bulletin*, 84(2), 323–345. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.84.2.323>

Greene, E., Duke, L., & Woody, W. D. (2017). Stereotypes influence beliefs about transfer and sentencing of juvenile offenders. *Psychology, Crime & Law*, 23(9), 841–858. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2017.1332194>

Guglielmi, R. S. (1999). Psychophysiological assessment of prejudice: Past research, current status, and future directions. *Personality and Social Psychology Review*, 3(2), 123–157. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0302_3

Haberman, C. (2014, abril 6). *When youth violence spurred 'superpredator' fear*. The New

York Times. <https://www.nytimes.com/2014/04/07/us/politics/killing-on-bus-recalls-superpredator-threat-of-90s.html>

- Haegerich, T. M., Salerno, J. M., & Bottoms, B. L. (2013). Are the effects of juvenile offender stereotypes maximized or minimized by jury deliberation? *Psychology, Public Policy, and Law*, *19*(1), 81–97. <https://doi.org/10.1037/a0027808>
- Halperin, E., Crisp, R. J., Husnu, S., Trzesniewski, K. H., Dweck, C. S., & Gross, J. J. (2012). Promoting intergroup contact by changing beliefs: Group malleability, intergroup anxiety, and contact motivation. *Emotion*, *12*(6), 1192–1195. <https://doi.org/10.1037/a0028620>
- Halperin, E., Russell, A. G., Trzesniewski, K. H., Gross, J. J., & Dweck, C. S. (2011). Promoting the middle east peace process by changing beliefs about group malleability. *Science*, *333*(6050), 1767–1769. <https://doi.org/10.1126/science.1202925>
- Harwood, J. (2007). *Understanding communication and aging*. Sage Publications Inc.
- Haslam, C., Jetten, J., Cruwys, T., Dingle, G., & Haslam, S. A. (2018). *The new psychology of health: Unlocking the social cure*. Routledge.
- Haslam, S. A., Reicher, S. D., & Levine, M. (2012). When other people are heaven, when other people are hell: How social identity determines the nature and impact of social support. In J. Jetten, C. Haslam, & S. A. Haslam (Eds.), *The social cure: Identity, health, and well-being* (pp. 157–174). Psychology Press.
- Ho, A. K., Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Pratto, F., Henkel, K. E., Foels, R., & Stewart, A. L. (2015). The nature of social dominance orientation: Theorizing and measuring preferences for intergroup inequality using the new SDO₇ scale. *Journal of Personality and Social Psychology*, *109*(6), 1003–1028. <https://doi.org/10.1037/pspi0000033>
- Hughes, J. S., & McPhetres, J. (2016). The influence of psychosocial immaturity, age, and

- mental state beliefs on culpability judgments about juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 43(11), 1541–1557. <https://doi.org/10.1177/0093854816655377>
- Ishiguro, A., Inoue, M., Fisher, J., Inoue, M., Matsumoto, S., & Yamaoka, K. (2019). Gender-based risk and protective factors for psychological distress in the midterm recovery period following the great east Japan earthquake. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, 13(03), 487–496. <https://doi.org/10.1017/dmp.2018.80>
- Jetten, J., Haslam, C., Haslam, S. A., & Branscombe, N. R. (2009). The social cure. *Scientific American Mind*, 20(5), 26–33. <https://doi.org/10.1038/scientificamericanmind0909-26>
- Jost, J. T. (2006). The end of the end of ideology. *American Psychologist*, 61(7), 651–670. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.61.7.651>
- Kaplan, T., deBraga, F., Taylor, M., Mulvey, P., & Miller, M. K. (2017). Individual differences relate to juvenile offender stereotypes. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 13(2), 125–141. <http://dev.cjcenter.org/files/apcj/APCJ%20FALL%202017-Kaplan.pdf> [1513122131.pdf](http://dev.cjcenter.org/files/apcj/APCJ%20FALL%202017-Kaplan.pdf)
- Kassambara, A. (2021). *rstatix: Pipe-friendly framework for basic statistical tests*. R package version 0.7.0. <https://CRAN.R-project.org/package=rstatix>
- Karasek, R. A. (1979). Job demands, job decision latitude, and mental strain: Implications for job redesign. *Administrative Science Quarterly*, 24(2), 285. <https://doi.org/10.2307/2392498>
- Kramer, R. M., & Wei, J. (1999). Social uncertainty and the problem of trust in social groups: The social self in doubt. Em T. Tyler, R. M. Kramer, & O. P. John (Eds.), *The psychology of the social self* (pp. 145–168). Erlbaum.
- Koc, Y., & Anderson, J. R. (2018). Social distance toward Syrian refugees: The role of intergroup anxiety in facilitating positive relations. *Journal of Social Issues*, 74(4),

790–811. <https://doi.org/10.1111/josi.12299>

Kovera, M. B., & Austin, J. L. (2016). Identifying juror bias: Moving from assessment and prediction to a new generation of jury selection research. In C. Willis-Esqueda & B. H. Bornstein (Eds.), *The witness stand and Lawrence S. Wrightsman, Jr* (75–94).

Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-1-4939-2077-8_6

Lambert, E. G., Minor, K. I., Wells, J. B., & Hogan, N. L. (2016). Social support's relationship to correctional staff job stress, job involvement, job satisfaction, and organizational commitment. *The Social Science Journal*, 53(1), 22–32.

<https://doi.org/10.1016/j.soscij.2015.10.001>

Lazarus, R. S. (2000). Toward better research on stress and coping. *American Psychologist*, 55(6), 665–673. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.6.665>

Lazarus, R. S. (1966). *Psychological stress and the coping process*. McGraw-Hill.

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Springer.

Lei nº 8.069. (1990, 13 julho). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Planalto. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Lei nº 12.594. (2012, 18 janeiro). *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Planalto. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm

Leiber, M. J., & Johnson, J. D. (2008). Being young and black: What are their effects on

- juvenile justice decision making? *Crime & Delinquency*, 54(4), 560–581.
<https://doi.org/10.1177/0011128707308857>
- Leiber, M., & Rodriguez, N. (2011). The implementation of the disproportionate minority confinement/contact (DMC) mandate: A failure or success? *Race and Justice*, 1(1), 103–124. <https://doi.org/10.1177/2153368710377614>
- Lowery, P. G., & Burrow, J. D. (2019). Concentrated disadvantage, racial disparities, and juvenile institutionalization within the context of attribution theory. *Criminal Justice Studies*, 32(4), 330–355. <https://doi.org/10.1080/1478601X.2019.1660964>
- Lüdecke, Patil, Ben-Shachar, Wiernik, & Makowski (2022). *easystats: Framework for easy statistical modeling, visualization, and reporting*. CRAN.
<https://easystats.github.io/easystats/>
- Ma, Y., Dang, Q., & Zhang, B. (2022). Effect of metastereotypes on female cooperative behavior and the mediating role of intergroup anxiety. *Asian Journal of Social Psychology*, 25(2), 155–169. <https://doi.org/10.1111/ajsp.12474>
- Miller, M. K., Pfeifer, J., Bornstein, B. H., & Kaplan, T. (2021). Trust in the jury system: a comparison of Australian and US samples. *Psychiatry, Psychology and Law*, 28(6), 823-840. DOI: 10.1080/13218719.2020.1862002
- Narby, D. J., Cutler, B. L., & Moran, G. (1993). A meta-analysis of the association between authoritarianism and jurors' perceptions of defendant culpability. *Journal of Applied Psychology*, 78(1), 34–42. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.78.1.34>
- Nash, M. R. (Org.). (2012). *The Oxford handbook of hypnosis: Theory, research and practice*. Oxford Univ. Press.
- Nemeth, C., & Sosis, R. H. (1973). A simulated jury study: Characteristics of the defendant and the jurors. *The Journal of Social Psychology*, 90(2), 221–229.
<https://doi.org/10.1080/00224545.1973.9712562>

- O'Donnell, A. W., Neumann, D. L., & Duffy, A. L. (2021). Associative learning processes in the formation of intergroup anxiety and avoidance in society. *Psychological Reports, 124*(6), 2587–2612. <https://doi.org/10.1177/0033294120965472>
- Oliveira, A. F., Gomide Junior, S., & Poli, B. V. (2020). Antecedents of well-being at work: trust and people management policies. *RAM. Revista de Administração Mackenzie, 21*. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMD200105>
- Oswald, M., Bieneck, S., & Hupfeld-Heinemann, J. (Eds.). (2009). *Social psychology of punishment of crime*. Wiley.
- Page-Gould, E., Mendoza-Denton, R., & Tropp, L. R. (2008). With a little help from my cross-group friend: Reducing anxiety in intergroup contexts through cross-group friendship. *Journal of Personality and Social Psychology, 95*(5), 1080–1094. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.95.5.1080>
- Paiva, K. C. M., Gomes, M. A. N., & Helal, D. H. (2015). Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout: Proposição de um modelo integrativo e perspectivas de pesquisa junto a docentes do Ensino Superior. *Revista Gestão & Planejamento, 16*(3), 285-309. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/3570/2713>
- Paschoal, T., Torres, C. V., & Porto, J. B. (2010). Felicidade no trabalho: Relações com suporte organizacional e suporte social. *Revista de Administração Contemporânea, 14*(6), 1054–1072. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000700005>
- Plant, E. A., Butz, D. A., & Tartakovsky, M. (2008). Interethnic interactions: Expectancies, emotions, and behavioral intentions. *Group Processes & Intergroup Relations, 11*(4), 555–574. <https://doi.org/10.1177/1368430208095827>
- Rekker, R. (2016). The lasting impact of adolescence on left-right identification:

- Cohort replacement and intracohort change in associations with issue attitudes. *Electoral Studies*, 44, 120–131. [doi:10.1016/j.electstud.2016.06.016](https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.06.016)
- Rekker, R. (2022). Young trendsetters: How young voters fuel electoral volatility. *Electoral Studies*, 75, 102425.
- Renfro, C. L., Duran, A., Stephan, W. G., & Clason, D. L. (2006). The role of threat in attitudes toward affirmative action and its beneficiaries1: Threats and affirmative action. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(1), 41–74. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9029.2006.00003.x>
- Sánchez, M. L. F. (2001). *Evaluación del sesgo de los jurados en situaciones simuladas de decisión individual y grupal* [Tese de Doutorado]. Universidad de Almería.
- Sengupta, N. K., & Sibley, C. G. (2013). Perpetuating one's own disadvantage: Intergroup contact enables the ideological legitimization of inequality. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 39(11), 1391–1403. <https://doi.org/10.1177/0146167213497593>
- Semyonov, M., Rajjman, R., & Gorodzeisky, A. (2008). Foreigners' impact on European societies: public views and perceptions in a cross-national comparative perspective. *International Journal of Comparative Sociology*, 49(1), 5-29. <https://doi.org/10.1177/0020715207088585>
- Sherif, M. (1967). *Social interaction: Process and products*. Aldine.
- Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239–255. <https://doi.org/10.1177/1088868314530518>
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1985). Intergroup anxiety. *Journal of Social Issues*, 41(3), 157–175. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1985.tb01134.x>
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1996). Predicting prejudice. *International Journal*

of Intercultural Relations, 20(3-4), 409–426. [https://doi.org/10.1016/0147-1767\(96\)00026-0](https://doi.org/10.1016/0147-1767(96)00026-0)

Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge University Press.

Sprague, J., Verona, E., Kalkhoff, W., & Kilmer, A. (2011). Moderators and mediators of the stress-aggression relationship: Executive function and state anger. *Emotion*, 11(1), 61–73. <https://doi.org/10.1037/a0021788>

Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239–255.

<https://doi.org/10.1177/1088868314530518>

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1985). Intergroup anxiety. *Journal of Social Issues*, 41(3), 157–175. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1985.tb01134.x>

Stupar-Rutenfrans, S., Verdouw, P. C. D., van Boven, J., Ryzhkina, O. A., Batkhina, A., Aksoz-Efe, I., Hamzallari, O., Papageorgopoulou, P., Uka, F., Petrović, N., Statovci, A., Rutenfrans-Stupar, M., Praničević, D. G., Zahaj, S., & Mijts, E. (2021). Ethnic outgroup aggression: A pilot study on the importance of emotion regulation, nationalism and susceptibility to persuasion. *International Journal of Intercultural Relations*, 84, 79–85. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2021.07.004>

Tallon, J. A., & Daftary-Kapur, T. (2018). Sinners and saints: the role of social standing evidence in capital sentencing. *Victims & Offenders*, 13(2), 179-195.

<https://doi.org/10.1080/15564886.2016.1246394>

Trawalter, S., Richeson, J. A., & Shelton, J. N. (2009). Predicting behavior during interracial interactions: A stress and coping approach. *Personality and Social Psychology Review*, 13(4), 243–268. <https://doi.org/10.1177/1088868309345850>

Turoy-Smith, K. M., Kane, R., & Pedersen, A. (2013). The willingness of a society to act on

behalf of Indigenous Australians and refugees: The role of contact, intergroup anxiety, prejudice, and support for legislative change: The path from experience to change.

Journal of Applied Social Psychology, 43, E179–E195.

<https://doi.org/10.1111/jasp.12017>

Umbelino, G., Ta, V., Blake, S., Truong, E., Luo, A., & Dow, S. (2019, November).

Prototeams: Supporting small group interactions in co-located crowds. In Conference Companion Publication of the 2019 on Computer Supported Cooperative Work and Social Computing (pp. 392-397).

Vilanova, F., Sousa, D. A., Koler, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299–1316. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt>

Vigna, L., Brunani, A., Brugnera, A., Grossi, E., Compare, A., Tirelli, A. S., Conti, D. M., Agnelli, G. M., Andersen, L. L., Buscema, M., & Riboldi, L. (2019).

Determinants of metabolic syndrome in obese workers: Gender differences in perceived job-related stress and in psychological characteristics identified using artificial neural networks. *Eating and Weight Disorders - Studies on Anorexia, Bulimia and Obesity*, 24(1), 73–81. <https://doi.org/10.1007/s40519-018-0536-8>

Vorauer, J. D. (2006). An information search model of evaluative concerns in intergroup interaction. *Psychological Review*, 113(4), 862–886.

<https://doi.org/10.1037/0033-295X.113.4.862>

Wang, C., Huang, F., & Vezzali, L. (2019). A test of positive and negative extended intergroup contact in a Chinese minority with perceived group norms and intergroup anxiety as mediators. *Journal of Applied Social Psychology*, jasp.12532.

<https://doi.org/10.1111/jasp.12532>

Weir, J. A., & Wrightsman, L. S. (1990). The determinants of mock jurors' verdicts in a rape

case. *Journal of Applied Social Psychology*, 20(11), 901–919.

<https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1990.tb01467.x>

- Welch, K., Butler, L. F., & Gertz, M. (2019). Saving Children, Damning Adults? An Examination of Public Support for Juvenile Rehabilitation and Adult Punishment. *Criminal Justice Review*, 44(4), 470–491. <https://doi.org/10.1177/0734016819833141>
- Werner, C. M., Kagehiro, D. K., & Strube, M. J. (1982). Conviction proneness and the authoritarian juror: Inability to disregard information or attitudinal bias? *Journal of Applied Psychology*, 67(5), 629–636. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.67.5.629>
- World Health Organization. (2012). *What are social determinants of health?* WHO. http://www.who.int/social_determinants/sdh_definition/en/
- Zanna, M. P., & Fazio, R. H. (1982). The attitude–behavior relation: Moving toward a third generation of research. In M. P. Zanna, E. T. Higgins, & C. P. Herman (Eds.), *Consistency in social behavior: The Ontario Symposium* (Vol. 2, pp. 283–301). Erlbaum, Hillsdale, NJ.
- Zhang, Y., Zhang, S., & Hua, W. (2019). Correction to: The impact of psychological capital and occupational stress on teacher burnout: mediating role of coping styles. *The Asia-Pacific Education Researcher*, 28(4), 351–352. <https://doi.org/10.1007/s40299-019-00465-1>

Estratégias de Coping como Moderadoras da Relação entre Ansiedade Intergrupar e Estresse Ocupacional

A ansiedade intergrupar é experimentada quando há interações entre grupos, especialmente quando há poucos elementos, ou nenhum, em comum entre os sujeitos dos grupos (Britt et al., 1996). Caracterizada pelo desconforto na iminência de interação entre diferentes grupos (Grant et al., 2020), a ansiedade intergrupar é uma variável que tem como eventos antecedentes as características pessoais (Stephan & Stephan, 1989), atitudinais (Stephan et al., 1998) ou experiências pessoais e fatores situacionais (Stephan & Stephan, 1985). Tudo isso pode influenciar se o indivíduo vai apresentar, ou não, ansiedade intergrupar.

A partir das relações intergrupais as pessoas podem experimentar consequências negativas como possíveis implicações do contato (literais ou subjetivos e direto ou indireto) com outro grupo (Stephan & Stephan, 1985). Essas consequências podem ser organizadas em três diferentes categorias, a saber: comportamental (Snyder, 2001), afetiva (Cottrell & Neuberg, 2005) e cognitiva (Stephan & Stephan, 1993). Com relação às consequências cognitivas, destaca-se o esgotamento dos recursos cognitivos do sujeito. Esse esgotamento pode ocorrer em razão do indivíduo dedicar atenção e energia nas expectativas negativas que têm em relação ao grupo externo (Stephan, 2014) ou por gastarem mais recursos cognitivos estando vigilantes durante a interação intergrupar do que intragrupal (Pohl et al., 2013).

Considerando a relação, imposta pelo trabalho, entre agentes socioeducativos e

adolescentes em conflito com a lei, nota-se que características individuais (e.g., autoritarismo de direita) e estereótipos construídos pelos agentes em relação aos adolescentes fortalecem a distinção entre endo e exogrupo gerando maior ansiedade intergrupar, conforme resultados encontrados no estudo “Efeitos das Características Individuais e dos Estereótipos Atribuídos aos Adolescentes em Conflito com a Lei na Ansiedade Intergrupar dos Agentes Socioeducativos”. Ademais, o aumento da ansiedade intergrupar está associado a um aumento no nível de estresse ocupacional percebido pelos agentes, conforme resultados do estudo “O Efeito da Ansiedade Intergrupar no Estresse Ocupacional de Agentes Socioeducativos nos Centros de Internação Socioeducativa do Distrito Federal”.

O estresse, tido aqui como estresse transacional ou cognitivo, ocorre quando a situação vivenciada pela pessoa é considerada excessiva e a leva a ultrapassar seus limites de recursos disponíveis para enfrenta-la, desestabilizando seu bem-estar e sua homeostase (Cooper & Dewe, 2004). Essa abordagem do estresse é denominada transacional justo por considerar o estresse como algo recíproco e bidirecional, que diz sobre tanto a relação que há entre a pessoa e o ambiente, quanto o seu inverso (i.e., não é uma relação causal). Dessa forma, não é uma relação de estímulo e resposta direta, sendo afetada por processos psicológicos—avaliações e interpretações cognitivas, que mediam e interferem na experiência.

Assim, a forma de compreender o estímulo é fundamental para a experiência da situação (Folkman, 2008). A interpretação do sujeito tem papel central no desenvolver, ou não, do estresse, posto que atua como mediadora do impacto de uma outra variável (Paschoal & Tamayo, 2004), nesse caso a ansiedade intergrupar. O estresse transacional utiliza a ideia de que a interação entre percepção, interpretação e estratégia de enfrentamento do indivíduo efetua um importante e determinante papel no processo de apresentação de estresse ou não (Lazarus, 1993a, 1993b). Frente a um agente estressor, o indivíduo analisa a potencial ameaça, julgando-o como estressante, ou não, e avalia se tem em si, ou no ambiente, recursos

para lidar com tal estressor (Afonso et al., 2022). Após esse processo, o indivíduo lança mão da estratégia de enfrentamento escolhida (Erbas et al., 2018).

A percepção do sujeito quanto ao estímulo é que irá defini-lo como estressor, de forma que, o que irá influenciar essa relação é a percepção e não o estímulo em si (Goh et al., 2010). Sugere-se, então, que as estratégias de enfrentamento (viz., coping) ajam como moderadoras da relação entre as variáveis de ansiedade intergrupar e estresse ocupacional. Esse estudo buscou testar a hipótese de que o efeito da ansiedade intergrupar no estresse ocupacional será moderado, ao menos parcialmente, por estratégias de coping.

Variáveis moderadoras estão relacionadas com as condições que acontecem antes e interagem com as condições produzidas em sequência (Miles & Shevlin, 2011). Dessa forma, é possível dizer que, as variáveis moderadoras (i.e., estratégias de coping) relacionam-se com a ansiedade intergrupar apresentada pelos agentes e com o estresse ocupacional relatado por eles. Uma variável será moderadora (coping) quando o grau de relação entre a variável antecedente (ansiedade intergrupar) e a critério (estresse ocupacional) é afetada pelo valor da moderadora (coping). Supõe-se, a vista disso, que não é a simples formação da ansiedade intergrupar que levará os agentes a desenvolverem o estresse, mas a forma como esse indivíduo enfrenta as situações com suas estratégias de coping.

As estratégias de coping são ferramentas de enfrentamento utilizadas pelas pessoas frente a situações que às desestabilizam—no sentido de esforços cognitivos e/ou comportamentais empregados para gerenciar demandas internas e/ou externas específicas que excedam os recursos da pessoa, ou seja, a deixem em uma situação de estresse (Lazarus & Folkman, 1984). Mais frequentemente, estratégias de coping são ferramentas individuais, não compartilhadas ou, ainda, não universais (Hobfoll & Shirom, 2000; Lazarus 2007). Entendendo a ansiedade intergrupar como fonte de estresse aos agentes socioeducativos, buscou-se avaliar o papel moderador do coping na relação entre ansiedade intergrupar e

estresse ocupacional dentro do contexto dos agentes socioeducativos atuantes no Distrito Federal.

Para Lazarus e Folkman (1984), expoentes na pesquisa sobre coping, lidar com algo significa mudar frequentemente os esforços, sejam cognitivos ou comportamentais, para gerenciar demandas internas e/ou externas que são avaliadas como taxando ou excedendo os recursos de uma pessoa. Dessa forma, o coping envolve a alteração de esforços. O coping pode atuar por meio de dois mecanismos de enfrentamento: focado no problema ou focado na emoção. O coping focado no problema diz respeito à situação estressante e sobre a busca de estratégias como planejamento e geração de soluções alternativas (Abdalrahim, 2013; Puterman et al., 2010). Já o coping focado na emoção versa sobre estratégias que preservem a regulação do estado emocional do sujeito (Lazarus & Folkman, 1984). A eficácia de tais mecanismos depende da situação vivida; o coping focado no problema parece ser mais eficaz em situações controláveis; já estratégias focadas na emoção são mais eficientes em situações incontroláveis (Baggett et al., 1996; Terry & Hynes, 1998).

O coping focado no problema, também chamado de enfrentamento ativo ou coping ativo, envolve os sujeitos procurando entender sobre as fontes de estresse, formulando alternativas, ponderando em termos de custo e benefícios para si e para a organização e selecionando uma alternativa com base no equilíbrio entre custos e benefícios (Srivastava & Tang, 2015). Dessa forma, as pessoas identificam a origem do estresse e se esforçam para removê-la trabalhando com um ideal de resultado positivo, como menor desgaste, maior satisfação no trabalho e/ou maior desempenho. O enfrentamento ativo reduz o estresse diário no trabalho, as frustrações com o trabalho e o desgaste dos funcionários (Subramanian & Kumar, 2012). Assim, é definido como um esforço de alguém para resolver o problema, repensar as situações e mudar o ambiente (Pienaar & Willemse, 2008). Essa categoria de coping inclui estratégias de alterar as fontes externas originárias do estresse, e por essa razão

são chamadas de estratégias adaptativas (Carver et al., 1989).

O coping focado na emoção, por sua vez, é também chamado de enfrentamento passivo. Fala sobre os sujeitos manejarem suas emoções, regulando e reduzindo o sofrimento emocional. A literatura aponta que não é de grande valia que os indivíduos se concentrem em suas reações emocionais no estresse relacionado ao trabalho, pois isso o coloca em uma posição passiva frente ao contexto (Pienaar & Willemse, 2008).

O objetivo principal deste estudo foi avaliar o papel moderador do coping na relação entre a ansiedade intergrupal, desenvolvida pelos agentes socioeducativos, e o estresse ocupacional apresentado por estes. De maneira específica os objetivos deste artigo são (i) avaliar a incidência da ansiedade intergrupal entre os agentes socioeducativos do Distrito Federal; (ii) mensurar a ocorrência de estresse entre os agentes socioeducativos do DF; e (iii) identificar as estratégias de coping desenvolvidas pelos agentes socioeducativos dos centros de internação socioeducativas do Distrito Federal.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa, agentes socioeducativos dos Centros de Internação Socioeducativa do Distrito Federal. Atualmente existem oito centros de internação na capital Federal. O número de agentes trabalhando nesses centros é estimado em 1500. Foi realizada uma análise de poder *a priori*, por meio do software G*Power, versão 3.1.9.6, com base na regressão linear múltipla e expectativa de aumento do R^2 e expectativa de tamanho de efeito médio ($f^2 = 0,15$), $\alpha = 0,05$ e poder de 0,8. Os resultados dessa análise apontaram uma amostra mínima de 142 agentes.

A coleta foi finalizada com a participação de 175 agentes socioeducativos da região do Distrito Federal. A constituição da amostra foi diversificada, envolvendo agentes de todos os centros existentes e variando em função de idade entre 26 e 61 anos ($M = 38,53$; $DP = 5,98$);

de gênero (masculino: 37,7%; feminino: 37,1%); orientação política (esquerda: 30,27%; direita: 29,71%); cor da pele (brancos: 25,7%; não brancos: 49,2%); classe social (média baixa: 11,4%; média: 50,3%; média alta: 12,6%); e nível de formação acadêmica (pós-graduação: 58,87%; superior completo: 14,9%). Além disso, a maioria dos agentes haviam trabalhado com medidas socioeducativas de internação (63,4%) e tinham, em média, 9 anos de atuação no cargo ($DP = 5,53$; mínimo: 1; máximo: 28).

Instrumentos

Escala de Avaliação de Estresses Psicossociais no Contexto Laboral (Ferreira et al., 2015). Composta por 35 itens, essa escala se divide em 7 fatores: conflito e ambiguidade de papéis (5 itens; $a = 0,77$); sobrecarga de papéis (5 itens; $a = 0,71$); dificuldades interpessoais (5 itens; $a = 0,77$); insegurança na carreira (5 itens; $a = 0,71$); falta de autonomia (5 itens; $a = 0,71$); conflito trabalho/família (5 itens; $a = 0,75$); e pressão do grau de responsabilidade (5 itens; $a = 0,77$). Cada item é respondido em uma escala de seis pontos, contendo em um extremo *nunca me afeta* (1) e no outro *sempre me afeta* (6). Quanto maior o resultado em uma dimensão, maior a indicação de que aquele item representa forte tensão e estresse ao sujeito.

Escala de Ansiedade Intergrupala (IAS; Stephan & Stephan, 1985). Utilizada para avaliar a incidência de ansiedade intergrupala, a versão brasileira foi adaptada no estudo “Escala de Ansiedade Intergrupala: Adaptação e Validação ao Contexto Brasileiro” e, na forma aqui utilizada, é constituída por 11 itens agrupados em dois fatores: afetos ansiogênicos ($a = 0,87$; $\omega = 0,87$) e afetos não-ansiogênicos ($a = 0,88$; $\omega = 0,89$). A resposta foi coletada por meio de uma escala de 10 pontos, sendo 1 referente a *de jeito nenhum* e 10 referente a *extremamente*. Os participantes indicaram como se sentiam sobre a seguinte situação: “Você é o único membro de seu grupo (nesse caso, imagine o grupo de agentes socioeducativos) e está interagindo com jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação (por exemplo,

falando com eles, trabalhando em um mesmo projeto)”.

Escala de Coping Ocupacional (ECO; Pinheiro et al., 2003). Desenvolvida por Latack (1986), a escala é composta por 29 itens agrupados em 3 dimensões sendo elas: (i) manejo de sintomas, (ii) controle e (iii) esquiva.

Além das escalas indicadas acima, os participantes responderam a um questionário sociodemográfico, com perguntas sobre seu gênero, orientação sexual, idade, classe socioeconômica, cor da pele, orientação política e nível de religiosidade e questões que versam sobre sua atuação profissional como tempo de atuação, formação, centro em que atua e regime de trabalho.

Procedimentos

Os participantes foram convidados a responder a pesquisa de maneira on-line, por meio do Survey Monkey. O link para convite e acesso a pesquisa foi divulgado em grupos de agentes, com auxílio da diretoria da Subsis responsável pela gestão da categoria e do sindicato ao qual a categoria de trabalhadores é vinculada. A participação foi voluntária e os sujeitos tiveram a garantia de anonimato das respostas e do respeito às diretrizes éticas que norteiam as pesquisas realizadas com seres humanos resguardados. Todos os participantes tiveram que aceitar participar da pesquisa e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente ao acesso aos itens.

Para a análise dos dados foram realizadas, inicialmente, as correlações de Pearson entre as variáveis de interesse para averiguar os pressupostos de um teste de moderação. Não tendo sido verificado estes pressupostos não foi realizado o teste de moderação que seria executado por meio da package PROCESS. Todas as análises foram realizadas utilizando o software R.

Resultados

Identificou-se que, em média, os participantes apresentaram escores médios de

ansiedade intergrupar ($M = 5,84$; $DP = 1,84$) e estresse ($M = 3,47$; $DP = 0,96$), assim como tais fatores apresentaram distribuição próxima à normalidade. A partir disso e avaliados os pressupostos da regressão linear múltipla, foi estimado o modelo considerando um escore geral de estresse como variável critério e como variáveis predictoras: gênero, tipo de medida socioeducativa em que atuou, tempo como agente e os fatores ansiogênicos e não-ansiogênicos da ansiedade intergrupar.

Tal modelo explica substancialmente a variância do estresse laboral dentre os participantes ($R^2 = 0,18$; $F(5; 125) = 5,29$, $p < 0,001$; R^2 ajustado = 0,14). A Tabela 1 apresenta os efeitos de cada variável preditora no estresse laboral; verifica-se que os afetos ansiogênicos da ansiedade intergrupar predizem diretamente o estresse, de forma que participantes que apresentem maior ansiedade intergrupar também irão se sentir mais estressados no contexto laboral ($\beta = 0,39$; $p < 0,001$); ademais, o gênero dos participantes afeta o nível de estresse laboral, de forma que agentes que se identificam como mulheres apresentaram maior nível de estresse laboral do que agentes que se identificam como homens ($\beta = -0,23$; $p = 0,007$).

Tabela 1

Modelo de Regressão Múltipla com Estresse como Variável Critério.

Variável	B	EP	95% IC [LI; LS]	p	β
Intercepto	2,24	0,53	[1,19; 3,30]	< 0,001	
Gênero ^a	-0,42	0,15	[-0,72; -0,12]	0,007	-0,23
Tipo de Medida Socioeducativa em que Atua ^b	-0,32	0,21	[-0,73; 0,09]	0,13	-0,13
Anos de Trabalho como Agente	0,006	0,01	[-0,02; 0,03]	0,64	0,04
Ansiedade Intergrupar: Fatores Ansiogênicos	0,20	0,05	[0,09; 0,31]	0,0004	0,39
Ansiedade Intergrupar: Fatores Não-Ansiogênicos	0,04	0,05	[-0,05; 0,14]	0,35	0,10

Nota. LI: limite inferior. LS: limite superior.

a = variável codificada como mulheres sendo 0 e homens sendo 1.

b = variável codificada com tipo de medida socioeducativa de internação sendo 0 e não de internação sendo 1.

Previamente a análise do modelo de regressão, foram avaliadas as correlações bivariadas entre as variáveis propostas, as quais se encontram apresentadas na Figura 2. Por meio destas verificou-se que as dimensões de coping não estão associadas ao estresse, ou suas dimensões, e a ansiedade intergrupar. De forma que não era esperado encontrar efeitos significativos no modelo de regressão.

Figura 2

Correlações bivariadas entre variáveis.

Variáveis	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
1. Estresse												
2. Estresse: CAP	0,81***											
3. Estresse: SP	0,79***	0,47***										
4. Estresse: DI	0,84***	0,61***	0,62***									
5. Estresse: IC	0,81***	0,60***	0,61***	0,65***								
6. Estresse: FA	0,84***	0,67***	0,69***	0,60***	0,61***							
7. Estresse: CTF	0,85***	0,65***	0,59***	0,65***	0,64***	0,70***						
8. Estresse: PGR	0,69***	0,54***	0,43***	0,55***	0,54***	0,42***	0,51***					
9. Coping: MS	0,02	0,04	-0,11	0,11	-0,07	0,02	0,03	0,11				
10. Coping: Controle	-0,04	0,06	-0,25*	0,02	-0,14	-0,09	0,01	0,18	0,47***			
11. Coping: Esquiva	0,17	0,16	0,15	0,19	0,03	0,17	0,17	0,04	0,18	0,11		
12. Ansiedade	0,29**	0,15	0,30**	0,27*	0,32**	0,29**	0,20	0,13	0,04	0,13	0,28*	
Intergrup: FA												
13. Ansiedade Intergrup: FNA	-0,17	-0,08	-0,15	-0,17	-0,19	-0,21	-0,13	-0,02	0,19	0,18	0,01	-0,49***

Nota. Estresse CAP: Conflito e Ambiguidade de Papéis; Estresse SP: Sobrecarga de Papéis; Estresse DI: Dificuldades Interpessoais; Estresse IC:

Insegurança na Carreira; Estresse FA: Falta de Autonomia; Estresse CTF: Conflito Trabalho/Família; Estresse PGR: Pressão do Grau de

Responsabilidade; Coping MS: Manejo de Sintomas; Ansiedade Intergrup: FNA: Fatores Ansiossênicos; Ansiedade Intergrup FNA: Fatores

Não-Ansiossênicos.

* $p < 0,05$. ** $p < 0,01$. *** $p < 0,001$.

Com base no resultado das correlações, verificou-se que a hipótese de pesquisa não foi corroborada, já que a ausência de correlação entre as variáveis de interesse não suporta a hipótese de moderação proposta.

Discussão

Considerando o objetivo de avaliar a incidência da ansiedade intergrupar e do estresse ocupacional entre os agentes socioeducativos, os resultados demonstram incidência média. Não é possível falar que a categoria esteja completamente livre dos efeitos de ambas as variáveis, entretanto, após análise dos dados, a amostra não demonstra, em média, níveis considerados comprometedores para a saúde do indivíduo. Quanto ao objetivo de identificar as estratégias de coping desenvolvidas pelos agentes socioeducativos dos centros de internação socioeducativas do Distrito Federal, os resultados não apresentam diferenças no tipo de coping comumente utilizado pelos agentes socioeducativos pesquisados no Distrito Federal.

No que diz respeito ao objetivo principal, i.e., testar a hipótese de que o efeito da ansiedade intergrupar no estresse ocupacional será moderado, parcialmente, pela estratégia de coping, os dados não corroboram tal hipótese. Uma possível justificativa para os resultados encontrados com relação ao último objetivo relaciona-se a que aspectos mais globais de estresse e coping aumentarem a probabilidade de encontrar efeitos entre ambas as variáveis (Cohen & Wills, 1985); enquanto aspectos de estresse mais sutis e específicos tendem a reduzir o impacto destes nas estratégias de coping (Herman et al., 2020). Nessa pesquisa foram utilizados construtos mais específicos como estresse ocupacional e ansiedade intergrupar.

Considerações Finais

Essa pesquisa levantou evidências sobre questões pouco exploradas, em especial

considerando o contexto do sistema socioeducativo e o modelo teórico testado. Ainda, questões relevantes sobre a saúde dos trabalhadores puderam ser investigadas, assim como efeitos de construção social e relevância global, como o resultado final de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

Os resultados, se alcançados, contribuiriam para dar suporte a questões complexas que permeiam construções do imaginário sobre os jovens internos no sistema socioeducativo e até mesmo sobre os agentes socioeducativos que são perpetuados como vítimas e/ou algozes, com um antagonismo contraproducente. Essa realidade espelha questões que envolvem a carreira dos agentes socioeducativos como um todo e nos propõe a repensar as estruturas vigentes, servindo de subsídio para gestores da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo a ações que promovam melhores resultados nas relações entre internos e agentes, mas também para a sociedade de maneira geral.

É importante destacar a necessidade de replicação da pesquisa no contexto nacional, para possibilitar a generalização dos dados coletados, posto que há diferenças estruturais entre os centros de internação dos diferentes estados do Brasil. Ainda, questões metodológicas devem ser avaliadas buscando testar o modelo apresentado de outras formas que permitam, a exemplo, alcançar dados que tendem a ser enviesados por meio de instrumentos de autorrelato, como aqueles sobre ansiedade e estereótipos.

Referências

Abdalahim, A. A. (2013). Stress and coping among psychiatric nurses. *Middle East Journal of Nursing*, 7(4), 30–37. <https://doi.org/10.5742/MEJN.2013.74306>

Afonso, R. M. B., Pérez-Nebra, A. R., Modesto, J. G., & Zambonato, A. (2022). Negative events, coping and biological markers: An application of transactional model of stress. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 38, e38520. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38520.en>

- Baggett, H. L., Saab, P. G., & Carver, C. S. (1996). Appraisal, coping, task performance, and cardiovascular responses during the evaluated speaking task. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(5), 483–494. <https://doi.org/10.1177/0146167296225006>
- Britt, T. W., Bonieci, K. A., Vescio, T. K., Biernat, M., & Brown, L. M. (1996). Intergroup anxiety: A person \times situation approach. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(11), 1177–1188. <https://doi.org/10.1177/01461672962211008>
- Carver, C. S., Scheier, M. F., & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: A theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(2), 267–283. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.56.2.267>
- Cohen, S., & Wills, T. A. (1985). Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 98(2), 310–357. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.98.2.310>
- Cooper, C. L., & Dewe, P. (2004). *Stress: A brief history*. Blackwell Pub.
- Cottrell, C. A., & Neuberg, S. L. (2005). Different emotional reactions to different groups: A sociofunctional threat-based approach to “prejudice”. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(5), 770–789. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.88.5.770>
- Erbas, Y., Ceulemans, E., Kalokerinos, E. K., Houben, M., Koval, P., Pe, M. L., & Kuppens, P. (2018). Why I don’t always know what I’m feeling: The role of stress in within-person fluctuations in emotion differentiation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 115(2), 179–191. <https://doi.org/10.1037/pspa0000126>
- Ferreira, M. C., Milfont, T. L., Silva, A. P. C., Fernandes, H. A., Almeida, S. P., & Mendonça, H. (2015). Escala para avaliação de estressores psicossociais no contexto laboral: Construção e evidências de validade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 340–349. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528214>
- Folkman, S. (2008). The case for positive emotions in the stress process. *Anxiety, Stress, & Coping*, 21(1), 3–14. <https://doi.org/10.1080/10615800701740457>

- Grant, A. D., Miller, M. M., Hollingshead, N. A., Anastas, T. M., & Hirsh, A. T. (2020). Intergroup anxiety in pain care: Impact on treatment recommendations made by white providers for black patients. *Pain, 161*(6), 1264–1269.
<https://doi.org/10.1097/j.pain.0000000000001806>
- Goh, Y. W., Sawang, S., & Oei, T. P. S. (2010). The Revised Transactional Model (RTM) of occupational stress and coping: An improved process approach. *The Australian and New Zealand Journal of Organisational Psychology, 3*, 13–20.
<https://doi.org/10.1375/ajop.3.1.13>
- Herman, K. C., Reinke, W. M., & Eddy, C. L. (2020). Advances in understanding and intervening in teacher stress and coping: The Coping-Competence-Context Theory. *Journal of School Psychology, 78*, 69–74. <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2020.01.001>
- Hobfoll, S. E., & Shirom, A. (2000). Conservation of resources theory: Applications to stress and management in the workplace. Em R. T. Golembiewski (Ed.), *Handbook of organizational behavior* (2nd. Ed., pp. 57-81). Marcel Dekker.
- Latack, J. C. (1986). Coping with job stress: Measures and future directions for scale development. *The Journal of Applied Psychology, 71*(3), 377–385.
- Lazarus, R. S. (1993a). From psychological stress to the emotions: A history of changing outlooks. *Annual Review of Psychology, 44*(1), 1–22.
<https://doi.org/10.1146/annurev.ps.44.020193.000245>
- Lazarus, R. S. (1993b). Coping theory and research: Past, present, and future. *Psychosomatic Medicine, 55*(3), 234–247. <https://doi.org/10.1097/00006842-199305000-00002>
- Lazarus, R. S. (2007). Stress and emotion: A new synthesis. Em A. Monat, R. S. Lazarus, & G. Reevy (Orgs.), *The Praeger Handbook on stress and coping* (p. 33–52). Praeger.
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Springer.
- Miles, J., & Shevlin, M. (2011). *Applying regression & correlation: A guide for students and*

researchers. Sage.

- Paschoal, T., & Tamayo, Á. (2004). Validação da escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 45–52. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100006>
- Pienaar, J., & Willemse, S. A. (2008). Burnout, engagement, coping and general health of service employees in the hospitality industry. *Tourism Management*, 29(6), 1053–1063. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.01.006>
- Pinheiro, F. A., Tróccoli, B. T., & Tamayo, M. R. (2003). Mensuração de coping no ambiente ocupacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 153–158. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722003000200007>
- Pohl, R. F., Erdfelder, E., Hilbig, B. E., Liebke, L., & Stahlberg, D. (2013). Effort reduction after self-control depletion: The role of cognitive resources in use of simple heuristics. *Journal of Cognitive Psychology*, 25(3), 267–276. <https://doi.org/10.1080/20445911.2012.758101>
- Puterman, E., DeLongis, A., & Pomaki, G. (2010). Protecting us from ourselves: Social support as a buffer of trait and state rumination. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 29(7), 797–820. <https://doi.org/10.1521/jscp.2010.29.7.797>
- Snyder M. (2001). Self-fulfilling stereotypes. Em A. Branaman (Ed.), *Self and society* (pp. 30-35). Blackwell.
- Srivastava, R., & Tang, T. L.-P. (2015). Coping intelligence: Coping strategies and organizational commitment among boundary spanning employees. *Journal of Business Ethics*, 130(3), 525–542. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2234-4>
- Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239–255. <https://doi.org/10.1177/1088868314530518>
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1985). Intergroup anxiety. *Journal of Social Issues*, 41(3),

157–175. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1985.tb01134.x>

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1989). Antecedents of intergroup anxiety in asian-americans and hispanic-americans. *International Journal of Intercultural Relations*, *13*(2), 203–219. [https://doi.org/10.1016/0147-1767\(89\)90006-0](https://doi.org/10.1016/0147-1767(89)90006-0)

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1993). Cognition and affect in stereotyping: Parallel interactive networks. In *Affect, cognition and stereotyping* (pp. 111–136). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-088579-7.50010-7>

Stephan, W. G., Ybarra, O., Martinez, C. M., Schwarzwald, J., & Tur-Kaspa, M. (1998). Prejudice toward immigrants to spain and israel: An integrated threat theory analysis. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *29*(4), 559–576. <https://doi.org/10.1177/0022022198294004>

Subramanian, S., & Kumar, M. V. (2012). Burn-out and coping strategies among nurses treating HIV/AIDS, cancer and general patients. *Journal of Organisation and Human Behaviour*, *1*(3), 54-61. <http://www.publishingindia.com/GetBrochure.aspx?query=UERGQnJvY2h1cmVzfC8xMjc3LnBkZnwwMTI3Ny5wZGY=>

Terry, D. J., & Hynes, G. J. (1998). Adjustment to a low-control situation: Reexamining the role of coping responses. *Journal of Personality and Social Psychology*, *74*(4), 1078–1092. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.4.1078>

Discussão Geral

Retomando o modelo teórico norteador dessa tese, representado na Figura 1, o objetivo geral foi testar se a ansiedade intergrupar resultante do convívio com os adolescentes em conflito com a lei prediz o estresse ocupacional apresentado pelos agentes socioeducativos nos centros de internação do Distrito Federal; e, ainda, se essa relação é moderada pelas estratégias de coping apresentadas pela categoria. Ademais, foi avaliado se a ansiedade intergrupar era predita por características individuais dos agentes (i.e., autoritarismo de direita e orientação à dominância social) e pelos estereótipos atribuídos aos adolescentes em conflito com a lei que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para isso, foram testadas as seguintes hipóteses: a ansiedade intergrupar dos agentes será predita por maiores níveis de autoritarismo (Hipótese 1); a ansiedade intergrupar dos agentes será predita por maiores níveis de dominância social (Hipótese 2); a ansiedade intergrupar dos agentes será predita pela maior atribuição de estereótipos negativos aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas (Hipótese 3); maiores níveis de ansiedade intergrupar irão predizer maiores níveis de estresse ocupacional nos agentes socioeducativos (Hipótese 4); o efeito da ansiedade intergrupar no estresse ocupacional será moderado, parcialmente, pelas diferentes estratégias de coping (Hipótese 5).

Os dois primeiros manuscritos antecedem o teste das hipóteses. Estes tratam das etapas de adaptação e busca por evidências de validade dentro do contexto nacional dos instrumentos de interesse para a pesquisa que ainda não haviam sido submetidos a esse processo. Cabe destacar que os demais instrumentos aqui utilizados já haviam passado por essa etapa com resultados publicados anteriormente por outros autores.

No terceiro manuscrito foram testadas as Hipóteses 1, 2 e 3 expostas acima. As Hipóteses 1 e 3 foram corroboradas, de forma que os agentes apresentaram maior ansiedade intergrupar quando apresentavam maiores níveis de autoritarismo e estereótipos mais

negativos com relação aos adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa. A Hipótese 2 foi refutada, não sendo identificadas evidências do efeito da dominância social na ansiedade intergrupar nos agentes socioeducativos do DF.

Uma vez explorados os fatores que antecedem a ansiedade intergrupar, o quarto manuscrito tratou de testar a Hipótese 4, sobre a relação entre a ansiedade intergrupar e o estresse ocupacional nos agentes socioeducativos. Avaliando, assim, uma possível consequência da incidência da ansiedade intergrupar. Os resultados corroboraram tal hipótese, indicando uma predisposição ao estresse ocupacional entre os agentes que reportam maior ansiedade intergrupar.

Por fim, o quinto estudo buscou avaliar a moderação de estratégias de enfrentamento na relação testada no estudo 4. Testando assim, a derradeira hipótese dessa tese. Considerando os resultados obtidos após análise dos dados, não foi possível corroborar essa hipótese, pois não foram identificadas associações significativas entre as estratégias de enfrentamento e a ansiedade intergrupar ou o estresse ocupacional.

No decorrer dessa tese outros achados são apresentados, os quais respondem aos objetivos específicos de cada manuscrito. A saber, o grau de autoritarismo de direita e dominância social entre os agentes socioeducativos avaliados; os estereótipos atribuídos aos adolescentes em conflito com a lei pelos agentes atuando nos centros socioeducativos do Distrito Federal; a avaliação do grau de ansiedade intergrupar e estresse ocupacional apresentado pela categoria profissional supracitada; e a identificação das estratégias de coping desenvolvidas pelos agentes socioeducativos com maior frequência.

Contribuições Teóricas

Há poucos estudos desenvolvidos e publicados que versem sobre os agentes socioeducativos, é mais frequente estudos que abordam o sistema socioeducativo pela perspectiva do adolescente em conflito com a lei. Considerando a relevância do trabalho

desempenhado pela categoria, urge a necessidade de serem desenvolvidas pesquisas que apurem fatores de adoecimento e que avaliem e sugiram estratégias de promoção de qualidade de vida no trabalho da categoria.

Todavia, há de se pensar em estratégias que protejam os trabalhadores de maneira geral. No Brasil, os agravos em razão das atividades de trabalho são, prioritariamente, transtornos mentais, independente do vínculo de trabalho, formal ou informal (Araújo et al., 2017). O trabalho potencializa questões que afetam negativamente a saúde mental e esta ainda é um tabu no ambiente de trabalho em todo o mundo, portanto faz-se necessário que sejam desenvolvidas estratégias para alterar esse cenário (World Health Organization, 2022).

Os construtos abordados nos primeiros manuscritos—autoritarismo de direita, dominância social e estereótipos—pouco são pesquisados dentro do contexto de trabalho. No caso do autoritarismo de direita, grande parte dos estudos avaliam pessoas de diferentes países, etnias ou classes sociais (McKenna, 2020; Sevi et al., 2021). Liu e colaboradores (2019) conduziram um estudo que avaliam os efeitos do autoritarismo de direita nos trabalhadores; segundo os autores, a cultura organizacional atua como moderadora da relação entre o autoritarismo de direita e o bem estar dos trabalhadores. Os estudos conduzidos nessa tese, apesar de realizados dentro do contexto organizacional, não tinham como objetivo avaliar o impacto direto dessa variável no trabalhador, mas avaliar o quanto o autoritarismo de direita se relaciona com a ansiedade intergrupala e esta, por sua vez, influencia no trabalho. De toda forma, os resultados apontaram um baixo grau de autoritarismo entre os agentes socioeducativos aqui pesquisados.

Com relação à dominância social, pesquisas têm focado nos contextos político-econômicos (Azevedo et al., 2019). Assim como no construto citado anteriormente, essa tese não avaliou os efeitos diretos da dominância social na organização ou no trabalhador, porém foi avaliada a incidência e o perfil dos agentes socioeducativos quanto a dominância social,

tendo estes apresentado resultados medianos. Também foram mensurados os estereótipos atribuídos aos adolescentes em conflito com a lei pelos agentes socioeducativos e os resultados apontam a maior escore nos itens relacionados a atribuir aos adolescentes estereótipos de jovens predadores. Assim, entende-se que os agentes socioeducativos percebem, em geral, os adolescentes em conflito com a lei como predispostos à violência, sem caráter moral e como impulsivos e manipuladores. Esse perfil também é descrito em outros estudos que avaliam preconceito e jovens infratores (Haberman, 2014; Greene et al., 2017).

No caso do autoritarismo e dos estereótipos negativos com relação aos adolescentes em conflito com a lei, pode-se afirmar, com base nos resultados encontrados nos estudos apresentados, que existe uma consequência indireta desta variável sobre a organização ou trabalhador, especialmente em relação a saúde mental dos agentes socioeducativos. Essas variáveis afetam positivamente a ansiedade intergrupar que, por sua vez, influencia no estresse ocupacional (conforme estudo 4). A partir disso, destaca-se a necessidade de mais estudos que avaliem os construtos supracitados dentro do contexto organizacional, tanto na categoria aqui explorada quanto com outros trabalhadores.

Ainda, no manuscrito 4, é proposto definir a ansiedade intergrupar percebida nos agentes socioeducativos resultante do contato com os adolescentes internos nos centros socioeducativos do Distrito Federal. Essa incidência foi média e apresentou distribuição próxima a normalidade. O mesmo resultado adequa-se também a incidência de estresse ocupacional entre os agentes socioeducativos lotados nos centros de internações do Distrito Federal. Por fim, no manuscrito 5, é proposto identificar as estratégias de coping desenvolvidas pelos agentes socioeducativos dos centros de internação socioeducativas do Distrito Federal. Considerando os resultados, não foi encontrada diferença considerável entre as estratégias de enfrentamento frequentes dos agentes.

Em resposta ao objetivo principal da tese—i.e., testar a proposição de que o estresse

ocupacional dos agentes socioeducativos é predito pela ansiedade intergrupar frente aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, sendo essa relação moderada pelas estratégias de coping adotadas pelos agentes—destaca-se a junção inovadora das variáveis que compõem o modelo teórico aqui testado. A teoria de ansiedade intergrupar originalmente proposta por Stephan e Stephan (1985) prevê fatores antecedentes e consequentes a esse construto. Uma das categorias de fatores consequentes apontados são as consequências cognitivas (Stephan & Stephan, 1993), dentre as quais, apontamos o estresse. Todavia, poucos são os estudos desenvolvidos considerando a ansiedade intergrupar e o estresse, em especial se considerar o contexto organizacional. A ansiedade intergrupar é ainda menos explorada nesse contexto e, portanto, também é a relação entre ansiedade intergrupar e coping. Não foram encontrados estudos que explorem essa relação, porém são frequentes estudos que abordem a relação entre coping e estresse cognitivo, em especial no contexto organizacional.

Assim, destaca-se o resultado encontrado, de que maiores níveis de ansiedade intergrupar irão predizer maiores níveis de estresse ocupacional nos agentes socioeducativos. Tal achado serve como suporte a outros estudos que avaliem as variáveis discutidas em outros contextos organizacionais. Ainda, colabora com a possibilidade de pesquisas que objetivem o desenvolvimento de estratégias que promovam aspectos que propiciem a saúde dos trabalhadores.

Implicações Práticas

Os estudos aqui apresentados podem ser utilizados para embasar o desenvolvimento de políticas públicas que promovam ações orientadas a proporcionar saúde aos trabalhadores, em especial agentes socioeducativos e outros profissionais que tenham contato com pessoas em situação de privação de liberdade ou em conflito com a lei. Além disso, o trabalho desempenhado pelos agentes tem por objetivo principal habilitar os indivíduos para a vida social e/ou trabalhar a reintegração dos adolescentes em conflito com a lei na sociedade. Sua

atuação constitui-se em um processo que prepara a pessoa em formação (adolescentes) para manifestar condutas sociais relacionadas à vida coletiva (SINASE, 2012). Portanto, essa tese serve como base para a promoção de políticas públicas que abordem estratégias para potencializar o alcance desse objetivo.

Deve-se considerar, também, ações educativas para a sociedade de maneira geral, buscando mitigar a perspectiva punitiva com relação aos adolescentes em conflito com a lei, que os coloca como jovens predadores, os impossibilitam de serem ressocializados e contribui para sua marginalização. Considerando a ansiedade intergrupar e a consequência do enrijecimento dos papéis de nós vs. eles, os estudos apresentados servem como base para ações que antecipem a solidificação dessa perspectiva. Isso possibilitará que sejam elaboradas estratégias para evitar esses estereótipos e suas consequências, ou pelo menos minimizar as consequências negativas de sua presença nas relações entre os agentes socioeducativos e os adolescentes em conflito com a lei.

Referências Gerais

- Adorno, T., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D., & Sanford, N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper.
- Araújo, T. M., Palma, T. F., & Araújo, N. C. (2017). Vigilância em saúde mental e trabalho no Brasil: Características, dificuldades e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(10), 3235–3246. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17552017>
- Azevedo, F., Jost, J. T., Rothmund, T., & Sterling, J. (2019). Neoliberal ideology and the justification of inequality in capitalist societies: Why social and economic dimensions of ideology are intertwined. *Journal of Social Issues*, 75(1), 49–88. <https://doi.org/10.1111/josi.12310>
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 1–26. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.1>
- Barsaglini, R. A., & Vaillant, C. B. (2018). “Um agente prisional de menor”: Identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 1147–1163. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180080>
- Bernards, N. (2016). The international labour organization and the ambivalent politics of financial inclusion in west africa. *New Political Economy*, 21(6), 606–620. <https://doi.org/10.1080/13563467.2016.1183115>
- Bliese, P. D., Edwards, J. R., & Sonnentag, S. (2017). Stress and well-being at work: A century of empirical trends reflecting theoretical and societal influences. *Journal of Applied Psychology*, 102(3), 389–402. <https://doi.org/10.1037/apl0000109>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(53), 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>

- Bridges, G., Conley, D., Engen, R., & Price-Spratlen, T. (1995). Racial disparities in the confinement of juveniles: Effects of crime and community social structure on punishment. Em K. Kempf-Leonard, C. Pope, & W. Feyerherm (Orgs.), *Minorities in juvenile justice* (p. 128–152). Sage.
- Cohen, S., Janicki-Deverts, D., & Miller, G. E. (2007). Psychological stress and disease. *JAMA*, 298(14), 1685. <https://doi.org/10.1001/jama.298.14.1685>
- Cooper, C. L., & Dewe, P. (2004). *Stress: A brief history*. Blackwell Pub.
- Costello, K., & Hodson, G. (2011). Social dominance-based threat reactions to immigrants in need of assistance. *European Journal of Social Psychology*, 41(2), 220–231. <https://doi.org/10.1002/ejsp.769>
- Cottrell, C. A., & Neuberg, S. L. (2005). Different emotional reactions to different groups: A sociofunctional threat-based approach to “prejudice”. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(5), 770–789. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.88.5.770>
- Devine, D. J., & Caughlin, D. E. (2014). Do they matter? A meta-analytic investigation of individual characteristics and guilt judgments. *Psychology, Public Policy, and Law*, 20(2), 109–134. <https://doi.org/10.1037/law0000006>
- Facure, N. O. (2010). *O cérebro e a mente: Uma conexão espiritual* (3^a ed). FE Editora Jornalística.
- Folkman, S. (2008). The case for positive emotions in the stress process. *Anxiety, Stress, & Coping*, 21(1), 3–14. <https://doi.org/10.1080/10615800701740457>
- Gaarder, E., Rodriguez, N., & Zatz, M. S. (2004). Criers, liars, and manipulators: Probation officers’ views of girls. *Justice Quarterly*, 21(3), 547–578. <https://doi.org/10.1080/07418820400095901>
- Greene, E., Duke, L., & Woody, W. D. (2017). Stereotypes influence beliefs about transfer and sentencing of juvenile offenders. *Psychology, Crime & Law*, 23(9), 841–858.

<https://doi.org/10.1080/1068316X.2017.1332194>

- Haberman, C. (2014, abril 6). *When youth violence spurred 'superpredator' fear*. The New York Times. <https://www.nytimes.com/2014/04/07/us/politics/killing-on-bus-recalls-superpredator-threat-of-90s.html>
- Hirschle, A. L. T., Gondim, S. M. G., Alberton, G. D., & Ferreira, A. S. M. (2019). Estresse e bem-estar no trabalho: O papel moderador da regulação emocional. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(1), 532–540.
<https://doi.org/10.17652/rpot/2019.1.14774>
- Kaplan, T., deBraga, F., Taylor, M., Mulvey, P., & Miller, M. K. (2017). Individual differences relate to juvenile offender stereotypes. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 13(2), 125–141. <http://dev.cjcenter.org/files/apcj/APCJ%20FALL%202017-Kaplan.pdf> 1513122131.pdf
- Karasek, R. A. (1979). Job demands, job decision latitude, and mental strain: Implications for job redesign. *Administrative Science Quarterly*, 24(2), 285.
<https://doi.org/10.2307/2392498>
- Kruger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. Em M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas* (p. 7–25). EDUFBA.
- Kteily, N., Bruneau, E., Waytz, A., & Cotterill, S. (2015). The ascent of man: Theoretical and empirical evidence for blatant dehumanization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 109(5), 901–931. <https://doi.org/10.1037/pspp0000048>
- Lazarus, R. S. (1966). *Psychological stress and the coping process*. McGraw-Hill.
- Lazarus, R. S. (2007). Stress and emotion: A new synthesis. Em A. Monat, R. S. Lazarus, & G. Reevy (Orgs.), *The Praeger Handbook on stress and coping* (p. 33–52). Praeger.
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Springer.

- Lei nº 8.069. (1990, 13 julho). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Planalto. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Lei nº 12.594. (2012, 18 janeiro). *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Planalto. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- Liu, H., Peng, F., Zeng, X., Zhao, J., & Zhang, X. (2019). Authoritarian personality and subjective well-being in Chinese college students: The moderation effect of the organizational culture context. *Personality and Individual Differences, 138*, 79–83. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.09.030>
- McKenna, E. (2020). Taxes and tithes: The organizational foundations of bolsonarismo. *International Sociology, 35*(6), 610–631. <https://doi.org/10.1177/0268580920949466>
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2022, 28 novembro). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Gov.br. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento-socioeducativo>
- Oliveira, C. B. E., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim, G., & Souza, L. A. (2016). Socioeducação: Origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo, 20*(4), 575. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456>
- Paula, L. (2014). Justiça juvenil. Em R. S. Lima, J. L. Ratton, & R. C. Azevedo (Orgs.),

- Crime, polícia e justiça no Brasil* (pp. 450-461). Contexto.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. EPU.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741–763. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741>
- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38(6), 922–934. <https://doi.org/10.1002/ejsp.504>
- Renfro, C. L., Duran, A., Stephan, W. G., & Clason, D. L. (2006). The role of threat in attitudes toward affirmative action and its beneficiaries1: Threats and affirmative action. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(1), 41–74. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9029.2006.00003.x>
- Rodrigues, T. M. (2015). *O serviço social e as medidas socioeducativas: Um olhar sobre a garantia dos direitos* [Monografia em Serviço Social, Universidade Católica de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade Católica de Brasília. <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/6657>
- Sevi, B., Altman, N., Ford, C. G., & Shook, N. J. (2021). To kneel or not to kneel: Right-wing authoritarianism predicts attitudes toward NFL kneeling protests. *Current Psychology*, 40(6), 2948–2955. <https://doi.org/10.1007/s12144-019-00239-4>
- Stearns, S. C., & Hoekstra, R. F. (2003). *Evolução: Uma introdução*. Atheneu.
- Stephan, W. G. (2014). Intergroup anxiety: Theory, research, and practice. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 239–255. <https://doi.org/10.1177/1088868314530518>
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1985). Intergroup anxiety. *Journal of Social Issues*, 41(3),

157–175. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1985.tb01134.x>

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1993). Cognition and affect in stereotyping: Parallel interactive networks. Em *Affect, cognition and stereotyping* (pp. 111–136). Elsevier.

<https://doi.org/10.1016/B978-0-08-088579-7.50010-7>

Tamayo, M. R., Mendonça, H., & Silva, E. N. (2012). Relação entre estresse ocupacional, coping e burnout. Em M. C. Ferreira & H. Mendonça (Orgs.), *Saúde e bem-estar no trabalho: Dimensões individuais e culturais* (pp. 35-61). Casa do Psicólogo.

Vorauer, J. D. (2013). Getting past the self: Understanding and removing evaluative concerns as an obstacle to positive intergroup contact effects. Em G. Hodson & M. Hewstone (Orgs.), *Advances in intergroup contact* (p. 23–48). Psychology Press.

Watson, D. C., & Sinha, B. (2008). Emotion regulation, coping, and psychological symptoms. *International Journal of Stress Management*, *15*(3), 222–234.

<https://doi.org/10.1037/1072-5245.15.3.222>

World Health Organization. (2022). *World mental health report: Transforming mental health for all*. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/356119>